



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-graduação Profissional em Turismo

Katia Virginia Espindola Rodrigues dos Santos

**DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO CENTRO
HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PARA PESSOAS USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODAS**

Brasília
2018

Kátia Virginia Espindola Rodrigues dos Santos

Desafios para a acessibilidade física: um estudo no Centro Histórico de São Luís
para pessoas usuárias de cadeira de rodas

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Área de Concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional

Orientadora: prof.^a Donária Coelho Duarte, Dr^a
Co orientador: prof. Biagio M. Avena, Dr.

Brasília
2018

SSA237d Santos, Katia Virginia Espindola Rodrigues dos
Desafios para a acessibilidade física: um estudo no
Centro Histórico de São Luís para pessoas usuárias de
cadeira de rodas / Katia Virginia Espindola Rodrigues dos
Santos; orientador Donária Coelho Duarte; co-orientador
Biagio M. Avena. -- Brasília, 2018.
179 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2018.

1. Turismo Acessível. 2. Acessibilidade Física. 3. Centro
Histórico. 4. Pessoas Usuarías de Cadeira de Rodas. 5. São
Luís (MA). I. Duarte, Donária Coelho, orient. II. Avena,
Biagio M., co-orient. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Kátia Virginia Espindola Rodrigues dos Santos

Desafios para a acessibilidade física: um estudo no Centro Histórico de São Luís
para pessoas usuárias de cadeira de rodas

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr^a Donária Coelho Duarte – CET/UnB
(Orientadora)

Prof.^a Dr Luiz Carlos Spiller Pena – CET/UnB
(Examinador interno)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho - GEA/UnB
(Examinador externo)

Dedicado especialmente a Dr. Scott Rains, Antônia Rodrigues e Joana Darc Paiva (*In memoriam*).

Aos meus pais Ednólia Espindola e Cleber Rodrigues, minha madrinha M^a Raimunda Espindola, minhas tias Assunção Rodrigues e Dulcinéa Espindola, meus filhos Rafael e Raquel Espíndola por todo amor, apoio e confiança dedicados e em especial às pessoas usuárias de cadeira de rodas, motivo de inspiração deste trabalho.

Agradecimentos

Primeiramente a “**Deus**” meu mestre maior e a “**Nossa Senhora**” minha mãe, porque sem eles, nada eu teria e nada seria. Recebi a oportunidade de viver esse momento único e maravilhoso, que fez brotar a luz para as minhas ideias, entusiasmo criador, e concretização teórico-reflexiva e prática que em períodos de extrema dificuldade, foi a força essencial para que eu não desistisse e concretizasse essa missão.

À minha orientadora prof.^a Dr^a Donária Coelho Duarte e meu co-orientador prof. Dr. Biagio M. Avena, pela paciência, atenção e carinho durante todo processo construção do trabalho. A vocês, obrigada por não terem desistido de mim.

Aos meus pais por estarem sempre ao meu lado, não deixando nunca me faltar nada; A minha tia Assunção Rodrigues e aos meus primos Lúcio Fróz, Rosângela Rodrigues, Sebastiana Neta pelos incentivos e orientações recebidas, que foram fundamentais para a conclusão de mais essa etapa.

Aos meus filhos Rafael e Raquel Espindola e minha filha de coração Fernanda de Sousa, pelos estímulos recebido.

Aos meus netos Enzo Rafael, Rafaela e Igor Espíndola que são minhas joias

A minha avó Dulce Espíndola. Aos meus irmãos, tios, primos, cunhados, sobrinhos e em especial ao meu sobrinho Gabriel.

Ao meu avô Raimundo Espindola, minha bisavó Mãe Dindinha, meus tios Nonato Araújo e Antônia Rodrigues e ao Dr. Scott Rains (*In memorium*).

Aos meus amigos Deline de Lima, Dylson Bessa Jr, Genilson Protásio, Elielba Rosa, Dayara Lopes, Amneres Santiago, Alexandra Josias, Romeu Sasaki, Liane Rabelo, Dalva Lessa, Pimenta, Alessandra Pajama, Maria Chaves, Eduardo Frazão, Eduardo (Dudu), Jena Ribeiro, Paulo, Wanderson, Adélia, Leninha, Beatriz, Ricardo Shimosakai, Regina Cohen, Phelipe Andrès, Tiago Fernandes e Felipe Camarão.

Ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB).

À coordenação do Mestrado em Turismo e a meus professores Dr^a. Marutschka Moesch, Dr. Mário Beni, Dr. Neio Campos, Dr. Luis Carlos Spiller, Dr^a Neuza, Dr. João Tasso, Dr^a Lana, ao prof. Dr. Fernando Sobrinho (GEA/UnB) e em especial a todos os meus colegas da turma de Mestrado em Turismo 2016 UnB.

Ao Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias do Maranhão; Fórum Metropolitano de São Luís e Fóruns Regionais de Pessoas com Deficiência do Maranhão; Ao Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do Maranhão; Ao Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão; Associação do Lesado Medular (ALM); Ao Centro Dialético de Pais e Amigos dos Especiais (CDPAE), À Sectur, FUMPH, Sedihpop e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho.

Desde a descoberta do meu câncer na coluna, eu sabia que ia viver como tetraplégico, mesmo assim, decidi viver.

Quando viajo, saio da rotina dos meus cuidados... Dores, sinto algumas..., mas a vontade de deixar um legado é maior.

Unidos aos meus amigos, espalhamos 'sementes' de acessibilidade, inclusão, igualdade e Direitos Humanos, a cada local que passamos, como bons jardineiros.

Para esse cultivo, nós somos incansáveis!

Scott Rains.

Resumo

Este trabalho faz uma abordagem sobre os desafios da acessibilidade em cidades históricas por meio de um estudo sobre a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís para pessoas usuárias de cadeira de rodas. Mostra a acessibilidade arquitetônica nos espaços turísticos do centro histórico, tendo em vista a circulação e acesso das pessoas usuárias de cadeira de rodas, as especificidades próprias das cidades históricas, as barreiras físicas existentes e as dificuldades encontradas pelas pessoas no usufruto desse espaço. O método utilizado é Transdução, que trabalha a construção de um objeto virtual possível, partindo das necessidades e prioridades elencadas, fundamentado em Lefebvre, Wilhelm e Lourau. Os procedimentos metodológicos se organizam de acordo com a realidade e possibilidades pensadas. Está amparado em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, trabalho de campo com observação participante, entrevistas e registro imagético. Durante a pesquisa, se analisa as relações entre o Centro Histórico de São Luís e a acessibilidade física para pessoas usuárias de cadeira de rodas, levando-se em consideração as implicações desse espaço, a garantia da cidadania e o respeito às limitações existentes tanto para esse público como para o patrimônio. Os resultados mostram que o Centro Histórico de São Luís ainda não possui acessibilidade física para pessoa usuária de cadeira de rodas e nem políticas públicas de acessibilidade no Centro Histórico para viabilizar a prática do turismo acessível às pessoas usuárias de cadeira de rodas. Assim, ainda tem um longo caminho a seguir, principalmente no que se refere à sensibilização dos gestores sobre a necessidade e importância da acessibilidade em todos os ambientes e espaços.

Palavras-chave: Turismo Acessível. Acessibilidade Física. Centro Histórico. Cidadania. Pessoas Usuarias de Cadeira de Rodas. São Luis (MA).

Resumen

Este trabajo hace una abordaje sobre los retos de la accesibilidad en ciudades históricas por medio de un estudio sobre la accesibilidad en el Centro Histórico de São Luís para personas usagères de cilla de ruedas. Muestra la accesibilidad arquitectónica en los espacios turísticos del centro histórico para la circulación y el acceso las personas usagères de silla de ruedas, las especificidades próprias de las ciudades históricas, las barreras físicas existentes y las dificultades encontradas por las personas en el usufructo de este espacio. El método utilizado es Transducción, que trabaja la construcción de un objeto virtual posible, partiendo de las necesidades y prioridades enumeradas, fundamentado en Lefebvre, Wilhelm y Lourau. Los procedimientos metodológicos se organizan de acuerdo con la realidad y las posibilidades. Está amparado en investigación bibliográfica, investigación documental, trabajo de campo con comentario participante, entrevistas y registro imagético. Durante la investigación, se analiza las relaciones entre el Centro Histórico de São Luís y la accesibilidad física para personas usagères de silla de ruedas, tomándose en consideración las implicaciones de este espacio, de la garantía de la ciudadanía y el respeto a las limitaciones existentes tanto para este público como para el patrimonio. Los resultados muestran que el Centro Histórico de São Luís, no tien aún accesibilidad física para personas usàgeres de silla de ruedas y no políticas públicas de accesibilidad en el centro histórico para viabilizar la práctica del turismo accesible a las personas usuarias de silla de ruedas. Así pues, aún tiene un largo camino que seguir, principalmente por lo que se refiere a la sensibilización de los diretores sobre la necesidad y la importancia de la accesibilidad en todos los ambientes y los espacios.

Palabras clave: Turismo Accesible. Accesibilidad Física. Centro Histórico, Ciudadanía. Personas Usagères de Cilla de Ruedas. São Luis (MA).

Résumé

Ce travail fait un abordage des défis de l'accessibilité dans les villes historiques à travers d'une étude sur l'accessibilité dans le centre historique de São Luís pour les utilisateurs de fauteuil roulant. Il montre l'accessibilité architecturale dans les zones touristiques du centre historique, en vue du mouvement et de l'accès des utilisateurs de fauteuil roulant, les caractéristiques spécifiques des villes historiques, les barrières physiques et les difficultés rencontrées par les personnes dans l'utilisation de cet espace. La méthode utilisée est la transduction, qui travaille la construction d'un objet virtuel possible, à partir des besoins et des priorités listées, basé sur Lefebvre, Wilhelm et Lourau. Les procédures méthodologiques sont organisées en fonction de la réalité et des possibilités conçues. Il est soutenu par la recherche bibliographique, la recherche documentaire, le travail de terrain et l'observation participante, des entretiens et de l'enregistrement des images. Au cours de la recherche, les relations entre le Centre historique de São Luís et l'accessibilité physique pour les utilisateurs de fauteuil roulant est analysée, en tenant compte des implications de cet espace, la garantie de la citoyenneté et le respect des limitations à la fois ce public et le patrimoine. Les résultats montrent que le centre historique de São Luís n'a toujours pas d'accessibilité physique pour les utilisateurs de fauteuil roulant et les politiques d'accessibilité publique dans le Centre Historique pour permettre la pratique du tourisme accessible aux personnes qui utilisent le fauteuil roulant. Ainsi il reste encore un long chemin à parcourir, notamment en ce qui concerne la sensibilisation des managers sur la nécessité et à l'importance de l'accessibilité dans tous les environnements et espaces.

Mots-clés: Tourisme accessible. Accessibilité physique. Centre Historique. Citoyenneté. Personnes qui Utilisent un Fauteuil Roulant. São Luis (MA).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As fases da história da humanidade	32
Figura 2	O direito de ser cidadã	33
Figura 3	Pintura de uma pessoa adulta com deficiência	36
Figura 4	Encuentro Internacional de Mujeres com Discapacidad em Havana-Cuba	48
Figura 5	Pessoas com Deficiência nos 30 anos do AIPD em São Paulo-SP	50
Figura 6	Pessoas com deficiência na Conferência Nacional em Brasília	55
Figura 7	Membros da Rede Internacional de Turismo Acessível numa visita em Socorro-SP	62
Figura 8	Turismo de aventura acessível em Socorro - Tirolesa	68
Figura 9	Turismo Acessível – Passeio de charrete	68
Figura 10	Projeto “Inclusive Praia” em São Luís-MA.	69
Figura 11	Projeto Praia Acessível em várias cidades do Brasil	70
Figura 12	Turistas em visita ao Mosteiro de Alcobaça-PT	81
Figura 13	Turismo sem Barreiras em Berlim, Alemanha	81
Figura 14	Cidade de Salamanca - ES	82
Figura 15	Acessibilidade em Ávila - ES	83
Figura 16	Turista visitando Ávila - ES	83
Figura 17	Ávila acessível - ES	83
Figura 18	Turista usuário de cadeira de rodas no Centro Histórico de Salvador-BA	85
Figura 19	Rota do Pelourinho Acessível em Salvador-BA	86
Figura 20	Usuário de cadeira de rodas nas Cataratas do Iguaçu-PR	86
Figura 21	Acessibilidade em áreas públicas do Rio de Janeiro-RJ	87
Figura 22	Estação da Luz com acessibilidade em São Paulo-SP	88
Figura 23	Fluxograma da metodologia	97
Figura 24	O estado do Maranhão	99
Figura 25	Localização de São Luís	100
Figura 26	Delimitação da área de estudo - Centro Histórico de São Luís	110
Figura 27	As escadarias no Centro Histórico de São Luís	131
Figura 28	A dificuldade para se chegar a calçada	131
Figura 29	Flagrante de veículo estacionado na rampa de acesso	138
Figura 30	Mobiliário urbano no Centro Histórico de São Luís	138
Figura 31	A rampa e as barreiras impostas pelo homem	133
Figura 32	A disputa por espaço nas ruas do Centro Histórico de São Luís	134
Figura 33	As dificuldades no acesso ao elevador.	134
Figura 34	As visitas no Centro Histórico de São Luís I	135
Figura 35	As visitas no Centro Histórico de São Luís II	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Organização do projeto	23
Quadro 2	Legislações e Normas de Acessibilidade	56
Quadro 3	Cartas Patrimoniais	75
Quadro 4	Atrativos visitados no Centro Histórico de São Luís	112
Quadro 5	Atividades realizadas com as pessoas com deficiência	122
Quadro 6	Reclamações das pessoas usuárias de cadeira de rodas	136
Quadro 7	Relatos dos pesquisados sobre acessibilidade no Centro Histórico de São Luís	140
Quadro 8	Proposições de ações dos dois grupos pesquisados	142
Quadro 9	Relatos comuns sobre as dificuldades e possibilidades de melhorias	146
Quadro 10	Resultados alcançados em conformidade com os objetivos traçados	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIVD – Atividades instrumentais da Vida Diária

AIPD – Ano Internacional da Pessoa Deficiente

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AVD – Atividades da Vida Diária

BRENDAIT – Building a Regional Network for the Development of Accessible and Inclusive Tourism

CET – Centro de Excelência em Turismo

CF – Constituição Federal do Brasil

CE – Comunidade Europeia

FUMPH - Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBC - Instituto Benjamin Constant

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

IPHAN– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

NBR Normas Brasileiras

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PPRCH - Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico

SATH – Society for Accessible Travel & Hospitality

Sectur - Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão

Sedihpop - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão

SETUR - Secretaria Municipal de Turismo de São Luís

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TURISMO ACESSÍVEL	30
1.1 Contexto Histórico: da invisibilidade à inclusão	34
1.1.1 As pessoas com deficiência no Brasil	49
1.2 Acessibilidade como direito da pessoa com deficiência	52
1.3 O turismo acessível para pessoas usuárias de cadeira de rodas	59
2 CIDADES HISTÓRICAS E O TURISMO ACESSÍVEL	71
2.1 Centros Históricos: O tombamento	72
2.2 Mobilidade Urbana e o Turismo Acessível em Cidades Históricas	77
2.3 Acessibilidade em cidades históricas no mundo e no Brasil	79
3 METODOLOGIA	89
3.1 Método de pesquisa	89
3.2 Tipo de pesquisa	91
3.3 Técnicas de pesquisa	92
3.3.1 Pesquisa Bibliográfica	93
3.3.2 Pesquisa Documental	93
3.3.3 Observação Participante	94
3.4 Instrumentos de Coleta de Dados	95
4 SÃO LUÍS DO MARANHÃO	98
4.1 De Upaon-Açú à São Luís: uma ilha encantada	100
4.1.1 O surgimento do Projeto Reviver	103
4.1.2 O Tombamento do Centro Histórico de São Luís	107
4.1.3 Os atrativos turísticos no centro histórico e as políticas públicas locais	111
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA DE CAMPO	119
5.1 A acessibilidade no Centro Histórico de São Luís: o olhar dos entrevistados	119
5.2 Perfil dos sujeitos pesquisados - pessoas com deficiência e gestores	121
5.2.1 Pessoas com deficiência	121
5.2.2 Gestores	122
5.3 As entrevistas e os registros de imagens – Resultados	123

5.3.1	Entrevista com as Pessoas com deficiência e registro de imagens	124
5.3.2	Entrevistas com os Gestores	136
5.4	Discussões e possibilidades elencadas pelos entrevistados	140
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICE A Roteiro de observação participante	162
	APÊNDICE B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	165
	APÊNDICE C Entrevista com os gestores	166
	APÊNDICE D Entrevista pessoas usuárias de cadeira de rodas	169
	APÊNDICE E Autorização de uso de imagem e depoimentos	172
	APÊNDICE F Pessoas com deficiência do Maranhão	173
	APÊNDICE G Marcos Legais	174
	APÊNDICE H Documentos Internacionais Direitos da Pessoa com Deficiência	176

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das condições de acessibilidade para a prática turística por pessoas usuárias de cadeira de rodas no Centro Histórico sob a ótica da cidadania. Os fatores determinantes das pessoas usuárias de cadeira de rodas à sua vida em vários aspectos como físicos, biológicos, sociocultural, econômicos e político ganharam espaço ao longo do tempo, tornando-se turistas multiplicadores em potencial para o mercado, hoje representado como uma nova segmentação balizada pelo discurso da inclusão e do turismo acessível. (SANTOS, 2014)

Assim, a definição do tema surgiu em razão do conhecimento das dificuldades encontradas por pessoas com deficiência na realização de atividades da vida diária (AVD), atividades instrumentais da vida diária¹ (AIVD) e da necessidade sentida pela autora, quando, em meados de 2002 desenvolveu a Síndrome de Guillain-Barrè², enfermidade desencadeada por uma infecção viral ou bacteriana. O sistema imunológico ataca a parte do sistema nervoso periférico, causando uma paralisia total ou parcial dos membros e a pesquisadora permaneceu durante sete meses como usuária de cadeira de rodas para se locomover.

Ao longo desse período, por força da situação, percebeu-se as barreiras, preconceitos e limitações enfrentados pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas e com isso percebeu também a contribuição que o turismo pode propiciar para a autoestima, bem como aumento da resistência física e emocional dessas pessoas, melhorando sua qualidade de vida, com uma satisfação pessoal de sentir-se um cidadão pleno. As barreiras que inviabilizam a acessibilidade de pessoas usuárias

¹ Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) refere-se à realização de tarefas mais complexas do cotidiano como fazer compras, cozinhar, limpar a casa e utilizar meios de transporte. Atividade da Vida Diária (AVD) refere-se aos cuidados pessoais básicos, como vestir-se, banhar-se, alimentar-se, cuidar da própria higiene.

² Guillain-Barrè: No final do século XIX, Georges Charles Guillain e Jean-Alexandre Barrè, trabalhando como médicos durante a I Guerra Mundial estudaram o caso de dois soldados que haviam regressado paráliticos e posteriormente passaram a fazer estudos sobre este transtorno. Síndrome de Guillain Barrè: fraqueza muscular de aparecimento súbito causada pelo ataque do sistema imunitário ao sistema nervoso periférico. Infecção respiratória ou gastrointestinal, oriundas dos agentes Epstein Barr, Citomegalovírus, *Campylobacter jejuni*, *Mycoplasma pneumonia*, e também há relatos com outros agentes, como a *Salmonella typhi* e recentemente, o Zika vírus. Disponível em <www.who.int/mediacentre/factsheets/guillain-barre-syndrome/en/>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

de cadeira de rodas a locais públicos e turísticos da cidade chamaram a atenção da autora para a área conhecida como Reviver³ no Centro Histórico de São Luís.

Essa área compreende a parte mais visitada por residentes, turistas e visitantes, tendo em vista que grande parte do acervo histórico e arquitetônico da cidade estão nesse lugar e no entorno e está localizada no bairro da Praia Grande⁴, centro da cidade (SETUR, 2016).

A partir de então, a pesquisadora passou a refletir sobre a importância e ao mesmo tempo dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para a realização do turismo, tendo em vista as questões de acessibilidade, especificamente em centros históricos como o de São Luís. Sabe-se que mesmo existindo legislações, normas, portarias e orientações que deixam clara a importância de se ter alternativas viáveis para garantir o direito de ir e vir de todo cidadão, ainda existem poucas ações efetivas e que deixam à margem uma parcela significativa da população entre turistas e residentes com deficiência, com pouca ou sem nenhuma oferta de serviço.

Assim, buscou-se informações sobre acessibilidade e turismo em cidades históricas, tendo como foco a pessoa usuária de cadeira de rodas. Os resultados dessas pesquisas apresentam um aumento significativo do turismo para pessoas com deficiência em várias cidades de países como a Áustria, Itália, Suécia, França, Espanha, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, Ásia e Alemanha. Esses países trabalham no fomento de ações e programas de acessibilidade, tendo em vista garantir uma melhor qualidade de vida para os cidadãos e turista com deficiência e isso se deve ao processo de globalização (CE, 2014).

Moesch (2002) define o turismo como um fenômeno social carregado de significados e que cresce ao longo dos anos. Isso, devido a um mundo globalizado que já permite diversas configurações entre a sociedade e seu meio ambiente natural e produzido.

³ Nome chamado devido a um projeto de revitalização na área de preservação do Patrimônio Histórico de São Luís. Iniciado em 1987 pelo Governo do Maranhão, o Projeto Reviver buscou recuperar e revitalizar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís. Faz parte do bairro da Praia Grande, bairro mais antigo e tradicional da cidade. Disponível em: <www.jornalpequeno.blog.br/brunoleone/2014/09/23/luiz-phelipe-andres-fala-sobre-25-anos-projeto-reviver-e-os-402-anos-de-fundacao-de-sao-luis-cafe-literario/>. Acesso em : 03 de junho de 2017.

⁴ Nome de um dos bairros que faz parte do Centro Histórico de São Luís

Nesse aspecto, este trabalho se propõe a apresentar o turismo acessível, em conformidade com as recomendações da OMT⁵ (2013), como um processo composto por todas as partes integrantes do turismo, tendo em vista buscar estratégias e ações que viabilizem o acesso e usufruto dos produtos, serviços e ambientes turísticos às pessoas com deficiência de forma segura, com independência, equidade e principalmente dignidade.

Contudo, mesmo diante da crescente demanda em outros países por um turismo acessível, no Brasil, só há pouco tempo a acessibilidade começou a ser pautada pela sociedade junto aos Ministérios e implementada em algumas cidades, mas ainda encontra-se pouca oferta disponível, principalmente pela falta de infraestrutura e equipamentos turísticos adaptados e acessíveis, o que limita ou mesmo inviabiliza a fruição do turismo em sua plenitude. Mas, ainda no que se refere à utilização desses espaços e equipamentos, sabe-se que as contribuições das ajudas técnicas⁶ como rampas móveis, plataformas, elevadores, pessoas e aplicativos, têm apresentado avanços significativos nos últimos tempos, viabilizando o acesso ao turismo nas cidades históricas também para quem usa cadeira de rodas. “A expectativa é alta para o Brasil, se for levado em conta a falta de acesso, o treinamento de pessoal do setor turístico e as informações relevantes para os viajantes com deficiência. Isso faz com que a criação de um site confiável seja essencial” (RAINS, 2014, p 89).

Nesse sentido, tratar sobre acessibilidade em cidades históricas requer muitas pesquisas sobre o assunto, tendo em vista o patrimônio histórico, as possibilidades em cada realidade e onde o foco central seja o sujeito social. É necessário observar que esses espaços são antes de tudo um conjunto urbano tombado, onde é possível vivenciar épocas passadas, mas ao mesmo tempo acompanhar os processos de transformações da cidade e da sociedade. Como exemplos de centros históricos acessíveis no Brasil ainda são incipientes, destaca-se algumas ações visando a acessibilidade física em cidades como Salvador (BA), Pirenópolis (GO), Olinda (PE), e outras. Assim, esses centros “constituem-se como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o

⁵ Organização Mundial de Turismo

⁶ Produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços (Brasil Acessível, vol. 3, 2006: 65).

passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos fatos que estruturam as identidades” (SALGUEIRO, 2005, p. 259).

O Centro Histórico de São Luís, campo de estudo deste trabalho, possui uma área aproximada de 220 hectares de extensão, tem o maior conjunto arquitetônico homogêneo da América Latina remanescente dos séculos XVIII e XIX, com aproximadamente quatro mil imóveis entre casarões construídos em alvenaria de pedra e argamassa com óleo de peixe, pedra de lioz branco de origem europeia existente em elementos arquitetônicos e na pavimentação de edifícios e passeios do centro histórico, fachadas recobertas de porcelanas, sobrados com mirantes, solares e sobrados revestidos com azulejos portugueses e franceses. Essas são marcas do auge econômico da cidade, construídos pelos senhores que comandavam a produção de algodão na região. (IPHAN, 2014).

Sendo assim, o estudo tem como recorte a acessibilidade arquitetônica para pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos no bairro da Praia Grande, Centro Histórico de São Luís – Maranhão. Essa área é composta por solares⁷, sobrados, palácios, praças, museus, igrejas e ruas e para a escolha dos atrativos turísticos, teve-se como critério os mais visitados de acordo com informações da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão-Sectur, a proximidade dos mesmos e levando-se em consideração também as especificidades próprias das pessoas usuárias de cadeira de rodas.

O local foi escolhido intencionalmente por sua diversidade, pelas barreiras arquitetônicas existentes e principalmente porque foi nesse espaço que a pesquisadora quando usuária de cadeira de rodas e graduanda de turismo vivenciou grande parte das barreiras e limitações e enfrentados pelas pessoas com deficiência no acesso aos atrativos turísticos do Centro Histórico de São Luís.

Problema de Pesquisa

Todas as cidades históricas carregam o estigma de um relevante desenvolvimento político, econômico ou sociocultural durante um determinado

⁷ Casas de origem de uma família nobre. O nome também é utilizado de maneira mais ampla para uma residência antiga de grande luxo e conforto, relativo a sua época. Um solar podia ser habitado por nobres ou simplesmente uma família pertencente à elite tradicional e antiga de uma região ou cidade. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Solar_\(habita%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Solar_(habita%C3%A7%C3%A3o))>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

período da humanidade. Na atualidade, o mundo passa por diversas transformações devido ao processo de globalização. Com o Turismo não é diferente, por se apresentar como um fenômeno emergente com capacidade de proporcionar significativas mudanças nas diversas dimensões, como por exemplo, no âmbito da política, econômica e ambiental e cultural, principalmente nas cidades históricas.

As cidades históricas podem ser entendidas como núcleos centrais ou centros históricos, que apresentam em seus espaços físicos construções de importante valor histórico e cultural, sendo, portanto, espaços urbanos de enorme interesse para o turismo acessível.

Falar de acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas em cidades históricas, requer pensar nas diversas barreiras existentes nesses espaços para o acesso aos logradouros públicos e atrativos turísticos como: praças, palácios, igrejas, museus e outros espaços coletivos.

Nesse contexto, as dificuldades são encontradas principalmente pelas leis de preservação de patrimônio que muitas vezes não oferecem alternativas para modificação/transformação/construção nas estruturas físicas desses espaços, garantindo o acesso de todas as pessoas.

O termo acessibilidade pode ser contextualizado em um vasto leque de situações específicas, mas a abordagem tratada nesta pesquisa refere-se à disponibilidade de utilização, à eliminação de barreiras arquitetônicas e a utilização dos atrativos turísticos para pessoas usuárias de cadeira de rodas, de forma a participar com segurança e autonomia, propiciando a inclusão social e o respeito às diferenças através de ambientes acessíveis.

São Luís também não é diferente das demais cidades históricas. O Centro Histórico de São Luís, apesar de ser protegido pelas normas de proteção ao patrimônio histórico, ainda não tem ações concretas que contemplem a acessibilidade.

A problematização da pesquisa está ligada a uma cidade que tem o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, potencialmente aberta à geração de atividades turísticas de forma efetiva e que deveria estar acessível a todas as pessoas. Nesse sentido, deveria ser garantido o acesso a todos.

Considerando essa assertiva, no Centro Histórico de São Luís, os atrativos turísticos são acessíveis a pessoas usuárias de cadeira de rodas? Existem políticas públicas de acessibilidade que contemplem esse público? Há um mapeamento ou

informações sobre os locais turísticos com acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas?

Diante do exposto, a problemática é saber como se pode atuar para melhorar a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís, tendo-se de um lado a necessidade e garantia de acessibilidade e do outro as especificidades próprias das áreas tombadas.

Objetivo geral

Analisar a acessibilidade física nos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís sob a ótica da pessoa usuária de cadeira de rodas e dos gestores.

Como objetivos específicos:

- Apresentar as políticas públicas de acessibilidade no Centro Histórico de São Luís
- Relacionar os atrativos turísticos visitados pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas
- Registrar dificuldades e facilidades comuns das pessoas usuárias de cadeiras de rodas para visitar o Centro Histórico de São Luís, no que tange à acessibilidade física
- Identificar barreiras físicas que inviabilizem o direito de ir e vir das pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís
- Apresentar os relatos das pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores sobre a acessibilidade existente no Centro Histórico de São Luís
- Esboçar proposições e alternativas futuras possíveis de ações no Centro Histórico de São Luís que contemplem a acessibilidade física para pessoa usuária de cadeira de rodas sob a ótica da pessoa que utiliza e do gestor.

Com esse estudo pretende-se contribuir e estimular o debate e estudos sobre alternativas viáveis para a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís, passíveis de concretização, levando-se em consideração as implicações desse espaço enquanto Patrimônio da Humanidade e das limitações existentes para as pessoas

usuárias de cadeira de rodas. Dessa forma, tem-se o intuito de estimular novas pesquisas e proposições de possibilidades para o fomento ao turismo acessível em São Luís.

Nessa perspectiva, o quadro 1 apresenta de forma sintetizada a organização do pensamento deste trabalho.

Quadro 1 Organização do projeto**ASSUNTO GERAL** DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: um estudo no Centro Histórico de São Luís para pessoas usuárias de cadeira de rodas

Campo de investigação	Método e Fundamentação Teórica	Problema de pesquisa/ Questão norteadora	Objetivo geral	Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
As políticas públicas e a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís	O trabalho baseia-se no método de transdução, fundamentado em Lefebvre (2008), Wilhelm (1976) e Lourau (1999), que traz a percepção das realidades atuais, levando-se em conta as possibilidades futuras, imaginárias, tendo em vista as necessidades que a sociedade possa vir a ter no futuro. o método em referência fornece o balizamento necessário entre o quadro conceitual e as observações empíricas, levando em conta a dinâmica social, a cidade urbana, as especificidades, e a identidade entre sujeito e objeto, bem como as interferências do meio. Pretende-se a partir das informações baseadas na realidade local, nos problema e sujeitos envolvidos, propor soluções viáveis, discutindo a dificuldade e elencando possibilidades. A transdução trabalha na perspectiva da construção de um objeto proposto desejável partindo de uma realidade ou problemas e aproximações sucessivas de situações futuras, estimulando assim o processo de planejamento e (re)leitura da cidade, oportunizando a (re)criação de novos olhares, perspectivas e possibilidades sobre o objeto investigado. Dessa forma, as pesquisas bibliográficas foram:	A problematização da pesquisa está ligada a uma cidade intitulada patrimônio cultural da humanidade, potencialmente aberta à geração de atividades turísticas de forma efetiva e que deveria estar acessível a todas as pessoas. Nesse sentido, deveria ser garantido o acesso e usufruto para todas as pessoas. Considerando essa assertiva, no Centro Histórico de São Luís, os atrativos turísticos são acessíveis a pessoas usuárias de cadeira de rodas? Existem políticas públicas que contemplem esse público? Há um mapeamento ou informações sobre os locais turísticos com acessibilidade para usuárias de cadeira de rodas?	Analisar a acessibilidade física nos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís sob a ótica da pessoa usuária de cadeira de rodas	Apresentar as políticas públicas de acessibilidade no Centro Histórico de São Luís	Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Entrevista com gestores (Sectur ⁸ , Setur ⁹ , IPHAN ¹⁰ , FUMPH ¹¹ , Sedihpop ¹²)
				Relacionar os atrativos turísticos visitados pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas	Pesquisa documental; Entrevista com gestores Registro imagético (iconográfico)
				Registrar dificuldades e facilidades comuns das pessoas usuárias de cadeiras de rodas para visitar o Centro Histórico de São Luís, no que tange à acessibilidade física	Registro imagético (iconográfico) Entrevista com pessoas usuárias de cadeira de rodas;
				Identificar barreiras físicas que inviabilizem o direito de ir e vir das pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís;	Pesquisa documental; Observação participante através de visitas feitas pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos; Entrevista com pessoas usuárias de cadeira de rodas;

⁸ Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão⁹ Secretaria Municipal de Turismo de São Luís¹⁰ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹¹ Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís¹² Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

	Brandão (1985); Costa (2015); Corrêa (2002); Demo (2013); Duarte (2005/2014/2015/2017); Fávero (2004); Fuster (1971); Lefebvre (2002, 2008); Lourau (1999), Moesch (2000/2004); Marshall (1967); M. Santos (2014); Salgueiro (2005); Santos, K.V.E.R (2005/2014/2017); Sasaki (1997/2003/2009); Silva (1987), Wilhelm (1978), As pesquisa documentais são: a Constituição Federal do Brasil de 1988; Dossiê UNESCO: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (1997); Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015; Leis de Acessibilidade 10.048/2004 e 10.098/2004, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937; Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; Decreto Federal nº 3.956, Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937; Decreto Legislativo nº186/2008; NBR 9050 da ABNT; Organização Mundial de Turismo, Declaração de Madri; Normativa nº 1 do IPHAN; PAC Cidades Históricas; (2003); Portaria do IPHAN Nº 420; Relatório mundial sobre a deficiência; Cartas Patrimoniais; Normas Sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência; cartilhas do Programa Turismo Acessível; Manual de Orientações, Código Mundial de Ética do Turismo; cartilhas do Programa Brasil Acessível, bem como artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, com o objetivo de se adquirir mais informações sobre o objeto de estudo.				Registro imagético (iconográfico)
A importância da acessibilidade no fomento ao turismo acessível, observando-se as dificuldades, necessidades e limitações comuns das pessoas usuárias de cadeiras de rodas em visita ao Centro Histórico de São Luís.				Apresentar os relatos das pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores sobre a acessibilidade existente no Centro Histórico de São Luís	Entrevista com pessoas usuárias de cadeira de rodas; Entrevista com os gestores (Sectur, Setur, IPHAN, FUMPH, Sedihpop);
				Esboçar proposições e alternativas futuras possíveis de ações no Centro Histórico de São Luís que contemplem a acessibilidade física para pessoa usuária de cadeira de rodas sob a ótica da pessoa que utiliza e do gestor	Observação participante; Entrevista com pessoas usuárias de cadeira de rodas; Entrevista com gestores (Sectur, Setur, IPHAN, FUMPH, Sedihpop)

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Estruturalmente o trabalho divide-se em seis capítulos além da introdução, referências e apêndices.

O primeiro capítulo apresenta as pessoas com deficiência e a acessibilidade. Nesse tópico a pesquisadora faz uma explanação sobre o contexto histórico das pessoas com deficiência, da cidadania à inclusão; a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência, assim como o turismo acessível para pessoa usuária de cadeira de rodas.

No segundo capítulo trata sobre cidades históricas e nesse contexto, faz uma explanação sobre centro histórico, tombamento e o direito à cidade, bem como a acessibilidade em cidades históricas. Esses dois capítulos tem o intuito de apresentar ao leitor pontos importantes para uma melhor compreensão sobre o trabalho.

O terceiro capítulo versa sobre a metodologia, apresentado o método utilizado, o tipo de pesquisa desenvolvida, as técnicas utilizadas, os instrumentais aplicados e a abordagem da análise dos dados. O quarto capítulo explana sobre o estado do Maranhão, fazendo um resgate sobre a história de São Luís, a caracterização do centro histórico, os atrativos visitados e as políticas públicas do turismo local.

Os resultados e discussões são pautados no quinto capítulo, onde são apresentados os relatos dos pesquisados (pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores) sobre as condições de acessibilidade arquitetônica no Centro Histórico. O resultado das pesquisas; as dificuldades e possibilidade elencadas pelos pesquisados visa mostrar as necessidades, prioridades e adequações possíveis sob a ótica dessas pessoas para viabilizar o direito e usufruto desse espaço.

O sexto capítulo traz as considerações em conformidade com os resultados obtidos, onde se pôde avaliar as questões levantadas, a problematização no que tange a existência ou não de políticas públicas locais de acessibilidade e atrativos acessíveis no Centro Histórico de São Luís e a percepção das pessoas usuárias e gestores, visando responder aos objetivos propostos. Depois dos capítulos estão as referências e apêndices.

Este trabalho tem o intuito de contribuir na construção de estratégias que possibilitem o acesso das pessoas usuárias de cadeira de rodas nesses espaços, forma segura e autônoma, contribuindo para uma sociedade mais justa, igualitária, com equiparação de oportunidades e no fomento de ações para o desenvolvimento de um turismo acessível no Centro Histórico de São Luís.

Com esse estudo pretende-se contribuir com novos debates e olhares sobre alternativas viáveis para a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís passíveis de concretização, levando-se em consideração as implicações desse espaço enquanto Centro Histórico Patrimônio da Humanidade e das limitações existentes para o usufruto das pessoas usuárias de cadeira de rodas.

Justificativa

A justificativa do estudo se deve à experiência vivenciada pela autora, quando em 2002 desencadeou a Síndrome de Guillain Barré e perdeu todos os movimentos dos membros superiores e inferiores, ficando durante sete meses como usuária de cadeira de rodas. Até aquele momento, nunca havia pensado nas limitações e barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, mas a partir da situação vivenciada, pode compreender a necessidade e importância que a acessibilidade tem na vida das pessoas com deficiência. Hoje, apesar de ter voltado a andar, ficou com sequelas da doença (comprometimento da coordenação motora) e deficiência psicossocial¹³ não perceptível a olho nu, mas necessitando muitas vezes de acessibilidade arquitetônica e metodológica¹⁴.

De modo que, observar o Centro Histórico sem poder usufruir das belezas desse espaço, estimulou a pesquisadora a buscar informações sobre a garantia de direitos do cidadão com deficiência e o motivo pelo qual estão na maioria das vezes excluídos do contexto social.

A Declaração de Cave Hill¹⁵ (1983, art. 2, p1), deixa claro que “As pessoas com deficiência não são cidadãos de segunda categoria e, portanto, devem ter garantia da igualdade dos direitos outorgados pela Constituição”. Isso mostra que a sociedade começa a reconhecer a pessoa com deficiência enquanto cidadão, com direitos e deveres.

¹³ Também chamada "deficiência psiquiátrica" ou "deficiência por saúde mental" foi incluída no rol de deficiências pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 13/12/06. Romeu Kazumi Sassaki. Publicado na Agenda Portadora de Eficiência (2010).

¹⁴ Sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho educação

¹⁵ Declaração adotada durante o Programa Regional de Capacitação de Líderes, da Organização Mundial de Pessoas com Deficiência realizado em Cave Hill-Barbados no dia 29/01/2003. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Declaracao_de_CaveHill.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2016.

A partir de 2005 já como pessoa com deficiência, a pesquisadora entrou para o movimento de pessoas com deficiência e deu continuidade às pesquisas acadêmicas, de forma a aprofundar os conhecimentos e contribuir na construção de uma sociedade mais cidadã.

O Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999, p 4) que tem por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível, em seu artigo 2, cap. 2 cita que:

[...] As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres; devem tender a promover os direitos humanos e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, especificamente as crianças, os idosos, os deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones.

A citação acima mostra a necessidade de ações que garantam a equiparação de oportunidades para os grupos mais vulneráveis, no intuito de viabilizar o acesso ao turismo ao maior número de pessoas, mas é necessário que se busque alternativas viáveis para o uso desses espaços com segurança e autonomia, de forma digna.

De acordo com as Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (1995, Norma 11, p 31), “os Estados devem promover condições de acessibilidade a locais e serviços culturais, tais como teatros, museus, cinemas e bibliotecas a fim de que as pessoas com deficiência deles usufruam” e aborda a importância de se oferecer um serviço personalizado, levando-se em consideração as particularidades próprias das pessoas com deficiência.

O Projeto BRENDAIT (Building a Regional Network for the Development of Accessible and Inclusive Tourism, 2016, p 28) relata que “o turismo acessível e inclusivo é estruturalmente transversal a todas as outras tipologias de turismo, visto que há turistas com necessidades especiais em todos os correspondentes segmentos da procura”. Isso mostra que a acessibilidade é um requisito essencial e que os destinos turísticos precisam estar acessíveis.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Deficiência (World Report on Disability, 2011, p 7)

Mais de um bilhão de pessoas vivem com alguma forma de deficiência, algo próximo de 15% da população mundial (baseado em estimativas da população mundial de 2010). Isso é mais alto do que as estimativas precedentes da Organização Mundial da Saúde, as quais datam de 1970 e sugerem aproximadamente 10%.

Esse número é significativo e preocupante, principalmente porque de acordo com o Relatório Mundial sobre Deficiência, as pessoas com deficiência fazem parte das piores perspectivas de saúde, educação, as taxas de pobreza são mais altas e deve-se levar em conta o envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas, que acabam causando deficiências. Essa estimativa desperta um alerta sobre a necessidade de se ter políticas públicas inclusivas e programas inovadores para quebrar as barreiras e melhorar a vida das pessoas com deficiência (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DEFICIÊNCIA, 2011).

Dessa forma, para a pessoa com deficiência é essencial projetar integralmente percursos acessíveis, para que cada pessoa possa ir e vir com autonomia e segurança, facilitando assim poder trabalhar, estudar, viajar, dentre outras coisas. “[...] A pessoa ao sair de casa possa caminhar por calçadas niveladas, atravesse em cruzamentos que tenham rebaixamento de guias, chegue a um ponto ou estação com acessibilidade, pegue um transporte adaptado” (SANTOS, K.V.E.R, 2005, p 5).

A Declaração de Madri (2002, apud ROMEU SASSAKI, 2003, p 74) refere-se às pessoas com deficiência como cidadãos invisíveis e relata:

A discriminação enfrentada por pessoas com deficiência é por vezes baseada em preconceitos contra elas, porém mais frequentemente é causada pelo fato de que as pessoas com deficiência são em sua maioria esquecidas e ignoradas e isto resulta na formação e perpetuação de barreiras ambientais e atitudinais que as impedem de participar na sociedade.

A discriminação das pessoas com deficiência está ligada diretamente ao ciclo de invisibilidade em que estas se encontram por consequência das sociedades construídas até então e é nessa perspectiva que se trabalha uma nova visão de sociedade, onde estas sejam inclusivas e com respeito à diversidade humana.

Sob um novo olhar, a Declaração de Madri (2002, p3) relata que

A implementação da nossa visão beneficiará não apenas as pessoas com deficiência, mas também a sociedade como um todo. Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para pessoas com deficiência resultarão em se projetar um mundo flexível para todos. “O que for feito hoje em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã”.

Dessa forma, registra-se, que este trabalho tem a intenção de chamar a atenção da sociedade e do poder público sobre a importância da acessibilidade no turismo, tendo em vista oportunizar uma maior participação das pessoas com deficiência nesses espaços. Nesse sentido, tem-se o intuito de estimular novas pesquisas sobre a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís, no intuito de contribuir na construção de políticas públicas de inclusão para a melhoria da qualidade de vida do cidadão ludovicense¹⁶ com e sem deficiência, bem como na geração de conhecimentos para o Programa de Mestrado Profissional em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da UnB – CET/UnB.

Justifica-se igualmente pelo intuito de responsabilidade e cooperação social, na medida em que chama atenção para um tema sensível e pretende discutir, com base na realidade local. É também um alerta para a importância de não serem criadas barreiras, mas sim que se busque alternativas de tornar os espaços acessíveis. Tem-se o intuito de que este trabalho ofereça subsídios para a discussão do tema a partir de outros olhares e perspectivas, na medida em que não se pretende esgotar o assunto, mas sim deflagrar a ideia de que outros trabalhos possam ser gerados.

¹⁶ Pessoa que nasce na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TURISMO ACESSÍVEL

As pessoas com deficiência são primeiramente cidadãos e podem ser mais ou menos independentes e autônomos. Isso depende de alguns fatores como os sociais, físicos, econômicos, emocionais e de saúde. A prática do lazer e do turismo fazem parte das necessidades básicas de todo cidadão e devem fazer parte das atividades da vida diária.

Nesse sentido, a acessibilidade é uma ferramenta muito importante para facilitar as atividades da vida diária das pessoas usuárias de cadeira de rodas, tendo em vista viabilizar mesmo que de forma diferente a realização das suas funções e dessa forma, poder estar incluso na sociedade e no meio que os cerca. Conhecer um pouco sobre as pessoas usuárias de cadeira de rodas, sua história, limitações e acessibilidade, são essenciais para fundamentar todo trabalho. (SANTOS, K.V.E.R., 2017).

As pessoas com deficiência são primeiramente cidadãos e podem ser mais ou menos independentes e autônomos como qualquer outra pessoa. Dessa forma, a limitação existente deve ser compreendida como uma característica individual.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define pessoa com deficiência como "aquelas que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU], 2006a, artigo 1º).

O documento relata que as diversas barreiras existentes e a falta de acessibilidade é que pode dificultar ou mesmo inviabilizar a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

No Decreto Federal nº 5.296 (2004), deficiência física é:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto Federal nº 5.294/2004, p 1)

Nesse sentido, a própria definição mostra a diversidade de pessoas que fazem parte desse contexto e assim, fez-se um recorte apenas às pessoas com

comprometimento da função física que utilizam cadeira de rodas para se locomover. É importante lembrar que outras terminologias são utilizadas para pessoas com deficiência como PPD¹⁷, PNES¹⁸ e portadores de necessidades especiais, que é contestada pelos autores aqui trabalhados como Sasaki (2003) e Fávero (2004) que relatam que as siglas devem ser usadas para coisas, situações, partidos, movimentos, mas não para pessoas.

Assim sendo, este trabalho utiliza a terminologia pessoa com deficiência em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, Decreto Legislativo nº 186/2008 como Emenda Constitucional nos termos do § 3º do Art.5º da Constituição Federal de 1988. Sua utilização vem carregada de valores e conceitos existentes na sociedade e foram debatidos e reformulados de forma participativa, dando origem à expressão pessoa com deficiência.

Nesse contexto, a Declaração de Cave Hill (1983) é enfática quando se refere às pessoas com deficiências como cidadãos e que precisam ter garantidos seus direitos de forma justa, igualitária, com respeito e equiparação de oportunidades. Dessa forma, ela relata:

As pessoas com deficiência são uma parte essencial da humanidade e não são nem anormais nem seres com desvios. As pessoas com deficiência não são cidadãos de segunda categoria e, portanto, devem ter garantia da igualdade dos direitos outorgados pela Constituição (Declaração de Cave Hill 1983, p. 1).

A citação acima trata do princípio de igualdade de direitos entre todas as pessoas, mostrando que perante a lei não existe cidadãos mais ou melhores que outros, mas para haver a igualdade de direitos, é necessário a equiparação de oportunidade às pessoas com deficiência.

A Declaração de Madri (2002, apud ROMEU SASSAKI, 2003, p 74) refere-se às pessoas com deficiência como cidadãos invisíveis e relata:

[...] A discriminação enfrentada por pessoas com deficiência é por vezes baseada em preconceitos contra elas, porém mais frequentemente é causada pelo fato de que as pessoas com deficiência são em sua maioria esquecidas e ignoradas e isto resulta na formação e perpetuação de barreiras ambientais e atitudinais que as impedem de participar na sociedade.

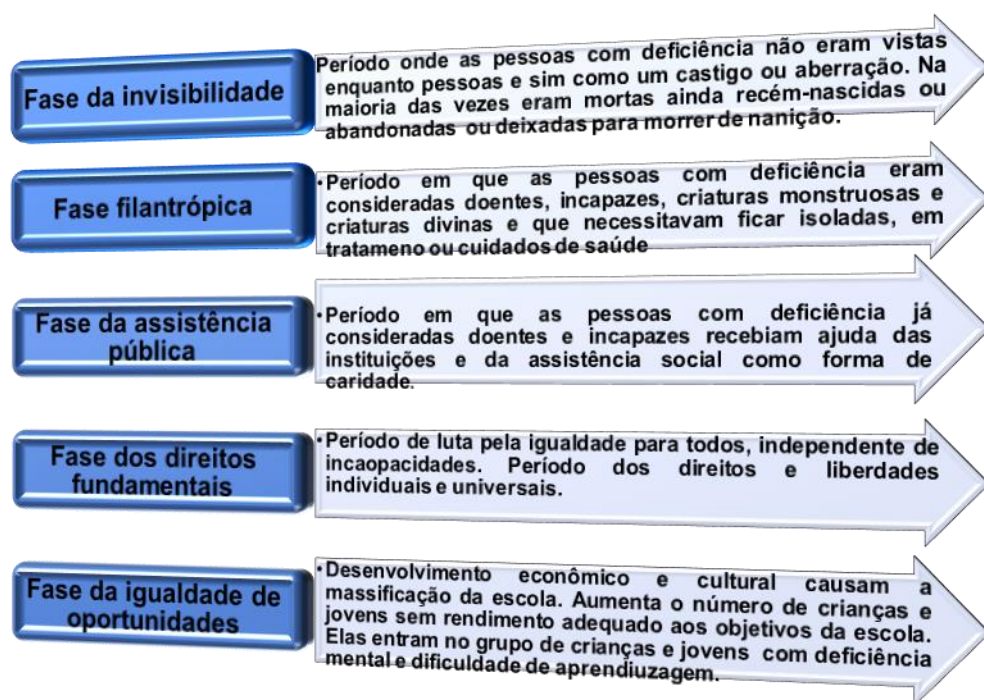
¹⁷ Pessoas portadoras de deficiências

¹⁸ Pessoas com necessidades especiais

A discriminação das pessoas com deficiência são consequências das sociedades construídas até então e é nessa perspectiva que se trabalha sob a ótica de uma sociedade inclusiva, justa, com equiparação de oportunidade e respeitando-se as diversidades humanas.

De acordo com a UNESCO (1977, p 5-6), levando-se em consideração a forma como as pessoas com deficiência eram tratadas e vistas, a história da humanidade pode ser descrita em cinco fases conforme Figura 1

Figura 1 – As fases da história da humanidade



Fonte: Adaptado de GIL, Marta¹⁹ (2017)

Essas fases se sucedem aparentemente na visão cronológica. Na Figura 1 foi feita uma adaptação inserindo a fase da invisibilidade antes das demais. Essa é a fase considerada pela autora como a mais cruel e discriminatória de todas, pois as pessoas com algum tipo de deficiência eram vistas como aberrações e, portanto, na maioria das vezes mortas ao nascer. Na verdade, essas diferentes atitudes e

¹⁹ Consultora na área da Inclusão de Pessoas com Deficiência. Socióloga Coordenadora Executiva do Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas Fellow da Ashoka. Disponível em <<http://intervox.nce.ufrj.br/~gilmar/acercadainclusao.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2017

concepções face às pessoas com deficiência se sobrepõem, mesmo nos dias atuais, onde alguns povos ainda se utilizam dessa prática.

A importância dos direitos humanos para essas pessoas está pautada principalmente pela garantia de direitos, e equiparação de oportunidades e na a igualdade entre os homens. O direito de cada indivíduo à vida, a liberdade, a justiça, ao lazer, a educação, a paz e a uma vida digna.

A Figura 2 apresenta essa luta por igualdade de direitos e vida digna. Uma pessoa usuária de cadeira de rodas (tetraplégica²⁰) segurando uma folha de papel onde está escrito: “a minha vida é movimento”. Através dessa forma de expressão, ela demonstra que quer ser vista enquanto cidadã com direitos como todas as outras pessoas apesar das limitações existentes.

Figura 2: O direito de ser cidadã



Fonte: Lima, Deline de (2016).

Neste primeiro capítulo, foi feita uma contextualização sobre as pessoas com deficiência ao longo da história na luta por cidadania, onde é abordada a acessibilidade e os direitos adquiridos; as realidades e perspectivas do turismo na era da inclusão, fazem parte deste primeiro capítulo. Respeitar e compreender a diversidade humana é um desafio histórico que as sociedades ainda hoje lutam para tentar superar. No próximo item o contexto trata da invisibilidade a inclusão.

²⁰ A tetraplegia ou quadriplegia é quando uma paralisia afeta todas as quatro extremidades, juntamente à musculatura do tronco

1.1 Contexto Histórico: da invisibilidade à inclusão

Falar sobre pessoa com deficiência ao longo da história, requer uma abordagem sobre a construção do direito à cidadania. Esse direito que no início dos tempos era reconhecido só para algumas pessoas, foi ao longo da história se modificando e passou a caminhar junto com as pessoas com deficiência. A evolução do conceito de cidadania interferiu diretamente no processo de construção da identidade dessas pessoas.

Rosa²¹ (2001), relata que a ideia de cidadania na Idade Antiga era uma concessão de direito apenas para poucos e as pessoas com deficiência não eram vistas como pessoas ou detentoras de direitos, tornando-se invisíveis e discriminadas. Portanto,

[...] Cidadania é o direito da pessoa em participar das decisões nos destinos da Cidade através da Ekklesia (reunião dos chamados de dentro para fora) na Ágora (praça pública, onde se agonizava para deliberar sobre decisões de comum acordo). Dentro desta concepção surge a democracia grega, onde somente 10% da população determinava os destinos de toda a Cidade (eram excluídos os escravos, mulheres e artesãos).

Etimologicamente, cidadão vem da palavra *Civita*, que em latim significa cidade e que tem seu correspondente grego na palavra políticos – sendo aquele que reside na cidade (ROSA, 2001).

A palavra cidadania perante a lei, uma ideia difundida pelas grandes revoluções (inglesa, francesa e americana) e que posteriormente foi adotada em todo o mundo.

Segundo Ferreira²² (2004, p.465) “[...] cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”, entende-se por cidadão “o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”. Desde o início das civilizações as diferenças tornaram-se marcantes nas percepções e habilidades e isso criou barreiras entre classes.

Mesmo assim, ao longo das décadas o conceito de cidadania, foi aos poucos sofrendo modificações devido ao processo de evolução histórica da sociedade e constituição do sujeito enquanto cidadão, mas trouxe também a desigualdade social. Isso acaba por interferir no que diz respeito ao significado.

²¹ Vanderley de Barros Rosa, professor de Filosofia

²² Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira

Na antiguidade, para a maioria das civilizações as pessoas com deficiência eram consideradas inúteis, castigo dos deuses e, na maioria das vezes eram abandonadas por suas famílias ainda recém-nascidas nos desertos ou em locais sem nenhuma condição de sobrevivência, tendo em vista que a cultura da época privilegiava a beleza física. Em algumas poucas civilizações eram consideradas criaturas divinas e deviam ser cuidadas, protegidas e sustentadas por seus familiares, no intuito de alcançar graça e gratidão por parte dos deuses (SILVA, 1987).

De acordo com Gugel (2007), na Grécia antiga as pessoas com deficiência eram vistas como seres inferiores e que deveriam ser isolados da sociedade ou mortos. A República, livro IV de Platão relata

Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém” (GUGEL : 2007, p. 63).

Nessa mesma ótica, Aristóteles em A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b descreve

quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida. (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL: 2007, p. 63).

Dessa forma, os relatos históricos mostram que desde o início dos tempos as pessoas com deficiência eram mortas, discriminadas, excluídas e invisíveis aos olhos da sociedade, prevalecendo o preconceito e as superstições. As pessoas com deficiência eram em sua maioria rejeitadas e eliminadas. Em outras culturas eram idolatradas, mas nunca vistas como pessoas, com características próprias. Eram demônios ou deuses.

Na Roma Antiga existia a Lei das XII Tábuas, que autorizava os pais a sacrificarem seus filhos considerados defeituosos. As crianças prematuras ou com deficiência eram consideradas monstruosas e as famílias tinham a opção de expor a criança às margens do rio Tigre ou deixá-las em lugares sagrados. Pregando

assim, um modelo ideal de sociedade e as pessoas precisavam se enquadrar no perfil ideal da época, para só então serem consideradas cidadãos e aceitas pela sociedade. Na Tábua IV da lei estava escrito “É permitido ao pai matar o filho que nasceu disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos”. Em Esparta, a deficiência estava ligada a fraqueza e dessa forma, as famílias que tinham filhos deficientes eram desconsideradas pela própria sociedade. Assim, as pessoas com deficiência dessa época eram consideradas deuses ou demônios. (MEIRA, Lei das XII Tábuas, p 169).

Nesse contexto, era muito comum que mães de filhos com deficiência procurassem escondê-los da sociedade, como forma de protegê-los até dos próprios familiares. Era como uma sentença de morte.

Nas antigas culturas, era muito comum acreditarem nas forças sobrenaturais e na feitiçaria, mas para outras tribos, as pessoas com deficiência tinham algum tipo de magia que fazia com que o espírito mal permanecesse neles. O autor faz relato sobre os membros da tribo Xangga (Tanzânia/África), que “não prejudicavam ou matavam as crianças ou adultos com deficiência. Acreditavam que os maus espíritos habitavam essas pessoas e nelas arquitetavam e se deliciavam, para tornar possível a todos os demais membros a normalidade” (SILVA, 1987, p 217).

Nessa época, as pessoas que adquiriam deficiência ao longo de suas vidas, eram enterrados vivos. Se tinha a concepção de que a terra os protegeria de todo mal. A Figura 3 retrata uma pessoa adulta com deficiência sendo levada.

Figura 3: Pintura de uma pessoa adulta com deficiência.



Fonte: MENDES, Iba (2018)

Poucas são as informações com relação às pessoas com deficiência na antiguidade. Nesse período, havia um culto à perfeição física e mental, demonstrando uma forma de rejeição à deficiência que foi passando de geração em geração. Em algumas civilizações, as crianças com deficiência eram expostas nas arenas para alegrar os homens medievais ou jogadas para alimentar os animais famintos e os adultos com deficiência eram isolados do convívio social, acabando por morrer.

De acordo com Silva (1987, p. 21), “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de conseqüências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade”. Assim, nos séculos VII e VIII a.C. o conceito se baseava claramente na exclusão.

Assim, na idade antiga a igreja católica tornou-se a base mais forte e portanto, assumiu com instituição legítima à propriedade privada o direito, o governo, o matrimônio e a escravidão e assim, pregava-se o modelo ideal de sociedade. O surgimento do cristianismo trouxe também mudanças na maneira como a sociedade via e tratava as pessoas com deficiência.

Na Idade Média (séc V ao XV), os cidadãos eram pessoas detentoras de grandes posses e faziam parte de uma pequena camada da sociedade, diferenciando-se do restante da população. Em 1215, surgiu a Carta Magna na Inglaterra, sendo esse o marco inicial da limitação do poder estatal, mas os benefícios eram destinados apenas aos barões ingleses. (PINSKY, BASSANEZI, 2013).

Nessa época, a igreja cristã começou a mostrar sua rigidez e as pessoas consideradas cidadãs tinham direito de punir seus escravos, criados e empregados e algumas vezes até mutilavam parte de seu corpo, impedindo-os de trabalhar. Essas pessoas passavam a pedir esmolas e com isso, o povo cristão tinha a oportunidade de fazer caridade.

Nos séculos XVI e XVII alguns países já preocupados com as pessoas com deficiência, começaram a construir locais para atendimento específico, mas as discriminações ainda eram muito grandes.

Com a evolução dos tempos, a Inglaterra criou leis que submetiam a população a recolher taxa para a caridade, tendo por objetivo apoiar os pobres, idosos e deficientes. Em 1554, com o início da Idade Moderna a França criou o

“Grand Bureau des Pauvres”, com o objetivo de recolher contribuições para fazer o atendimento em casas e hospitais de doentes, pobres e deficientes (SILVA, 1987).

No séc XVIII começa o Iluminismo²³ na França que defendia o uso da razão e pregava mais liberdade na busca de igualdade. Esse período foi conhecido como o século das luzes, tornando-se o mais intenso naquele país. O lema iluminista “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, incentivou a Revolução Francesa em 1789, tendo como um dos principais precursores Rennè Descartes (1596-1650). Para os filósofos iluministas, os problemas ligados à natureza, ao homem e a sociedade não eram mais explicados pela vontade divina e sim pela razão. Essa foi uma época de grandes mudanças e transformações tecnológicas, dando assim uma nova ideia do conceito de cidadania, onde o cidadão começou a ser percebido como detentor de direitos (PINSKY, BASSANEZI, 2013).

Esse período marca o fim do feudalismo e o início do capitalismo. Com a perspectiva de mudança nasce a concepção dos Direitos Individuais e Fundamentais, fonte que insuflou a Revolução Americana (1775) e a Revolução Francesa (1789). No dia 26 de agosto de 1789, foi votada e aprovada em assembléia na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (TOSI, 2014).

Sob essa ótica, os direitos fundamentais tornaram-se essenciais ao ser humano e a igualdade de direitos passou a ser a base na construção da cidadania, já que os direitos políticos foram se disseminando na perspectiva de garantir o pleno uso por todas as pessoas (final do séc. XIX e início do séc. XX), fortalecendo assim a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (art 1º e 4º) de 1789 e reformulada em 1793 (TOSI, 2004).

A cidadania era composta por três elementos: o civil, o político e o social, reciprocamente dependentes. O primeiro desses elementos surgiu na época moderna, onde a igualdade de direitos passou a se base para a construção da cidadania, vista à partir dessa época como “igualdade humana básica da participação na sociedade, concretizada mediante a aquisição de direitos” (CORRÊA, 2002, p. 212).

²³ Termos usados para descrever as tendências do pensamento e da literatura na Europa e em toda a América durante o século XVIII, antecedendo a Revolução Francesa. Foram empregados pelos próprios escritores do período, convencidos de que emergiam de séculos de obscurantismo e ignorância para uma nova era, iluminada pela razão, a ciência e o respeito à humanidade.

No século XIX, aconteceu na Inglaterra a Revolução Industrial, causada pela insatisfação com o sistema de produção usado na época. Nesse período, nasceram as primeiras constituições sociais, onde eram nítidas as preocupações da população com as disposições sociais e econômicas. A revolução causou muita miséria e um grande desajuste nas classes sociais (CORRÊA, 2002).

Conforme Marchall (1967, p. 77),

A igualdade implícita no conceito de cidadania, embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe, que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos deve, inevitavelmente, enfraquecer e, eventualmente, destruir a justiça de classe e a liberdade pessoal, como um direito natural universal.

Nesse período, muitos países não pensavam na integração das pessoas com deficiência à sociedade, mas elas já passavam a ser vistas como ser humano, com sentimentos e capazes de viver de forma decente, precisando para tanto apenas que lhes fosse garantido meios para isso.

Na segunda metade do século XIX, em alguns países nórdicos a preocupação com o desenvolvimento do potencial das pessoas com deficiência para a produção de bens e desenvolvimento de serviços, visando cobrir as próprias necessidades de sobrevivência começou a ser estimulado, dando bons resultados. Nesse período, a atenção destinada às pessoas com deficiência cresceu bastante, “[...] em concordância com as características individuais, tornando-se, portanto, mais humanas no mundo mais atualizado” (SILVA, 1986, p.266).

Com o início da Idade Contemporânea (sec XX) cresce o assistencialismo²⁴, ganhando espaço nos discursos e nas ações políticas. Nessa época, as pessoas que não se enquadravam no padrão de normalidade ficavam afastadas de seus lares e mantidas em casa de assistência, que na maioria das vezes eram amparadas pelas próprias famílias. Com o passar dos anos, a perda da influência do cristianismo e o desenvolvimento da sociedade baseada numa nova consciência e nos direitos individuais, fez nascer uma sociedade onde a liberdade do indivíduo já não seguia mais como base os padrões pré-estabelecidos como normais, mostrando

²⁴ Ação de pessoas, organizações governamentais e entidades sociais junto às camadas sociais mais desfavorecidas, marginalizadas e carentes, caracterizada pela ajuda momentânea, filantrópica e pontual. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Assistencialismo>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

cidadãos que até aquele momento eram excluídos de todo contexto social, econômico e político daquela época (SILVA, 1987).

O desenvolvimento industrial, a ciência e as tecnologias aumentaram as disputas de territórios e de povos. Assim, os problemas só pioravam nas principais nações da Europa, tendo em vista que os países já estavam descontentes com as mudanças, disputas e a má distribuição dos benefícios, criando um clima de instabilidade constante (PINSKY, BASSANEZI, 2013).

Dessa forma, a insatisfação da Itália e da Alemanha, em conjunto com as novas armas contribuíram para a I Guerra Mundial (1914 a 1918). Como resultado das batalhas, foram aproximadamente 10 milhões de mortos entre civis e militares e cerca de 20 milhões de feridos, onde muitos tiveram seus membros amputados e outros com sequelas que causaram deficiência. Após a devastação da guerra e o clima de tensão existente, os vencedores exigiram reparações financeiras e parte dos territórios dos países derrotados. Isso fez com que os países firmassem tratados de aliança entre eles e com isso, a situação de conflito deu origem a famosa paz armada, tendo em vista somar forças contra a nação rival. As marcas ficaram na história dos povos (CORRÊA, 2002).

Após tantas pressões, começa a II Guerra Mundial (1939-1945) e com ela vem a preocupação em internacionalizar os direitos fundamentais. dentro desse cenário foi criada a ONU e promulgada a primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde relata que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade” (ONU, 1948, art. 1º, p1).

A década de 50 foi o período pós-guerra e nesse período, as camadas sociais começavam novos questionamentos, baseados nos novos padrões, na produção por conta de novas tecnologias e no aumento da mão-de-obra. Dessa forma, começou-se a debater sobre esse novo modelo de sociedade, já que as dificuldades na aceitação desses direitos para todos e as dificuldade em romper com os antigos paradigmas para aceitar essa nova concepção de cidadania e garantia de direitos fundamentais ainda era algo muito novo (SILVA, 1987).

Aurélio²⁵ (2004) elenca que “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”[...] o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado, ou no desempenho de seus deveres para com este” (AURÉLIO, 2004, p 465).

As duas guerras trouxeram muitas destruições aos territórios e perdas às populações. Não se tem dados sobre o número de pessoas com mutilações, perdas sensoriais e problemas mentais, mas diante da realidade causada pelas guerras, começaram as mudanças com relação às necessidade de reabilitação dos soldados garantindo assim cidadania a essas pessoas.

Diante dessa nova concepção de cidadania conquistada pela sociedade, onde a valorização do ser humano passou a ser um direito de todos, os países tiveram que investir em reabilitação dessas pessoas, principalmente dos soldados de guerra que eram considerados como heróis e, portanto, deveriam ter uma vida digna.

Nesse período, devido as guerras as amputações e outras deficiências tornaram-se muito frequentes nos sobreviventes, considerados como heróis. Assim, os Estados Unidos começaram a pensar e implementar ações que minimizassem os impactos causados pelas batalhas, buscando meios de garantir moradia e alimentação a fuzileiros e marinheiros que tivessem adquirido deficiência física. (SILVA, 1987).

Isso fez com que países como França e Grã-Bretanha também pensassem em programas, centro de treinamento e assistência aos veteranos de guerras sequelados²⁶. Em 1919, foi criado na Inglaterra a Comissão Central da Grã-Bretanha para o Cuidado do Deficiente e devido ao número muito alto de deficientes, o movimento foi aumentando e o tema começou a ter relevância em vários países e na Organização das Nações Unidas (ONU) (SILVA, 1987).

Dessa forma, o movimento de pessoas com deficiência cresceu bastante, tendo em vista as mudanças promovidas nas políticas públicas. Com o passar dos anos, começou-se a perceber as necessidades das pessoas com deficiência sentirem-se úteis a si mesmas e à sociedade, deixando claro que a deficiência em sua maioria não estava ligada a incapacidade e sim a limitação causada muitas vezes pelas barreiras existentes no meio e não pela pessoa. (SILVA, 1987).

²⁵ Lexicógrafo, filólogo, professor, tradutor, ensaísta e crítico literário brasileiro. Foi o autor do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa e membro da Academia Brasileira de Letra. Disponível em <www.academia.org.br/academicos/aurelio-buarque-de-holanda/biografia>. Acesso jul. 2017.

²⁶ Que ou quem sofreu sequelas de doença, trauma ou acidente.

Assim, a cidadania começava a ser (re)construída, pautada nas conquistas à partir das disposições de organização, percepção e conhecimento por parte do cidadão, na busca por uma igualdade social. Sabe-se que ainda é necessário um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista alcançar o nível pleno de cidadania.

Nesse sentido, a Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948 p 4) em seu artigo I declara que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Dando continuidade, ela fortalece a garantia de direitos a todas as pessoas quando no artigo II menciona que

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, p. P5).

Dessa forma, não se tem como se fazer uma abordagem sobre cidadania, deixando de lado a garantia de direitos sociais adquiridos e que constam nos direitos humanos. O princípio do respeito e dignidade da pessoa humana é o próprio exercício da cidadania.

Sob essa ótica, a Declaração de Caracas (2002, p. 1) relata que:

Queremos uma sociedade baseada na equidade, na justiça, na equidade e na interdependência, que assegure uma melhor qualidade de vida para todos sem discriminação de nenhum tipo; que reconheça e aceite a diversidade como fundamento para a convivência social. Que aspiramos a uma sociedade na qual o respeito à dignidade do ser humano e a condição de pessoa de todos os seus integrantes sejam valores fundamentais.

A importância da valorização das pessoas fica expressa nessa declaração, onde tras como base a justiça, equidade, independência, reconhecendo e respeitando a diversidade entre as pessoas, no intuito de uma melhor sociedade.

Na década de 60 foram aprofundadas as discussões sobre as pessoas com deficiência e sua integração social. A melhoria das condições, informações e a qualidade de vida para esses indivíduos foram fatores essenciais para a formação de indivíduos mais conscientes de seus direitos e deveres e o fortalecimento do movimento que já buscava sua integração na sociedade.

De acordo com Sasaki (1997, p. 30-31), chegava a era da integração das pessoas com deficiência. Nesse sentido,

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Nessa época, já se lutava pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, mas só eram integradas à sociedade as pessoas que conseguissem se adequar aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade. Dessa forma, muitos continuavam excluídos por estarem fora desse padrão.

Em 1975 foi Proclamada pela resolução 3447 da Assembleia Geral das Nações Unidas Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, que “Apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência” (SASSAKI, 2003, p 57).

O termo globalização teve início na década de 80. Começando nesse período a integração internacional, como um processo dinâmico e que interligou o mundo através de tecnologias nas áreas de telecomunicação, informática, transporte e outros, intensificando as diversas relações entre os países de forma a minimizar distâncias e romper fronteiras. Esse processo causou uma mudança social político-econômico, referente às questões de empregabilidade e à participação dos indivíduos em geral como força de trabalho.

Em 1981, comemorou-se em todo o mundo O Ano Internacional das Pessoas Deficientes - AIPD, que teve como lema Participação Plena e Igualdade, mas todo processo foi iniciado ainda em 1976, quando a ONU proclamou em reunião da Assembleia Geral que 1981 seria o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Na época, a organização já tomava decisões em prol das pessoas com deficiência, tendo como exemplos a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Retardo Mental, em 1971, e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975. O AIPD teve como objetivos: ajudar no ajustamento físico e psicossocial nas sociedades; promover esforços, nacional e internacional, tendo em vista oportunizar o trabalho compatível e a integração na sociedade (SECRETARIA DE ESTADO

DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO PAULO, MEMORIAL DA INCLUSÃO, 2011).

É igualmente nesse contexto que surge o discurso da inclusão/exclusão social, delimitada na ideia de que se deve pensar sobre as dificuldades e conquistas das pessoas com deficiência e na possibilidade de concretização de seus direitos de cidadãos, procurando sempre buscar maneiras de contribuir para o processo de inclusão dessa camada, muito importante em nossa sociedade.

Historicamente Sasaki (2003, p. 17) lembra que

[...] O movimento de inclusão começou incipientemente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e se desenvolveu fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países.

A era da inclusão iniciou aproximadamente na década de 80 e foi se fortalecendo principalmente devido a participação dos movimentos sociais de pessoas com deficiência através de assembleias onde eram ouvidos e debatidos os problemas levantados.

Em 1982, foi lançado o Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência com o intuito de “Promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de “igualdade” e “participação plena” das pessoas” (ONU, 1982, p 3).

Em 1983, outros dois documentos foram marcantes na construção da cidadania da pessoa com deficiência. Foram eles a Declaração de Cave Hill em Barbados, que repudiava a ideia da pessoa com deficiência ser vista como cidadão de segunda categoria e a Convenção da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de número 159, realizada em Genebra, onde foram estabelecidos princípios e ações para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência.

Nesse mesmo ano, foi publicado o livro Nada Sobre Nós, Sem Nós: "Opressão à deficiência e empoderamento", do autor James I. Charlton onde era tratava sobre essa expressão que havia ouvido pelas pessoas com deficiência quando esteve na África do Sul. Posteriormente, a expressão começou a ser usada pelas pessoas com deficiência de várias partes do mundo e tornou-se o marco da inclusão (SASSAKI, 2007).

No início da década de 90, novos documentos internacionais pautam o debate da inclusão como a Declaração Mundial de Educação para Todos na Tailândia, a Declaração de Manágua que teve por objetivo abrir outros caminhos no movimento internacional pela equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na luta por igualdade, a Declaração de Maastricht que pautava a necessidade de se reconhecer a deficiência como uma questão de Direitos Humanos e que as implementações de ações só aconteceriam por meio de mudança social e econômica (FADERS, 2016).

As Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU em 1993 foi um documento que apresentou regras sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com de Deficiência, pontuando as medidas para implementação de ações no que trata a igualdade de participação abordando acessibilidade, educação, emprego, renda, seguro social

Por Equiparação de Oportunidades, utiliza-se a definição dada pela Disabled Peoples International (1993, p 4), isto é:

O processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas de recreação, são feitos acessíveis para todos, isso inclui a remoção das barreiras que impedem a plena participação das pessoas deficientes em todas estas áreas, permitindo-lhes assim alcanças uma qualidade de vida igual à de outras pessoas.

Nesse período, os debates sobre a inclusão das pessoas com deficiência já começavam a se intensificar, iniciando uma nova era onde a pessoa com deficiência passava ser protagonista de sua própria história.

Era a mudança implicava respeitar as diferenças, acolher, incluir e construir estratégias para garantir a equiparação de oportunidade na busca e garantia de direitos e o lema nada sobre nós, sem nós foi ganhando força. A inclusão intensificou junto aos movimentos sociais de pessoas com deficiência de todo o mundo a partir da década de 1990 (SASSAKI, 2007).

A Declaração de Salamanca em 1994 trouxe os princípios da educação especial, mas é em 1999 em Londres que um documento explicita o termo inclusão. A Carta para o Terceiro Milênio, estabelece medidas de proteção aos direitos, também pede o apoio no empoderamento e inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida. Em 2002 a Declaração de Madri anuncia 2003 como

o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e a Declaração de Caracas declara o ano de 2004 como o Ano das Pessoas com Deficiência e Suas Famílias (FADERS, 2016).

Sob essa ótica, a Declaração de Caracas (2002, p. 1) relata que:

Queremos uma sociedade baseada na equidade, na justiça, na equidade e na interdependência, que assegure uma melhor qualidade de vida para todos sem discriminação de nenhum tipo; que reconheça e aceite a diversidade como fundamento para a convivência social. Que aspiramos a uma sociedade na qual o respeito à dignidade do ser humano e a condição de pessoa de todos os seus integrantes sejam valores fundamentais.

Nessa perspectiva, pensar em cidadania e Direitos Humanos é também rever os conceitos pré-estabelecidos pela sociedade, tendo em vista as desigualdades sociais e econômicas são históricas e ainda fazem parte do contexto atual. Assim, trabalha-se na perspectiva de que sejam rompidas as barreiras existentes e que sejam garantidas a acessibilidade e equiparação de oportunidade para todos.

Apesar dos avanços históricos, as desigualdades sociais ainda fazem parte do dia-a-dia do das pessoas com deficiência. Assim, nesse contexto (relativamente mais atual) surge o discurso inclusão/exclusão social, delimitada na ideia do pensar sobre as dificuldades, conquistas e possibilidade de concretização dos direitos como cidadãos dessa parcela da população como as pessoas com deficiência.

Para Sasaki (2003, p 21), a inclusão social é

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Dessa forma, a inclusão é consequência de uma visão social e democrática, na qual se deve respeitar os direitos e deveres de um indivíduo independente de suas limitações, no intuito de estimular, reconhecer e empoderar²⁷, garantindo também a equiparação de oportunidades para todos. O termo inclusão indica que a sociedade e não a pessoa deve mudar. O exercício de cidadania deve ser feito pelas

²⁷ Verbo que se refere ao ato de dar ou conceder poder para si próprio ou para outrem. É considerado uma atitude social que consiste na conscientização dos variados grupos sociais, principalmente as minorias, sobre a importância do seu posicionamento e visibilidade como meio para lutar por seus direitos.

peças e ser aprimorada através da solidariedade, democracia, ética e dos Direitos Humanos.

Muitos foram os documentos internacionais sobre inclusão e os direitos das pessoas com deficiência nos últimos anos, mas o documento considerado o marco atual foi a Convenção da ONU Sobre Os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD em 2008, que visa “Promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (CDPD, 2008, p 1).

Atualmente, aproximadamente 15% da população mundial tem algum tipo de deficiência e dessa forma, o Relatório Mundial sobre Deficiências (2011, p 17) relata que:

Ainda que muitos países já tenham começado a realizar ações para melhorar as vidas das pessoas com deficiência, ainda resta muito a ser feito. As evidências elencadas por este Relatório sugerem que muitas das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são evitáveis e que as desvantagens associadas à deficiência podem ser superadas.

Portanto, as pesquisas e a busca de formas para romper as barreiras existentes é uma preocupação mundial, tendo em vista que as pessoas com deficiência são cidadãs e, portanto, precisam ter seus direitos garantidos com equiparação de oportunidades e equidade como forma de fortalecimento social. A Figura 4 mostra o 1º Encuentro Internacional de Mujeres con Discapacidad, realizado na cidade de Havana-Cuba em 2010, para debater sobre a garantia de direitos, troca de experiências, proposições sobre a necessidade, empoderamento e de uma maior participação das mulheres com deficiência. Esse encontro contou com a participação de vários países, inclusive o Brasil, onde foram apresentados trabalhos, debates e se conheceu um pouco sobre a realidade das pessoas com deficiência de Cuba.

Figura 4: Encontro Internacional de Mujeres com Discapacidade em Havana-Cuba



Fonte: SANTOS, Katia (2010)

Os debates com relação à garantia de direitos das pessoas com deficiência tem crescido muito e os eventos internacionais de pessoas com deficiência conta com a cada ano com um número maior de participantes, que discutem sobre temas diversos.

No Relatório Mundial sobre Deficiências são apresentadas recomendações de ações importantes para a eliminação das barreiras, a seguir:

- Recomendação 1: permitir o acesso a todos os sistemas e serviços regulares
 - Recomendação 2: investir em programas e serviços específicos para pessoas com deficiência
 - Recomendação 3: adotar uma estratégia e planos de ação nacionais sobre a deficiência
 - Recomendação 4: envolver as pessoas com deficiência
 - Recomendação 5: melhorar a capacidade dos recursos humanos
 - Recomendação 6: oferecer financiamento adequado e melhorar a acessibilidade econômica
 - Recomendação 7: aumentar a conscientização pública e o entendimento das deficiências
 - Recomendação 8: aumentar a base de dados sobre deficiência
 - Recomendação 9: fortalecer e apoiar a pesquisa sobre deficiência
- (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DEFICIÊNCIAS, 2011, p 17- 21)

A eliminação de barreiras precisa ser rompida em todas as áreas, tendo em vista que as pessoas com deficiência fazem parte de todos os contextos da humanidade, sendo eles social, econômico, cultural e político.

Dessa forma, “deve existir uma preocupação do governo em estimular e direcionar políticas que permitam a inserção das pessoas com deficiência como sujeitos do seu próprio desenvolvimento e do país” (DUARTE, 2015, p 541).

É nesse contexto mais atual e na perspectiva de uma sociedade inclusiva e igualitária que se explana sobre a contextualização histórica das pessoas com deficiência, saindo da total invisibilidade ao início da inclusão e garantia de direitos das pessoas com deficiência.

1.1.1 As pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil, a discriminação com as pessoas com deficiência também vem desde a época do descobrimento, assim como as desigualdades sociais e econômicas, mas ao longo dos tempos, as campanhas de conscientização em busca de um novo conceito de sociedade mais igualitária e inclusiva, tem procurado facilitar ao indivíduo com deficiência, o resgate e usufruto dos seus direitos como cidadão.

Para Filgueira (2008), o Brasil não se diferenciou muito do restante do mundo ao longo da história com relação às pessoas com deficiência. Descoberto em 1500, sec. XVI por portugueses, o país era habitado por índios. nesse período, os habitantes sacrificavam seus bebês quando nasciam com algum tipo de deficiência ou deformidade e excluíaam aqueles índios que adquiriam ao longo do tempo limitação física ou sensorial, porque achavam que elas não poderiam ter uma vida normal.

Com certeza, pessoas com deficiência existiam sim no início de nossa história. Mas diante de tal afirmação, leva-nos a pressupor que, talvez como consequência cultural da política de exclusão dos Índios, a sociedade colonial continuasse a segregar, a esconder essas pessoas. Até mesmo por motivos de vergonha ou de completo desconhecimento, não saber lidar com elas (FILGUEIRA, 2008, p.27).

A citação acima retrata um pouco o olhar sobre as pessoas com deficiência desde o descobrimento do Brasil, onde nessa época os índios consideravam os deficientes mentais como enviados do céu, respeitando e adorando-os, mas o mesmo não acontecia com os deficientes físicos, que na maioria das vezes eram abandonados para morrer.

No período imperial, ainda no sec. XVII, começou a atenção formal às pessoas com deficiência com a criação dos primeiros internatos sendo eles o Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos Mudos - INES (1857).

Nesse período, devido aos conflitos militares, muitas pessoas ficaram mutiladas, então foi criado o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, onde “seriam recolhidos e tratados os soldados na velhice ou os mutilados de guerra, além de ministrar a educação aos órfãos e filhos de militares” (FIGUEIRA, 2008, p. 63).

Com a Proclamação da República, os institutos de cegos e surdos tiveram suas denominações alteradas e com o passar dos anos os nomes foram se alterando. Hoje chamam-se Instituto Benjamin Constant (IBC) e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nessa época, ainda eram tímidas as iniciativas das instituições com relação à demanda das pessoas com deficiência.

Na década de 20 iniciou-se a expansão das instituições de educação especial, com entidades privadas e assistencialista. Começam a aparecer os movimentos que criam as associações PESTALOZZI²⁸, AACD²⁹, APAE³⁰. Na década de 60, surgem os centros de reabilitação para todo tipo de deficiência. Nesse contexto, era clara a relação da deficiência associada a doença.

A evolução dos direitos das pessoas com deficiência só começa a se fortalecer a partir dos anos 80. O Ano Internacional da Pessoa Deficiente, motivou a sociedade a compreender, debater e lutar por mudanças necessárias nessa área, de forma mais organizada.

Sob essa ótica, Figueira (2008, p.43), relata:

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como conseqüência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância. (FIGUEIRA, 2008, p. 115).

A Declaração de Salamanca nos anos 90 acende o debate sobre a importância da educação inclusiva para todos e dessa forma, o governo brasileiro resolve adotar princípios, políticas e práticas na área das necessidades

²⁸ Movimento inspirado pelo pedagogo suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), foi criado, em 1926. Disponível em <<http://www.tiki-toki.com/timeline/entry/127165/Historico-da-Incluso-no-Brasil/#vars!panel=1206216>>. Acesso 10 de novembro de 2017

²⁹ Associação de Assistência à Criança Defeituosa. Disponível em <<http://www.tiki-toki.com/timeline/entry/127165/Historico-da-Incluso-no-Brasil/#vars!panel=1206216>>. Acesso 10 de novembro de 2017

³⁰ Fundada em 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa da americana Beatrice Bemis, mãe de uma criança com deficiência intelectual. O atendimento é voltado para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Disponível em <<http://www.tiki-toki.com/timeline/entry/127165/Historico-da-Incluso-no-Brasil/#vars!panel=1206216>>. Acesso 10 de novembro de 2017.

educacionais especiais. A Convenção de Guatemala também teve muita influência na construção da inclusão no Brasil.

A partir de 2000, começou um novo ciclo, onde as lutas por direitos se intensificaram em todo Brasil, fazendo com que as pessoas com deficiência tivessem empoderamento. As leis, portarias, normas, orientações, conferências e recomendações foram bases fundamentais para culminar em dois grandes momentos a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência com status de emenda constitucional, no § 3º do art. 5º da Constituição Federal Brasileira em 2009 e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI em 2015.

Mesmo com esses avanços, no Brasil são aproximadamente 45.623.910 pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2010), que vivem em constante discriminação, pois em geral, fazem parte das estatísticas das pessoas com pouca escolaridade e sem acesso à cultura devido principalmente às condições sociais, não sendo na maioria das vezes reconhecido como um indivíduo social e cidadão pleno de seus direitos. A Figura 5 mostra as pessoas com deficiência no Seminário de comemoração dos 30 Anos do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, realizado na cidade de São Paulo.

Figura 5: Pessoas com Deficiência nos 30 anos do AIPD em São Paulo-SP



Fonte: SANTOS, Katia, (2011)

A Figura acima retrata momentos de descontração durante o seminário onde também foi discutido sobre os avanços e dificuldades nesse período. As dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência ao longo da história são sempre debatidas nesses eventos, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais de

peças com deficiência se pauta no empoderamento desses cidadãos, através da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão, estimulando assim o avanço das políticas públicas para pessoas com deficiência. No que diz respeito a inclusão social, no Brasil a cada momento são criadas alternativas para minimizar o processo de exclusão no qual estão incluídos mais de 45 milhões de brasileiros.

1.2 Acessibilidade como direito das pessoas com deficiência

O processo de luta pela acessibilidade iniciou após a II Guerra mundial, tendo em vista o aumento no número de soldados com mutilações e sequelas causadas pelas batalhas. O alto índice de pessoas com deficiência tornou-se preocupante, pois eram heróis na defesa da pátria que mereciam respeito e consideração, necessitando assim de cuidados e tratamento para serem recolocados na vida social, como forma mínima de recompensa pelos serviços prestados à pátria.

Pensar em acessibilidade normalmente remete logo à pessoa com deficiência, mas é necessário compreender que essa é apenas uma das formas de garantia da cidadania. O direito de ir e vir com autonomia e segurança é necessário para todos, mas normalmente é mais utilizado pelas pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos, crianças, gestantes, obesas, dentre outras. Não é algo exclusivo apenas para pessoas com deficiência. Autonomia e independência são essenciais para a cidadania e acessibilidade é a forma de garantir essas condições.

Para a CI Intercâmbio e viagens³¹, na Europa, a preocupação em possibilitar que os espaços públicos fossem acessíveis às pessoas com deficiência é um desafio há quase duas décadas e agora é uma tendência que está sendo abraçada por várias cidades europeias. Apesar de algumas terem construções muito antigas, de épocas onde não se pensava em regras para acessibilidade, elas se destacam por ter planejamentos urbanísticos voltados para minimizar as barreiras existentes e melhorar a vida das pessoas com deficiência (CI INTERCÂMBIO E VIAGENS, 2017).

O European Concept for Accessibility (ECA, 2003), apresenta o conceito de acessibilidade em um meio edificado, onde

³¹ Empresa de Intercâmbios, Estudos, Trabalhos e Viagens no Exterior. Disponível em: <<https://www.ci.com.br/>>. Acesso em: 15 de julho de 2017.

O meio edificado deve permitir que todos os indivíduos se desenvolvam como pessoas, e, portanto, concebidas tendo em conta a diversidade da população e da necessidade, que todos nós temos, de sermos independentes. Portanto, cada um dos elementos e componentes do meio edificado deve ser criado de acordo com o conceito de acessibilidade, entendido como dotar a envolvente com as características que permitem a todos o acesso às diferentes instalações disponíveis: cultura, espaço público, edifícios, comunicações, serviços, economia e participação (European Concept for Accessibility, 2003, p 20)

Importante destacar que nesse conceito, a acessibilidade, onde era pensado na perspectiva de um meio edificado, evidenciando principalmente o espaço físico e a acessibilidade arquitetônica. Dessa forma, com a evolução dos tempos, foi-se necessitando aprimorar e ampliar o conceito. Hoje, com a mudança de olhar, o significado também foi absorvendo mais elementos como a garantia da igualdade de oportunidade em todas as esferas da vida.

Já o *Desing for All* (Design para Todos) complementa essa evolução, a partir da concepção de produtos e ambientes para serem utilizados pelo maior número de pessoas. Sendo assim,

Desing for All é:

es la intervención sobre entornos, productos y servicios con la finalidad de que todas las personas, incluidas las generaciones futuras, independientemente de la edad, el género, las capacidades o el bagaje cultural, puedan disfrutar participando en la construcción de nuestra sociedad en igualdad de condiciones (Fundación Design For All – Barcelona).

Esses conceitos europeus sobre Acessibilidade e Design for All, mostram que a igualdade de oportunidades deve ser para todos. Dessa forma, os espaços construídos e equipamentos para utilização por pessoas, deverá sempre ser acessível, tendo em vista sua utilização com autonomia e segurança.

De acordo com Cambiaghi³² (2012, p 86)

Alguns locais ou países perceberam naturalmente a importância da implantação de quesitos de acessibilidade na mobilidade urbana e nas edificações, outros precisam de incentivos, portanto, ações tem sido feita na Europa para implementar a acessibilidade em cidades de valor histórico cultural. O prêmio Access City Award é uma destas iniciativas previstas em uma estratégia de dez anos da Comissão Europeia para uma Europa sem barreiras.

³² Autora do livro Desenho Universal, professora, arquiteta, mestra em acessibilidade e desenho universal. Trabalha na Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, na Comissão Permanente de Acessibilidade.

Nota-se o esforço dos países da Europa, no que tange a mobilização e o incentivo para viabilizar a acessibilidades às pessoas com deficiência nos espaços urbanos das cidades, mesmo as cidades históricas. Ações concretas já estão sendo feitas, sendo um estímulo para que outros países sigam o exemplo e possam se adequar, tornando-se referência em acessibilidade.

O Centro Regional de Informações das Nações Unidas para a Europa Ocidental (UNRIC, 2017), relata que “cerca de 10% da população, ou seja, 650 milhões de pessoas, vivem com uma deficiência. São a maior minoria do mundo”.

Portanto, é importante que a acessibilidade nas cidades e as políticas públicas inclusivas estejam abertas e contem com as contribuições das pessoas com deficiência, tendo em vista que são elas as usuárias dos serviços e assim pode-se melhorar a qualidade dos planos e projetos, pois o processo de construção torna-se participativo e inclusivo.

Dessa forma, lendo os dados da Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC, 2017), entende-se o por que a acessibilidade tornou-se pauta essencial nas políticas públicas de todo o mundo e no Brasil, esse tema vem ganhando força com a pressão dos movimentos sociais de pessoas com deficiência junto ao poder público, tendo em vista a garantia de direitos e acessibilidade.

De acordo com Sasaki, (2009), somente a partir de década de 80 que o Brasil começou a ter uma forma mais participativa no que trata as questões de acessibilidade e deficiência. Nesse período, nasceram campanhas sobre a importância da acessibilidade e de se romper com as barreiras existentes.

O movimento de pessoas com deficiência começou a exigir que os governos buscassem estratégias que garantissem a equiparação de oportunidades e algumas dessas táticas utilizadas foi a construção de documentos norteadores para a acessibilidade. A Figura 6 mostra as pessoas com deficiência nos debates durante a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizado em 2012 na cidade de Brasília. A conferência visou conhecer as necessidades dessas pessoas e contou com representantes de todos os estados do Brasil. Na foto estão pessoas com deficiência da Bahia, Maranhão e São Paulo.

Figura 6: Pessoas com deficiência na Conferência Nacional em Brasília.



Fonte: SANTOS, Katia (2012)

Nesse contexto, foram criados vários documentos com o intuito de viabilizar a garantia de acesso a todas as pessoas. O Quadro 2 apresenta sinteticamente os documentos legislações, normas, programas que contemplam a acessibilidade no Brasil.

Quadro 2 Legislações e Normas de Acessibilidade

Ano	Documentos nacionais	Objetivo
1985	Lei Federal Nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências
1988	Constituição Federal da República Federativa do Brasil	Assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça
2000	Lei Federal de Acessibilidade Nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência
2003	Instrução Normativa Nº 1 do IPHAN	Trata da acessibilidade a bens culturais e imóveis acautelados em nível federal
2004	Decreto de Acessibilidade Nº 5.296	Regulamenta as Leis 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
2009	Decreto Nº 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
	PAC 2 Cidades Históricas	Programa de Aceleração do Crescimento, com perspectiva para a valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro
2013	Turismo Acessível para Todos	Recomendações da OMT
2014	Instrução Normativa Nº 1 do IPHAN	Altera a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, que trata da acessibilidade a bens culturais imóveis
2014	Caderno Técnico Nº 9 IPHAN	Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos
2015	Lei Federal Nº 13.146, LBI	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
2015	Norma Brasileira. ABNT NBR 9050	Normas de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

Fonte: SANTOS, Katia - dados da pesquisa (2017).

Esses documentos normativos e orientadores sobre acessibilidade mostram a evolução que tem ocorrido ao longo dos anos e a preocupação que o governo vem tendo para buscar formas de garantir o direito de ir e vir. Essa preocupação se deve principalmente ao grande número de pessoas com deficiência existentes no Brasil, sendo essencial se pensar em ambientes acessíveis a todas as pessoas.

O Relatório Mundial sobre Deficiências (2011, p202) aponta que

Os ambientes podem incapacitar as pessoas com problemas de saúde ou promover sua participação e inclusão na vida social, econômica, política e cultural. A melhoria do acesso a edifícios e estradas, transporte, informação e comunicação pode criar um ambiente que beneficia não apenas deficientes, mas muitos outros grupos populacionais. As atitudes negativas são um fator crucial do meio ambiente que precisa ser tratado em todas as áreas.

O Relatório mostra que muitas vezes os ambientes interferem diretamente na condição ou não de participação da pessoa com deficiência na sociedade e nos espaços públicos. Então, deve se analisar e buscar estratégias que excluam ou minimizem as barreiras impostas.

A Lei Brasileira de Inclusão-LBI Nº 13.146/2015 (LBI, 2015), descreve acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (LBI, 2015, p 2).

Nessa perspectiva, a acessibilidade visa facilitar o acesso no uso de locais, produtos, serviços e informações que devem estar disponíveis ao maior número e variedade possível de pessoas independente de suas capacidades, garantindo-lhes a promoção da igualdade na diversidade. Assim, para se exercer a cidadania, é necessária superar as barreiras existentes nos espaços. Portanto, muitas vezes busca-se as adaptações para minimizar as barreiras e facilitar o acesso.

A não garantia do direito de ir e vir com autonomia e independência pode estar ligada à falta de adequação na configuração do espaço físico, na carência de políticas públicas voltadas para o tema e também na falta de percepção dos profissionais das diversas áreas, bem como seus gestores, não se limitando apenas a esses pontos, mas sim deixando claro que são vários os determinantes que

interferem e muitas vezes inviabilizam o direito de usufruto pelas pessoas com deficiência, especificamente usuárias de cadeira de rodas, principalmente pela falta de acessibilidade e as barreiras existentes nesses espaços.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) apresenta barreira como sendo

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, (LBI 2015, p 2).

De acordo com Sasaki (2003), acessibilidade deve ser entendida como qualidade e facilidade desejada em todos os contextos e espaços da atividade humana. Essas barreiras são obstáculos físicos edificados no meio urbano e edifícios, que atrapalham a circulação das pessoas com deficiência, inviabilizando o livre acesso aos espaços construídos.

Sendo assim, não tem como abordar a questão de acessibilidade sem pensar nas barreiras existentes. Nesse sentido, são apresentadas seis dimensões de barreiras,

Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p 1 e 2).

Conforme Andrade (2009), a concepção de ambientes acessíveis é necessário se conhecer as dificuldades e empecilhos existentes nos diversos ambiente e meio e isso é bem perceptível quando se acompanha ou se observa as atividades diárias das pessoas com deficiência nos diversos espaços, de forma a identificar as barreiras e minimizá-las. Importante relatar que na construção de novos espaços, a ideia é que já sejam construídos sem barreiras. Dessa forma, é necessário que também sejam criados trajetos que facilitem a ligação de um lugar a outro, sem barreiras e de forma segura.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2009, emenda Constituição Federal, art. 5) relata que todos os espaços, equipamentos e ambiente devem ser pensados e projetados de acordo com o Desenho Universal com a:

Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias (CF, art. 5).

Nesse contexto, entende-se que, para a realização de ações na promoção da acessibilidade, é necessário um trabalho multidisciplinar, com profissionais e pessoas com deficiência, tendo em vista a complexidade e especificidades existentes. Espera-se que em pouco tempo, as ações que hoje aparecem de forma isoladas, se torne ações permanentes e comuns. Existem muitas leis e normas sobre acessibilidade, mas poucos estudos e conhecimento na aplicabilidade (COHEN, 2016).

A acessibilidade é critério fundamental no exercício de cidadania das pessoas com deficiência, visando a garantia do direito de ir e vir de forma segura e autônoma na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

1.3 O Turismo Acessível para pessoas usuárias de cadeira de rodas

Pensar no turismo sob a ótica da inclusão, requer inicialmente conhecer, compreender e ressignificar conceitos, bem como entender todo o contexto sócio histórico-cultural.

A evolução do turismo está cada vez mais dinâmica e a globalização vem ajudando muito nesse processo, fazendo com que as pessoas do mundo todo possam se conectar e conhecer mesmo que virtualmente um lugar. Isso na maioria das vezes desperta o interesse do turista, que hoje já conta com as mais diversas formas de turismos.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), conceitua turismo como “a soma de relações e serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (OMT, 2001). Essa definição é mais utilizada pelos estudiosos e acontece com finalidades diversas (lazer, descanso, negócios ou outros).

Para Fuster (1974 apud MOESCH, 2000, p. 28)

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes [...]. Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda [...]. Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras.

O turismo já foi compreendido como atividade econômica, indústria, dentre outros, mas pretende-se aqui trabalhar o turismo enquanto fenômeno social, tendo em vista não ser uma ação isolada pois interfere e sofre interferências do meio, das relações sociais, ambientais, econômicas e políticas, onde torna-se importante a compreensão da realidade dinâmica e complexa. “Essa ótica do turismo no campo das ciências sociais, envolve as relações concretas, imaginárias (homem e meio) e sua complexidade necessitando dessa forma uma análise do ponto de vista teórico, interdisciplinar e social” (MOESCH, 2000, p. 446).

Nas últimas décadas, pessoas, organizações e empresas tem se multiplicado e oferecido uma diversidade maior de serviço na área do turismo, com o objetivo de um melhor atendimento às necessidades e expectativas do turista e potencializar demandas existentes que antes não eram tidas como potencial.

Nessa sequência, a OMT, através das Recomendações do Turismo Acessível para Todos (OMT, 2013, p. 7), elaborou um documento que trata da importância de um turismo onde sejam respeitadas as diversidades humanas, com a finalidade de promover o seguimento turístico de forma responsável, sustentável e acessível, tendo em vista garantir o direito de ir e vir a todas as pessoas. O documento conceitua:

Turismo Acessível para Todos é uma forma de turismo que envolve um processo de colaboração entre as partes integrantes da atividade turística que permite às pessoas com necessidades especiais de acesso usufruir os produtos, serviços e ambientes turísticos, de forma independente e com equidade e dignidade (OMT, 2013, p. 7).

Assim, o turismo vem apresentando mudanças determinantes para a vida de muitas pessoas, entre elas as com deficiência, que agora já podem exercer seu direito ao turismo acessível.

Duarte (2015, p 539), relata que

O turismo acessível surge como potencial motivador da inclusão social, visando à ampliação da participação de todos em tal atividade, com a finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de acesso a atividades comuns e não em grupos isolados e estigmatizados.

Na citação de Duarte (2015), o turismo acessível chega com a perspectiva de viabilizar o turismo para uma grande parcela da população que) estava excluída pela falta das condições de acesso aos equipamentos turísticos. Dessa forma, busca facilitar as pessoas com deficiência a participação no turismo, no lazer, minimizando as barreiras existentes, capacitando profissionais, propondo adequações e planejando alternativas para realizar os sonhos e desejos dos turistas com deficiência.

Nessa perspectiva, Duarte (2005, p 117) cita

A atividade turística, inclusive devido a sua característica de pluralidade, de diversidade de povos, raças e credos deve ser receptiva a qualquer indivíduo, inclusive para aqueles que possuem alguma limitação física. Desta forma, os princípios do turismo acessível devem visar um turismo para todos aqueles que desejam usufruir tais serviços.

Dessa forma, é necessário a sensibilização e implementação de políticas públicas acessíveis, que trabalhem na perspectiva de um turismo para todos e na perspectiva de que os espaços e equipamentos turísticos, bem como os patrimônios nas cidades históricas possam ser apreciados também pelas pessoas com deficiência, tendo em vista que a maioria dessas pessoas se encontram excluídas desses espaços que deveriam ser de todos.

O relatório da União Europeia mostra que em alguns anos, o turismo acessível deverá crescer bastante, mas é necessário que se tenha estratégias para o desenvolvimento desse segmento na UE, devendo estar alinhada a Estratégia Europeia 2020 para o crescimento e inclusão social e a Estratégia Europeia para a Deficiência 2010-2020, fortalecendo assim a criação da Lei Europeia de Acessibilidade que já foi proposta pela comissão desde dezembro de 2015 (COMISSÃO EUROPEIA, 2015).

Nesse sentido, a Figura 7 mostra a organização dos primeiros participantes da Rede Internacional de Turismo Acessível, com a proposta de chamar a atenção

para as necessidades das pessoas com deficiência no turismo, de forma a orientar e fortalecer toda a rede, bem como contribuir para a inclusão social.

Figura 7: Membros da Rede Interamericana de Turismo Acessível numa visita em Socorro-SP



Fonte SHIMOSAKAI, Ricardo (2008).

Os membros da Rede Interamericana de Turismo Acessível foram à cidade de Socorro no estado de São Paulo para traçar planos, fazer vistoria da acessibilidade e estimular a compreensão dos gestores sobre a importância no fomento desse segmento ainda inovador no Brasil.

Importante destacar que várias são as terminologias e expressões adotadas para o turismo quando se trata da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência. Algumas delas são o Turismo Acessível, Turismo de Inclusão, Turismo para Todos, e assim, vem sendo apresentados em periódicos, livros e suportes de informações turísticas e vem ganhando espaço no meio mercadológico e acadêmico, embora ainda sejam discutidas e avaliadas em ambos os contextos.

No panorama internacional, de acordo com a CI Intercâmbio e viagens³³, na Europa a preocupação em possibilitar que os espaços públicos fossem acessíveis às pessoas com deficiência é um desafio há quase duas décadas e agora é uma tendência que está sendo abraçada por várias cidades europeias. Apesar de algumas terem construções muito antigas, de épocas onde não se pensava em regras para acessibilidade, elas se destacam por pelo planejamento urbanístico voltado para minimizar as barreiras existentes e melhorar a vida das pessoas com deficiência (CI INTERCÂMBIO E VIAGENS, 2017).

³³ Empresa de Intercâmbios, Estudos, Trabalhos e Viagens no Exterior. Disponível em: <<https://www.ci.com.br/>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

Nessa perspectiva, apresenta-se de forma resumidamente algumas experiências internacionais de cidades que já trabalham o turismo acessível para pessoas usuárias de cadeira de rodas e a toda diversidade de pessoas com e sem deficiência.

Em algumas cidades da Europa, no que tange a mobilização e o incentivo para viabilizar a acessibilidades às pessoas com deficiência nos espaços urbanos das cidades, ações concretas já estão sendo feitas como um estímulo para que outros sigam o exemplo e possam se adequar, tornando-se também referência em acessibilidade.

Como forma de fomento, em 2010, a Comissão Europeia - CE³⁴ criou o “Prêmio Europeu Acces City” para cidades acessíveis e Ávila (Espanha) ganhou a primeira edição. A segunda edição ficou com a cidade de Salzburgo (Áustria). A terceira edição em 2013 ficou com a cidade de Berlim (Alemanha). A cidade vencedora de 2014 foi Gotemburgo (Suécia). Na quinta edição em 2015, a cidade vencedora foi Borås (Suécia). Em 2016, Milão (Itália) foi a cidade vencedora do Prêmio e a cidade de Chester (Reino Unido) recebeu o prêmio em 2017. Atualmente já foram 45 cidades acessíveis premiadas pela Comissão Europeia, contando os três finalistas e as menções especiais em boas práticas em acessibilidade (SHIMOSAKAI³⁵, 2017).

De acordo com Olaf Schlieper, gerente de inovações do Centro de Turismo Alemão - DZT, “as mudanças são prioridade no governo alemão, que as vêm colocando em prática de dez anos para cá. — Trata-se de um projeto de acessibilidade turística no país inteiro” (R7, 2016)

De acordo com Cambiaghi³⁶ (2012, p 86)

³⁴ Órgão executivo da União Europeia -EU, sendo politicamente independente. responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus e pela execução das decisões do Parlamento Europeu e do Conselho da UE.

³⁵ Pessoa usuária de cadeira de rodas (paraplegia), bacharel em Turismo e trabalha com o turismo acessível para as pessoas com deficiência. É um dos criadores da ONG Turismo Adaptado. Membro da SATH (Society for Accessível Travel & Hospitality), Brazilian Adventure Society e da Rede Internamericana de Turismo Acessível.

³⁶ Autora do livro Desenho Universal, professora, arquiteta, mestra em acessibilidade e desenho universal. Trabalha na Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - Comissão Permanente de Acessibilidade.

Alguns locais ou países perceberam naturalmente a importância da implantação de quesitos de acessibilidade na mobilidade urbana e nas edificações, outros precisam de incentivos, portanto, ações tem sido feita na Europa para implementar a acessibilidade em cidades de valor histórico cultural. O prêmio Access City Award é uma destas iniciativas previstas em uma estratégia de dez anos da Comissão Europeia para uma Europa sem barreiras.

Na citação acima, observa-se que muitos países já incorporam os critérios de acessibilidade como uma prioridade de forma natural, outros precisam de estímulos. Sendo assim, são realizadas ações para estimular as cidades a tornarem-se mais acessíveis e dessa forma, mais pessoas poderem usufruir do direito ao turismo. Nesse contexto, são apresentados a seguir alguns exemplos de cidades que trabalham ações para garantir a acessibilidade.

Em Viana do Castelo - PT, o sistema de transporte utilizado conta também com carros elétricos no Centro Histórico, de baixo custo e impacto ambiental e compatível com a largura das ruas. Possui estacionamentos subterrâneos, para que as pessoas circulem apenas nos micro-ônibus, as ruas são para pedestres e sem desnível, foram colocadas rampas de acesso ao lado das calçadas que levam aos patrimônios e praças e contou com um reordenamento dos mobiliários, no intuito de eliminar barreiras existentes e facilitando assim a circulação das pessoas usuárias de cadeira de rodas nesses espaços (IPHAN, 2014).

Em Segóvia e Salamanca na Espanha, os sítios e edifícios históricos possuem adaptações que permitem a circulação e o acesso de pessoas usuárias de cadeira de rodas. Na cidade de Florença na Itália, as ruas e calçadas tem pisos regulares e rebaixamento de guias.

Já em Milão, algumas intervenções como rebaixamento de guias e rampas nos edifícios são comuns para facilitar o acesso de pessoas usuárias de cadeira de rodas, assim como o Palácio Sforzesco, o museus e galerias também possuem acessibilidade na parte interna e no entorno. La Rochelle, cidade medieval francesa tem sua ruas com pavimentação que facilita o deslocamento de ciclistas, pedestres e veículos em harmonia. Os passeios largos e o rebaixamento das calçadas permitem o acesso e circulação nas ruas do centro histórico da cidade.“[...] Salamanca é também um lugar aberto, sem impedimentos, sem fronteiras e isto faz com que possa desfrutar de uma maneira global e completa, convertendo-a assim numa cidade plena de todos e para todos” (SHIMOSAKAI, 2010).

Em Chartres – França, o rebaixamento de calçadas é muito comum no Centro Histórico. Na cidade de Ávila - ES, é possível encontrar um guia de recursos acessíveis da cidade onde fala um pouco sobre o patrimônio e os locais acessíveis como alojamentos, hotéis, restaurantes, patrimônios e programação cultural da cidade. Uma cidade medieval, Patrimônio da Humanidade, ela tem grandes muralhas e um rico patrimônio histórico (catedral, mosteiro, basílicas, igrejas, convento, auditório municipal, palácio episcopal, casa de supero del Águila e dos Verdugo, palácio do Serrano, santuários, dentre outros atrativos emblemáticos, mas em todos eles existem acessibilidade.

Ávila na Espanha acaba se destacando das demais nesse contexto atual, por ser uma cidade medieval, toda em pedra e cercada por muralha. Foi uma das premiadas por ter feito adequações que garantem a acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas, dispoendo em seus diversos espaços com rampas, plataformas elevatórias, guia interprete, banheiros, restaurantes e hotéis adaptados, rebaixamento de guias (GUIA DE RECURSOS ACESSÍVEIS DA CIDADE DE ÁVILA 2008).

A Síntese dos Estudos sobre Turismo Acessível na Europa, apresentado pela Comissão Europeia (2014, p7) relata que:

Em 2012, os fluxos turísticos correspondentes a este segmento na UE totalizaram cerca de 783 milhões de viagens no interior da UE, prevendo-se um crescimento para cerca de 862 milhões de viagens por ano para 2020, o equivalente a uma taxa de crescimento médio de 1,2% ao ano. A maioria das viagens realizou-se dentro da UE, especialmente no país de origem.

Esses dados mostram uma demanda reprimida que só a pouco tempo começou a ser vista e trabalhada pelo turismo. As pessoas com deficiência são turistas em potencial e multiplicadores, pois em sua maioria viajam com familiares, amigos e a acessibilidade é um fator essencial para a satisfação do cliente. Nesse sentido, é necessários investimentos na oferta e prestação de serviços especializados, bem como produtos e equipamentos turísticos acessíveis.

Importante observar que essas cidades se destacam principalmente pelo seu planejamento urbanístico que viabiliza condições práticas de acessibilidade, melhora a qualidade de vida dos residentes e turistas independente de deficiência.

Portanto, é necessário quebrar as barreiras existentes, investindo em pesquisas, capacitação dos prestadores de serviço, tecnologias e acessibilidade,

tendo em vista alternativas viáveis no que tange a ações concretas de elaboração de rotas, implementação de equipamentos, locais e políticas públicas de turismo acessíveis a todas as pessoas. A pesquisa da Comissão Europeia (2014, p 5) apresenta que “mais de 80% dos inquiridos diz que são suscetíveis de voltar para um destino se estiverem satisfeitos com o grau de acessibilidade”.

Também nos países com Estados Unidos (US) e Canadá (CA), também se preocupam com a acessibilidade. No Canadá, a cidade de Toronto apresenta acessibilidade na maioria dos espaços com rampas de acesso, elevadores nas estações de metrô, shoppings, lojas, aeroportos, portas automáticas em todos os locais, ônibus adaptados às pessoas com deficiência e até mesmo em salas de aula com interprete de lingua de sinais; A cidade de Vancouver é conhecida pelos programas inovadores nas áreas de sustentabilidade ambiental, acessibilidade e inclusão. Nos Estados Unidos, alguns exemplos são a cidade de Las Vegas por estar preparada para todos os tipos de turistas sem e com deficiência e a cidade de Seattle, considerada uma das cidades com melhor acessibilidade por ter uma área metropolitana bastante concentrada e as linhas metrô que já foram planejadas dentro dos padrões mais modernos de acessibilidade (CI INTERCÂMBIO E VIAGEM, 2014).

No Brasil, o turismo acessível ainda é incipiente e isso se deve a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que englobam preconceitos e desigualdades sociais, mas os trabalhos de sensibilização sobre a importância do turismo para todos já começam a dar frutos. Pode-se dizer que há um novo olhar, uma preocupação maior e principalmente o respeito ao cidadão, no intuito de viabilizar o turismo a todas as diversidades humanas. (SASSAKI, 2003).

Contudo, para que sejam quebradas as barreiras/obstáculos e limitações existentes nos espaços, é necessário que sejam criadas oportunidades a esses indivíduos, tendo em vista o direito a sua independência e autonomia garantidos pela legislação. Nesse sentido uma forma prática é termos locais públicos e turísticos acessíveis e/ou adaptados a todas as pessoas com e sem deficiência (SANTOS, K.V.E.R, 2014).

Nesse sentido, é essencial que se tenha políticas públicas inclusivas e transversais, onde todas as políticas sejam pensadas para todos os cidadãos. Um bom exemplo é o turismo acessível que contribui de forma positiva para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, criando alternativas que garantam sua

participação e contribuindo também para o desenvolvimento de um país. “O exemplo de Socorro - SP demonstra que a aplicação de políticas públicas voltadas à acessibilidade pode ser realizada e produzir frutos, mobilizando todos os seus atores” (DUARTE, 2017, p 129).

O Ministério do Turismo (2012) trabalha o turismo acessível com o objetivo de propiciar a inclusão de pessoas com deficiência na atividade turística, através de incentivos junto aos municípios. O Programa compõe a política de acessibilidade do Ministério do Turismo e conta com aplicativos como o Guia Turismo Acessível, onde a pessoa com deficiência pode pela internet avaliar os estabelecimentos e atrativos turísticos, no que tange a acessibilidade, o Manual de Orientações em Turismo e Acessibilidade que trata da Recepção e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, Guia e livro Novos Rumos, as quatro Cartilhas Turismo Acessível e outros documentos.

Tanto o livro Novos Rumos quanto as cartilhas do Turismo Acessível, são ferramentas que ajudam as pessoas com deficiência a conhecerem mais locais acessíveis ou adaptados. O aplicativo e o Guia Turismo Acessível ajuda a conhecer os tipos de acessibilidade existentes nos espaços. Nesse aplicativo, a pessoa após visitar o local, pode se cadastrar no guia e responder as informações com relação ao tipo de acessibilidade existente naquele ambiente e as condições para uso. Após salvar as informações, qualquer pessoa com deficiência poderá ter acesso e já ir planejando uma rota acessível ou minimamente adaptada.

Dessa forma, de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2015) Rota Acessível é o

Trajetos contínuos, desobstruídos e sinalizados, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, pisos, corredores, escadas e rampas, entre outros.

O conceito de rota acessível citado acima serve para mostrar que é um sistema integrado e não pode ser pensado isoladamente porque tem como princípio interligar diversos lugares ou espaços de forma acessível e ordenada.

Uma parceria entre o Ministério do Turismo e a Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), fez da cidade de Socorro em São Paulo a primeira a ser selecionada a receber o programa de implementação das

normas da ABNT no que tange a acessibilidade e certificada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Dessa forma, Socorro uniu o turismo de aventura com a acessibilidade. As Figuras 8 e 9 mostram algumas das atividades realizadas por turistas com deficiência no Hotel Fazenda Parque dos Sonhos e Campo dos Sonhos, na cidade de Socorro-SP.

Figura 8: Turismo de aventura acessível em Socorro - Tirolesa



Fonte: Enjoy trip (2016).

Figura 9: Turismo Acessível – Passeio de charrete



Fonte: globo.com (2015).

As fotos mostram a realização do turismo acessível na cidade de Socorro-SP, mostrando que para garantir a acessibilidade não basta que o espaço seja acessível, mas precisa-se contar com um apoio de pessoas capacitadas. Essa nova visão de turismo transformou inclusive a rotina da cidade, que ficou conhecida internacionalmente por seu turismo diferenciado e hoje recebe turistas de várias cidades do mundo. A partir de então, outras oportunidades surgiram e novas

parcerias foram feitas e isso trouxe acessibilidade para todo o destino, bem como restaurantes, hotéis, parques, equipamentos e pontos turísticos da cidade. Hoje, o destino é referência em turismo de aventura e tem como diferencial a acessibilidade turística.

No Brasil, além do turismo acessível em cidades históricas, abre-se um parêntese para relatar que existem atualmente mais de 10 cidades que já desenvolvem projetos de acessibilidade nas praias para pessoas usuárias de cadeira de rodas. São elas: Praia de Copacabana - RJ (projeto Praia para todos desde 2008); Ponta Negra - RN (OrtoRio na Praia, desde 2013); Ilha Bela - SP (praias: Saco de Capela, Perequê, Curral, Praia Grande, Pedras Miúdas e Garapocaia. Parceria governo do estado e prefeitura); Itanhaém - SP (Programa Praia Acessível, desde 2012); Fernando de Noronha - PE (Projeto Eco Noronha OnG); Porto de Galinhas - PE (Projeto Praias Sem Barreiras - prefeitura); praia de Boa Viagem - PE (Projeto Praias Sem Barreiras); praia de Iracema - CE (desde 2015 prefeitura); Canoa Quebrada e Jeriquaquara-CE (em implantação); Maceió - AL (prefeitura); Balneário Rincão - SC (projeto Praia Acessível); Parque UniPraias e Praia Central Balneário de Camboriú - SC (projeto Praia Acessível); Praia de Atalaia em Luís Corrêa - PI (Projeto Piauí Praia Acessível); Praia do Calhau - MA (Projeto “Inclusive, praia”). (GARCIA, 2016). Esse projeto conta em grande parte com parceria de Organizações Não-Governamentais e instituições privadas. A Figura 10 apresenta imagens do Projeto Inclusive Praia na cidade de São Luís (MA) e a Figura 11 mostra o Projeto Praia Acessível em pleno funcionamento nas cidades de Maceió (AL), Porto de Galinhas (PE), Fernando de Noronha (PE) e Peruíbe (SP).

Figura 10: Projeto “Inclusive Praia” em São Luís-MA.



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

Figura 11: Projeto Praia Acessível em várias cidades do Brasil



Fonte: Pagina do g1.globo.com (2017).

Dessa forma, nota-se que a inclusão das pessoas com deficiência no fenômeno e prática turística tem contribuído muito para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, tendo em vista a satisfação e o direito ao turismo, bem como o fomento do turismo para todos. Afinal, deve-se levar em consideração que atualmente no Brasil são aproximadamente 45.623.910 pessoas com algum tipo de deficiência, sem contabilizar os estrangeiros com deficiência que visitam o país. Portanto, é necessário adequações e acessibilidade

2. CIDADES HISTÓRICAS E O TURISMO ACESSÍVEL

As cidades históricas são cidades com valor histórico e normalmente tem importantes função social, econômica e cultural. Traz a herança das civilizações passadas em confronto com o atual, na perspectiva de contemplação pelas futuras gerações. É um espaço de transição.

Para Costa (2015, p 109), é uma criação do início do século XX, produto da necessidade moderna de afirmação de “*identidade pelo território*”, na forja do Estado-nacional [...].

A esse conjunto de atividades em funcionamento fazem parte do motor da vida urbana, onde convivem passado e presente lado a lado. Na maioria das vezes tem origem na parte mais central da cidade e daí chamados de Centros Históricos.

Lefebvre (2001) mostra que as cidades históricas têm características ligadas ao consumo do turismo. Assim,

O conhecimento tem diante de si, a fim de decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos, a cidade histórica já modificada. Como texto social, esta cidade histórica não tem mais nada de uma sequência coerente de prescrições, de um emprego do tempo ligado a símbolos, a um estilo. [...] assume ares de um documento, de uma exposição, de um museu. A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais apreendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco. (LEFEBVRE, 2001, p. 106).

Nesse sentido, como são cidades antigas e cheias de simbologias, é necessário a revitalização desses espaços para que sobrevivam ao tempo e permaneçam sendo objeto de imaginação de um passado em harmonia com o presente. A dinâmica do espaço e o contexto social são importantes para que não se tornem apenas cidades fantasmas, mas que resistem a um passado (LEFEBVRE, 2001).

De acordo com o IPHAN (2014, p1), cidade histórica é “toda cidade que tem construções de valor histórico”. O Instituto ainda relata que no que trata a esses Conjuntos Urbanos Tombados, “as cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico”.

Para Cambiaghi (2012), a acessibilidade em cidades históricas é uma realidade possível e já praticada em algumas cidades históricas europeias, que apresentam a beleza de um patrimônio de e para a humanidade, independente de limitações. Para ela,

Exemplos de implementação de acessibilidade em sítios históricos de cidades europeias não nos faltam, temos ações integradas que garantem o acesso e utilização de espaços mundialmente conhecidos como Patrimônio Histórico, como o Coliseu ou a Arena de Verona, que estão adequados para “todos os visitantes”, inclusive com banheiros adaptados, acesso a plateia, palco, enfim é possível visitar e usufruir dos espaços (CAMBIAGHI, 2012, p 83).

[...] a cidade espanhola de Ávila, a primeira a receber o prêmio, que reconhece melhorias de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A cidade medieval espanhola, cercada por uma grande muralha, foi reconhecida pela Comissão Europeia por ter realizado melhorias significativas em seu acesso vencendo as outras três finalistas, Barcelona; Colônia e Turku (CAMBIAGHI, 2012, p 87).

Com tantos exemplos de acessibilidade em cidades históricas, é importante ressaltar que esses espaços antigos fazem parte de um contexto histórico social e a participação da comunidade no usufruto desses espaços é essencial. Afinal, de nada valeria a preservação desses núcleos históricos se não fossem as pessoas para vivenciar e acompanhar esses processos de transformação. Dessa forma, as pessoas com deficiência também são atores nesse processo e necessitam estar inseridas nesse contexto. Conhecer é a melhor forma de preservar.

2.1 Centros Históricos: O tombamento

São conhecidos como núcleos antigos cheios de simbologia representando uma época específica. A esses espaços, é preciso que se tenha um olhar mais cuidadoso e sejam revitalizados, para que sobrevivam ao tempo e sejam sempre objetos de imaginação de um passado em harmonia com o presente.

Os Centros Históricos normalmente fazem parte da área antiga da cidade com valor histórico, e acompanhando a dinâmica social que sofrem interferências nas diversas atividades econômicas, sociais, urbanísticas, culturais e patrimoniais. Portanto, é essencial preservar o estilo, a história e os padrões urbanos desses lugares, respeitando sempre a dinâmica do sistema e a fruição desses espaços pelas pessoas. Esses centros mostram a representação de tempo histórico (SALGUEIRO, 2005).

Para Londres,

A noção de patrimônio histórico e artístico, tal como a entendemos atualmente, só se tornou possível a partir do Renascimento, quando o mundo se dessacraliza e o homem passa a se situar não mais em relação a uma realidade transcendente, e sim na evolução temporal da humanidade, entre passado e futuro, ou seja, na cadeia da história (LONDRES, 2005, p. 163)

A preservação do patrimônio histórico e artístico nacional é um dos pilares das políticas de estado para a cultura no ocidente. A primeira intervenção aconteceu no século XVIII, na França, mas só durante o século XIX que os países da Europa elaboraram políticas de estado para preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Elas estão divididas em duas dimensões que são: dimensão cívica e dimensão estética. A França é um dos países da Europa com maior número de locais classificados como Patrimônio Mundial pela UNESCO (LONDRES, 2005).

No Brasil, a definição de patrimônio surgiu inicialmente pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, como sendo “O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (DECRETO-LEI Nº 25, 1937, p 1).

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. A 216, expandiu a definição de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei, substituindo Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro e ampliando os bens móveis e imóveis para bens de natureza material e imaterial.

Assim, no artigo 216 da Constituição Federal do Brasil,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse contexto mais amplo, estimula-se a demanda turística nas cidades históricas, o que acarreta impactos e preocupações que demandam planejamento de acessibilidade e mobilidade urbana e capacidade de carga apropriado, tendo em vista a preservação do patrimônio e o desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico.

É importante destacar alguns marcos (cartas patrimoniais) que tratam sobre as cidades históricas, mas infelizmente em nenhum deles aborda a questão da acessibilidade. Esses documentos estão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3: Cartas Patrimoniais

Cartas Patrimoniais			Análise sobre a questão da Acessibilidade
Carta de Atenas	ICOMOS, 1933	Marca o início das formulações intergovernamentais internacionais, tendo em vista traçar diretrizes para a proteção e conservação do patrimônio cultural	As Cartas Patrimoniais não fazem nenhuma abordagem ou consideração com relação à acessibilidade, tendo em vista ser uma temática recente. Dessa forma, pela necessidade e realidade mais recente, houve a necessidade de serem criados programas como o Monumenta e Pac Cidades Históricas.
Carta de Veneza	ICOMOS/UNESCO, 1964	Vem com a finalidade de conservação e restauração, tendo em vista a salvaguarda da obra e do testemunho histórico	
Recomendação de Nairóbi	UNESCO, 1976	trata da recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.	
Carta de Petrópolis	IPHAN, 1987	foi o primeiro seminário brasileiro para preservação e revitalização dos Centros Históricos	
Carta de Washington	UNESCO, 1987	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas	

Fonte: IPHAN (2014).

Nota-se que através das pesquisas feitas nesses desses documentos internacionais, que há uma grande preocupação com os centros históricos e a importância que esses núcleos têm para a sociedade e dessa forma, as pessoas com deficiência não podem estar excluídas desse contexto e precisam de acessibilidade para usufruto da cidade, pois o direito a cidade deve ser para todos.

A palavra Patrimônio vem do latim “patrimonĭum” e seu significado associado a paterno e pátria. Refere-se ao conjunto de bens naturais ou jurídicos pertencentes a alguém. Essa expressão é muito usada na área jurídica, econômica e como forma simbólica. Nesse sentido, na maioria das vezes a palavra patrimônio vem sempre acompanhada de outra palavra que especifique a valoração do patrimônio como Patrimônio Histórico ou Patrimônio Cultural (DIAS, 2013).

Para o IPHAN (2014, Caderno 9, p 60), devem ser observadas as exigências do Decreto nº 5.296/04,

(§ 1º do art. 15): I - a construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;
II - O rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível; e
III - a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

Nota-se que o caderno 9 que traz orientações com relação as cidades históricas, ele aborda a necessidade de serem observadas as condições para garantir a acessibilidade, que devem ser seguidas conforme o decreto Federal 5.296/04.

Com relação as adaptações de bens culturais imóveis (IPHAN, 2014, CADERNO 9, p 60),

Será admitida, em caráter excepcional, faixa de largura menor que a estabelecida nas normas técnicas, desde que sejam justificadas e baseadas em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível” (art. 2º do Decreto nº 5.296/04).

Novamente o documento apresenta que quando não for possível fazer de acordo com as normas, deve-se buscar alternativas que viabilizem a acessibilidade e justificar a sua execução. Observa-se claramente nesse exemplo a harmonia que deve existir entre o antigo e o novo, sem que isso descaracterize os espaços. (SANTOS, 2014)

Dessa forma, é necessário estudos, pesquisas e tecnologias assistivas que normalmente são usadas como ferramentas de acessibilidade, ajudando na implementação de adequações, de forma a garantir o pleno direito de ir e vir, um novo olhar sob os centros históricos.

2.2 Mobilidade Urbana e o Turismo Acessível em Cidades Históricas

Pensar em acessibilidade em cidades históricas, requer conhecer um pouco sobre a mobilidade urbana e de forma ela poderá estar contribuindo nesse processo de mudança de paradigmas, onde a cidade passa a ser utilizada por todas as pessoas e para isso, necessita ser garantida a acessibilidade nesses espaços.

Assim, diante das mudanças realizadas pelos países da Europa, na busca de alternativas viáveis para garantir a acessibilidade possível, principalmente nas cidades antigas observa-se que um ponto essencial em todo esse processo é a sociedade e mobilidade urbana, o planejamento e reorganização desses espaços.

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, com horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingí-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível (LEFEBVRE, 2002, P28)

Observa-se que a citação apresentada vê urbano não como uma realidade findada e sim como uma realidade atual, possível de ser alterada em conformidade com a necessidade e o tempo, buscando romper obstáculos que o tornem atualmente impossível.

O conceito de mobilidade está relacionado com o deslocamento das pessoas no espaço urbano, que devem facilitar o percurso das pessoas e não dificultar, com ruas limpas, seguras, arborizadas, pouco ruidosas, com calçadas amplas, dotadas de mobiliário urbano confortável, iluminação adequada, sinalização e com total acessibilidade. “É preciso aliar crescimento com desenvolvimento, ou seja, ir em direção da sociedade urbana, todavia implica dizer que as novas necessidades devem ser prospectadas, pois as necessidades são descobertas no decorrer da emergência” (LEFEBVRE, 2008, p 15).

A estrutura urbana da cidade deveria ser pensada e planejada para todos. A cidade deveria ser pensada e construída para o cidadão. Dessa forma, a mobilidade urbana deveria pautar e priorizar a acessibilidade nos espaços construídos que são os espaços urbanos, mas o que se observa é que os modelos econômico e político se sobrepõem ao modelo cívico.

Assim, para viabilizar as condições adequadas de mobilidade deve-se levar em consideração as relações locais, sociais, políticas, econômicas para reorganizar o planejamento espacial, tendo em vista o equilíbrio entre os diversos interesses, pois as cidades na sua maioria não foram planejadas e nem pensadas para o cidadão e sim para o poder econômico. “É necessário que tenha uma renovação urbana e o próprio território como todo é chamado a ter mais fluidez” (SANTOS, 2014. p 130).

Para que se mude a cidades e reorganizar os espaços urbanos, é necessário rever os conceitos aplicados no dia-a-dia pelas pessoas como conforto, bem-estar, mobilidade e principalmente o espaço urbano como um direito à cidade. Nesse planejamento, é importante saber que tipo de cidade queremos para nós. Se as cidades fossem pensadas para o cidadão, teria-se acessibilidade, um sistema de ciclovias e de transporte público eficaz e outros serviços, se diminuiria o uso do transporte privado, e com isso não haveria caos no trânsito. As ações são na maioria das vezes feitas de forma isolada e fragmentada (COSTA, 2015)

De acordo com Costa (2015, p. 242), “os problemas de fragmentação urbana e da elitização/mercantilização do patrimônio podem ser melhor interpretados quando da visão total da cidade e não com o enfoque unidirecional do centro histórico” [...].

Observa-se portanto que a fragmentação urbana é um problema que precisa ser trabalhado de forma mais abrangente pelas pessoas que fazem o planejamento das cidades. Não devem ser ações pontuais, mais sim de forma ampla, levando-se em consideração todo contexto local.

No desenvolvimento do turismo acessível, observa-se que é essencial a mobilidade e acessibilidade da cidade, tendo em vista que na maioria das vezes as cidades não foram pensadas e nem planejadas para os pedestres, portanto, sem nenhuma acessibilidade. Na realidade atual, há a necessidade de novos planejamentos e adequações, tendo em vista garantir um direito básico que é o acesso. “A busca deve ser a de novas dinâmicas propiciadas pelas “rugosidades”

presentes no próprio centro, que favorece novos fluxos capazes de transformar a realidade e o imaginário da população residente para além dos limites deste território”. (COSTA, 2015, p 243),

Dessa forma, alguns países já começam a trabalhar seus planos de mobilidade e acessibilidade. Em Portugal, foi constituído o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) como um instrumento que visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, em especial das pessoas com deficiência. “No caso específico de centros históricos, sugere disponibilizar apoio à realização de intervenções nos espaços públicos que possuem características especiais que impedem a realização de soluções convencionais” (IPHAN, 2014).

A Espanha não dispõe de orientações para elaboração de plano de mobilidade, mas a Comunidade Autônoma da Catalunha tem a Lei 9/03 que estabelece princípios para mobilidade. O “Pacto para a Mobilidade”, criado em Barcelona, se fundiu e hoje são feitos acordos entre a administração local, associações e entidades locais, com o objetivo de criar um plano de mobilidade (IPHAN, 2014).

Na cidade de Quito – Equador, O Plano de Mobilidade Sustentável se propõe ao desenvolvimento do Centro Histórico com soluções sustentáveis para as necessidades de acessibilidade e mobilidade (IPHAN, 2014).

Assim, entende-se que a realização de ações na promoção do turismo acessível em cidades históricas, requer um trabalho multidisciplinar, com profissionais ligados ao patrimônio histórico, acessibilidade, mobilidade urbana, planejamento e pessoas com deficiência, tendo em vista a complexidade e especificidades existentes.

Essa preocupação atual demonstra que as pessoas com deficiência estão cada vez mais saindo de suas casas e viajando, tendo em vista a garantia de acessibilidade nesses espaços. Nesse sentido, observa-se que já existe uma preocupação com relação a acessibilidade nos espaços.

2.3 Acessibilidade em cidades históricas no mundo e no Brasil

A acessibilidade em centros históricos é um tema que tem despertado muito interesse por parte da sociedade e dos governos. Os debates e as estratégias para

se garantir acesso ao maior número de pessoas nos espaços turísticos também vem ganhando forma e força.

De acordo com Shimosakai³⁷ (2017, p 1), “As Cidades Acessíveis europeias têm um papel importante a desempenhar na prestação de um bom acesso tanto aos seus próprios cidadãos com deficiência como a turistas de todas as idades e habilidades”.

O site Oyster fez um ranking baseado em viagens de pessoas com deficiência e reproduzido pela CI Intercâmbio e Viagens, traz as quatro cidades do mundo eleitas como as mais acessíveis para quem tem deficiência física. Foram elas: Seattle (Estados Unidos) que aparece com frequência no topo das listas de cidades com melhor acessibilidade, tendo em vista que muitos espaços já foram planejados dentro dos padrões mais modernos de acessibilidade; Montreal (Canadá) por suas estações de metrô e pelas várias atrações como jardins, museus de arte e catedrais acessíveis; Las Vegas (Estados Unidos) com acomodações, serviços de transporte adaptados e até cassinos com rampas e elevadores de acesso e Londres (Reino Unido) que apesar de ter sido a primeira cidade urbanizada do mundo, conseguiu se atualizar com sucesso no que tange às questões de acessibilidade. Algumas atrações como a catedral de St. Paul, a London Tower e o London Eye já são acessíveis (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES - FENAPAES, 2017).

Apresenta-se, portanto, alguns exemplos do desenvolvimento do turismo acessível em cidades históricas em diversas partes do mundo, na perspectiva de fomentar e potencializar a demanda turística em novos espaços.

Dessa forma, a Figura 12 mostra turistas usuários de cadeira de rodas em visita ao Mosteiro de Alcobaça, uma cidade portuguesa que pertence ao Distrito de Leiria em Portugal. Pode-se observar na Figura que, embora seja uma construção antiga, foram feitas várias adequações para garantir a acessibilidade de turistas com deficiência em visita ao local.

³⁷Turismólogo e paraplégico. Um dos criadores da ONG Turismo Adaptado, realiza ações em diversos campos envolvendo o Turismo e a Deficiência. Membro da SATH (Society for Accessible Travel & Hospitality), Brazilian Adventure Society e da Rede Internamericana de Turismo Acessível

Figura 12: Turistas em visita ao Mosteiro de Alcobaça-PT



Fonte SANTOS, Katia (2011).

O Mosteiro de Alcobaça foi fundado em 1153, por iniciativa do primeiro rei D. Afonso Henrique, onde foi utilizado na época um novo modelo de construção chamado Gótico. Lá encontram-se os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, que datam do séc. XIV. É um dos maiores e mais conservados conjuntos abaciais da Ordem de Cister na Europa (COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO, 2017).

Nessa perspectiva, a Figura 13 apresenta o Dia do Turismo sem Barreiras, promovido pelo Centro de Turismo Alemão (DZT), onde demonstra ser possível a quebra de barreiras através de mudança de atitude a algumas adequações.

Figura 13: Turismo sem Barreiras em Berlim, Alemanha.



Fonte: Redação Brasil Alemanha News (2014).

De acordo com a Empresa Internacional de Comunicação da Alemanha Deutsche Welle-DW, a cidade de Berlim trabalha desde 2012 a implantação de medidas que garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência e isso lhe concedeu o prêmio de “cidade acessível” pela Comissão Europeia. A cidade conta com um banco de dados online com aproximadamente 30 mil informações sobre

acessibilidade às instalações e prédios públicos e turísticos (DEUTSCHE WELLE – DW³⁸, 2017)

Outro exemplo é Salamanca (ES), uma cidade histórica e Patrimônio da Humanidade. As belas construções têm estilos gótico, renascentista e barroco, testemunhando mais de dois mil anos de história. Alguns monumentos são do século XV. No Centro Histórico de Salamanca encontra-se a maior parte dos monumentos em pedras com tons dourados e fachadas em alto relevo. A cidade não tem impedimentos e nem barreiras, sendo considerada uma cidade de todos e para todos, onde trabalha para eliminar todas as formas de barreiras (SALAMANCA CIUDAD DEL ESPAÑOL, 2018)

A Figura 14 mostra a cidade de Salamanca, onde pode se observada uma facilidade de adequações, devido a suas construções terem sido concebidas em espaços amplos, viabilizando assim o acesso das pessoas que utilizam cadeira de rodas, bem como a implementação de adequações .

Figura 14: Turismo Acessível em Salamanca - ES



Fonte: SHIMOSAKAI, Ricardo (2017).

Ávila na Espanha também tem destaque com relação a acessibilidade, haja vista que é uma cidade medieval toda em pedra e cercada por uma muralha. Foi uma das premiadas por ter feito adequações que garantem a acessibilidade para pessoas com deficiência, disponibilizando de adequações que foram pensadas e planejadas especificamente para ela, tendo em vista as dificuldades e especificidades próprias da cidade.

As Figuras 15, 16 e 17 retratam um pouco das adaptações feitas na cidade medieval de Ávila e elas mostram as adaptações que foram feitas para garantir o direito de usufruto pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas na cidade, respeitando também as características próprias das cidades históricas.

³⁸ Empresa de comunicação internacional da Alemanha.

Figura 15: Acessibilidade em Ávila - ES



Fonte: Observatório da Mobilidade Urbana (2014).

Figura 16: Turista visitando Ávila - ES



Fonte: SHIMOSAKAI, Ricardo (2017).

Figura 17: Ávila acessível - ES



Fonte: Pagina lugaresinesqueciveis.wordpress.com (2017).

A cidade de Ávila não é toda acessível, mas foram feitos estudos e planejamentos para a construção de uma rota acessível, que contemplasse alguns espaços turísticos que puderam ser adaptados. Nesse sentido, viabilizou-se as

condições de acesso dos turistas com deficiência em muitos espaços da própria cidade

Importante relatar que Ávila foi contemplada com o Prémio Europeu Acces City em 2017. A cidade medieval foi fundada pelos romanos no ano 79 d.C e nomeada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 1988. Possui 3.2 quilômetros de muralhas romanas e torres medievais, erguidas na antiguidade para evitar invasões de outros povos. As construções de madeira em estilo enxaimel³⁹, as incomparáveis galerias com lojas sobrepostas e as ruas são dispostas segundo o padrão quadricular romano (CE, 2017).

Em 2015, foi a vez de Boras (Suécia) ser eleita como cidade europeia mais acessível do ano. Já em 2016, a Alemanha tornou-se um dos países mais acessíveis do mundo para turistas com deficiências, que podem usufruir de rotas acessíveis, museus, atrações e hotéis adaptados. Dessa forma, o país buscou colocar em prática várias ações e uma delas foram as passarelas em parques naturais para turistas com deficiência (CE, 2017).

Outras cidades no mundo também já contam com acessibilidade, como é o caso de Alcobaça, Coimbra e Porto em Portugal; Barcelona na Espanha; Berlim na Alemanha; Nova York e Las Vegas nos Estados Unidos; Paris na França; Viena na Áustria; Londres e Manchester na Inglaterra; Liubliana na Eslovênia; Melbourne na Austrália; Estocolmo na Suécia; República de Singapura e a cada dia mais cidades vão criando condições de acessibilidade (RODRIGUES, Elizia, 2017).

Dessa forma, tão importante quanto adaptar esses espaços públicos e turísticos das cidades, é não criar barreiras. Na era da inclusão, são valorizados o indivíduo e a diversidade, causando dessa forma uma quebra de paradigma no sistema atual.

Com relação ao Brasil, a acessibilidade em cidades históricas ainda é um tema que só há alguns anos começou a ser pensado e debatido tanto pela sociedade como pelo poder público. Poucos são as cidades que já podem contar com acessibilidade. O que existe são ações pontuais e em algumas vezes isoladas

³⁹ Técnica de construção que consiste em paredes montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos geralmente por pedras ou tijolos. Os tirantes de madeira dão estilo e beleza às construções do gênero, produzindo um caráter estético privilegiado. Disponível em <http://dicionariportugues.org/pt/enxaimel>. Acessado em 02/07/2017.

do próprio contexto, deixando claro que necessitam não só de acessibilidade, mas de um planejamento urbano e um plano de mobilidade e acessibilidade municipal.

Nesse contexto, as cidades que se destacam em ações de acessibilidade são:

Salvador, capital do estado da Bahia, localizada na região Nordeste do Brasil, é notável em todo país por sua gastronomia, música, arquitetura e atualmente, por causa das rotas acessíveis no centro histórico. É uma cidade histórica e está inscrita na lista de Patrimônio da Humanidade desde 1985, tem um conjunto urbanístico e arquitetônico contido na poligonal do centro histórico da cidade. O acervo arquitetônico e paisagístico da capital baiana merece destaque pelo seu excepcional valor cultural e pela sua extensão - possui cerca de três mil edifícios construídos nos séculos XVIII, XIX e XX (IPHAN, 2014, P1).

No Pelourinho, bairro do Centro Histórico de Salvador conta com uma rota acessível e adequações como rebaixamento de guias, rampas e elevadores, o que viabiliza o acesso dos turistas e residentes que utilizam cadeira de rodas aos monumentos e mostra que uma cidade histórica e Patrimônio da Humanidade pode ter espaços acessíveis.

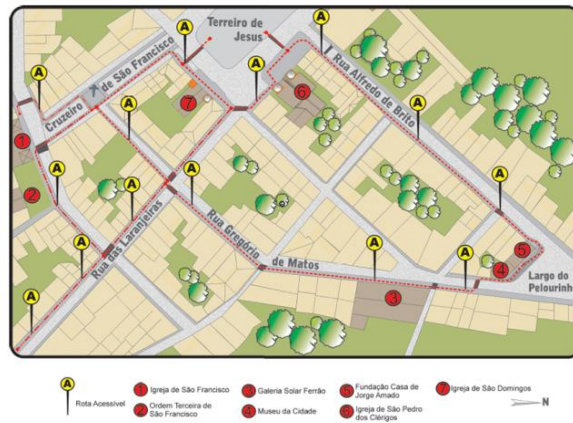
As Figuras 18 e 19 mostram o Pelourinho Acessível, localizado no coração do Centro Histórico de Salvador e a rota acessível do Pelourinho, como resultado da realização do Projeto Piloto de Acessibilidade Centro Histórico de Salvador.

Figura 18: Turista usuário de cadeira de rodas no Centro Histórico de Salvador-BA



Fonte: SHIMOSAKAI, Ricardo (2017)

Figura 19: Rota do Pelourinho Acessível em Salvador-BA



Fonte: Governo do Estado da Bahia (2017).

Outro destino marcante é Foz do Iguaçu, localizada no estado do Paraná entre a fronteira do Brasil com a Argentina e Paraguai. Tem o maior número de atrativos turísticos com acessibilidade e foi a primeira a desenvolver o turismo de inclusão no país. A Figura 20 apresenta um turista usuário de cadeira de rodas conhecendo as Cataratas do Iguaçu devido a mesma possuir acessibilidade.

Figura 20: Turista usuário de cadeira de rodas nas Cataratas do Iguaçu-PR



Fonte: SHIMOSAKAI, Ricardo (2017).

Rio de Janeiro-RJ é outra cidade que teve que garantir a acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas, principalmente devido as Paraolimpíadas do Rio 2016, onde recebeu milhares de turistas e atletas com deficiência. Dessa forma, a acessibilidade na cidade, aos monumentos e espaços turísticos é um ponto essencial na cidade, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das pessoas

com deficiência e sua participação na sociedade de forma inclusiva. A Figura 21 apresenta um pouco da acessibilidade em áreas públicas e turísticas do Rio de Janeiro.

Figura 21: Acessibilidade em áreas públicas do Rio de Janeiro-RJ



Fonte: PEDROSO, Debora. Página g1.globo.com (2017).

São Paulo-SP, apesar de ser a maior cidade do Brasil, não investe o suficiente em acessibilidade para atender a demanda existente, apesar de contar com mais de 300 atrativos turísticos acessíveis. Dentre eles pode-se citar o Memorial da América Latina; o Memorial da Inclusão; o Museu do Futebol e outros. A cidade conta guias para cegos, interpretes de LIBRAS, rampas permanentes e móveis, rebaixamento de guias, imagens em alto relevo, guias para cegos, totens em braille, maquetes táteis, elevadores, plataformas, piso tátil, banheiros públicos, estações de metrô acessíveis e mostra que a cidade, apesar de grande metrópole, está sempre aberta a mudanças e inovações tecnológicas que a tornem mais inclusiva. Assim, a Figura 22 mostra a entrada da Estação da Luz com acessibilidade.

Figura 22: Estação da Luz com acessibilidade em São Paulo-SP



Fonte: Arquitetura Acessível (2017).

A maioria das cidades históricas brasileiras ainda buscam estratégias de ações para trabalhar a acessibilidade em seus centros históricos. Dessa forma, vale a pena investir em adaptações arquitetônicas, mapeamento de espaços acessíveis e equipamentos turísticos que, muitas vezes, são de baixo custo (fazer uma rampa, por exemplo) e vão beneficiar tanto a comunidade local que busca qualidade de vida, quanto ao turista. Mas, para conseguir isso, é preciso luta, manifestação e visibilidade. Muitas vezes, as pessoas não providenciam estas facilidades em seus estabelecimentos porque não pensaram no assunto, ou não perceberam que as pessoas com deficiência também são consumidoras ou simplesmente por ignorar as leis (SANTOS, K.V.E.R, 2014).

Muitas são as cidades com pouca ou nenhuma acessibilidade no Brasil e se tratando de cidades históricas, o número cresce ainda mais. Nesse sentido, é importante destacar que as pessoas usuárias de cadeira de rodas encontram-se presentes nesses espaços com pouquíssima ou nenhuma acessibilidade, sendo elas turistas, residentes e visitantes. Portanto, é necessário que sejam minimizadas as barreiras existentes e se trabalhe na perspectiva de viabilizar o acesso a esses cidadãos.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, utiliza-se o Método de Transdução, fundamentado em Lefebvre (2008), Wilhelm (1976) e Lourau (1999) que traz a percepção das realidades atuais, levando-se em conta as possibilidades futuras, imaginárias, tendo em vista as necessidades que a sociedade possa vir a ter no futuro. o método consiste em ir além do que se tem, mas sem deixar de lado todo contexto e análises funcional e estrutural concretas existentes. (LEFEBVRE, 2008).

A pesquisa é do tipo qualitativa, amparada na pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e observação participante. Os instrumentais utilizados na pesquisa foram planilha de roteiro de visita aos atrativos turísticos, visita aos atrativos com as pessoas usuárias de cadeira de rodas, entrevistas com gestores e pessoas usuárias de cadeira de rodas e registro imagético (iconográfico).

Foram sujeitos de pesquisa 32 (trinta e duas pessoas), sendo 6 gestores e 26 (vinte e seis) pessoas usuárias de cadeira de rodas. A pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2017, no Centro Histórico de São Luís, bairro da Praia Grande, no estado do Maranhão.

3.1 Método de pesquisa

O método é Transdução, fundamentado em Lefebvre (2008), Wilhelm (1976) e Lourau (1999), que trabalha na perspectiva da construção de um objeto proposto desejável e possível partindo de uma realidade ou problema, limitação temporal e aproximações sucessivas, de forma a propor um modelo desejável de situações futuras, estimulando assim o processo de planejamento ou releitura sobre a dinâmica da cidade, oportunizando a (re)criação de novos olhares sobre o objeto investigado.

Para Lefebvre (2008, p.125),

Não se trata mais de isolar os pontos do espaço e do tempo, de considerar separadamente atividades e funções, de estudar – isoladamente uns dos outros – comportamentos ou imagens, divisões e relações. Esses diversos aspectos de uma produção social, a produção da cidade e da sociedade urbana, estão situados a uma perspectiva de explicação e de previsão. A partir de então, o método consiste em superar tanto a descrição (ecológica), quanto a análise (funcional, estrutural), sem aliás superá-las, a fim de tender para a apreensão do concreto - do drama urbano – provindo as indicações

formais da teoria geral das formas. Segundo essa teoria, existe uma forma de cidade: reunião, simultaneidade, encontro. A démarche intelectual ligada a essas operações, que as codificações ou que as apoia metodologicamente, foi chamada de transdução.

Nesse sentido, a complexidade que envolve a dinâmica social e da cidade, assim como o contexto em que está inserida, pode atender as necessidades atuais da população, mas tem-se que ter essa visão de que futuramente, as necessidades e prioridades poderão ser outras de ir além das alternativas existentes. Ir além do concreto e chegar ao possível.

Entendida como uma influência resultante de um feedback entre o conceito usado pelo pesquisador e as observações baseadas na experiência. “La question de l'implication est celle de la relation du chercheur à son objet, du praticien à son terrain de l'homme à sa vie”⁴⁰ (LOURAU, 1999).

A transdução conta com procedimentos metodológicos que se organizam de acordo com as intervenções, necessidades ou possibilidade pensadas, fazendo com que o conhecimento e a utopia se aliem. “Esta é a característica essencial da démarche já antes considerada e denominada “transdução”, construção de um objeto virtual aproximado a partir dos dados experimentais” (LEFEBVRE, 2008, p.125).

Wilheim (1976, p75) relata que

A transdução é uma operação intelectual que pode ser adotada metodologicamente e que se diferencia da indução e da dedução classificadas; diferencia-se também da construção de “modelos”, da simulação e da enunciação de hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto técnico, um objeto possível, partindo de informações baseadas na realidade, assim como numa problemática proposta por esta realidade.

Dessa forma, o método em referência fornece o balizamento necessário entre o quadro conceitual, as observações empíricas, as especificidades e a identidade entre sujeito e objeto, assim como as interferências do meio. Pretende-se a partir das informações baseadas na realidade local, nos problemas e sujeitos envolvidos, propor soluções possíveis, discutindo a dificuldade e elencando possibilidades.

⁴⁰ A questão da implicação está na relação do pesquisador com o seu objeto, trazendo a prática para os fundamentos da realidade (tradução da autora).

3.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem pesquisa qualitativa sob a ótica da realidade investigada, na qual considera-se a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. tendo em vista a interpretação dos dados e dos significados, mas as relações existentes (pessoas, situações, lugares, documento e a própria dinâmica do local), percebendo o fenômeno dentro do seu contexto.

Para Demo (1992, p 101),

Trata-se de uma consciência crítica da propensão formalizante da ciência, sabendo indagar suas virtudes e vazios. Portanto, o que se ganha e se perde com cada método. Ao mesmo tempo, uma pesquisa qualitativa dedica-se mais a aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olha prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos também quantitativos. E vice-versa.

A pesquisa qualitativa visa não só descrever a ação do fenômeno ou objeto de estudo, mas é necessário captar a essência para tentar entender e poder contribuir para soluções viáveis do problema abordado.

A pesquisa qualitativa traz contribuições essenciais na pesquisa, devido ao seu caráter investigativo e descritivo, dando ênfase nos processos e significados múltiplos dos fatos, assim como na percepção dos atores envolvidos. Todos os dados da realidade são importantes e os instrumentos podem fornecer importantes subsídios na compreensão da realidade. “[...] um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2010, p 21).

Com relação aos locais de visitas, os critérios utilizados para escolha foram: OS atrativos turísticos mais procurados por turistas no Centro Histórico de São Luís (informações obtidas na Sectur e Setur); o interesse do grupo pesquisado e a proximidade entre os atrativos.

Na pesquisa de campo foi realizada a observação participante durante as visitas das pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos no bairro da Praia Grande, Centro Histórico de São Luís, com o objetivo de responder aos questionamentos levantados nesta pesquisa. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram:

- Observação *in loco* para a verificação da acessibilidade;
- Registro imagético;
- Observação participante;
- Entrevistas com 32 pessoas, sendo: 6 gestores (Secretaria Municipal de Turismo-Setur, Secretaria Estadual de Cultura e Turismo-Sectur, Secretaria Estadual das Cidades, Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão) e 26 pessoas usuárias de cadeira de (representantes do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias, Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão, Centro Dialético de Pais e Amigos dos Especiais, Associação do Lesado Medular, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência de São Luís, turistas vindos de outros municípios e pessoas que não participavam de movimentos sociais).

Está amparada em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, com observação participante, por meio de entrevistas, registros e visitas no Centro Histórico de São Luís, no bairro da Praia Grande.

A pesquisa foi feita *in loco* nos meses de setembro e outubro de 2017 e contou com a participação de gestores públicos municipais e estaduais, bem como de pessoas usuárias de cadeira de rodas, dentre eles militantes do movimento de pessoas com deficiência.

3.3 Técnicas de pesquisa

Depois da apresentação do método e tipo de pesquisa utilizados, traz-se as técnicas de pesquisa que são peça essenciais na construção e coleta de dados deste trabalho. Esta seção apresenta também a pesquisa bibliográfica, documental, incluindo também a pesquisa de campo, que foi realizada através da observação participante.

As pesquisas bibliográfica e documental visaram buscar subsídios teóricos e documentos técnicos para fundamentar a abordagem sobre os temas pessoas com deficiência, turismo acessível e cidades históricas. A investigação foi feita a partir de fontes, como livros, artigos científicos, legislações, documentos internacionais e nacionais, normas, recomendações, dissertações de mestrado, teses de doutorado e websites, na perspectiva de uma melhor fundamentação sobre o objeto de estudo.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

Para a pesquisa bibliográfica, utilizou como referências: Brandão (1985); Costa (2015); Corrêa (2002); Demo (2013); Duarte (2005/2014/2015/2017); Fávero (2004); Fuster (1971); Lefebvre (2002, 2008); Lourau (1999), Moesch (2000/2004); Marshall (1967); M. Santos (2014); Salgueiro (2005); Santos, K.V.E.R (2005/2014/2017); Sasaki (1997/2003/2009); Silva (1987), Wilhelm (1978), entre outros. Esses foram os principais autores trabalhados na pesquisa, tendo em vista a construção da fundamentação teórica.

3.3.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental para Severino (2007, p.122) é:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

A realização da pesquisa documental foi realizada principalmente através de documentos legislativos, livros, artigos, documentos internacionais, orientações, normas, revistas e dissertações, sendo necessário sempre uma leitura e análise atenta do pesquisador.

Assim, as pesquisas caminharam por documentos que falam sobre a história da pessoas com deficiência desde o início dos tempos, seguindo pelos documentos e normas nacionais e internacionais, a Constituição Federal do Brasil de 1988; a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015; as Leis de Acessibilidade 10.048/2004 e 10.098/2004, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004; o Decreto-Lei Nº

25, de 30 de Novembro de 1937; a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; o Decreto Federal nº 3.956, o Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937; o Decreto Legislativo nº186/2008; a NBR 9050 da ABNT; a Organização Mundial de Turismo, a Declaração de Madri; a Normativa nº 1 do IPHAN; o PAC Cidades Históricas; (2003); a Portaria do IPHAN Nº 420; o Relatório mundial sobre a deficiência; as Cartas Patrimoniais; as Normas Sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência; as cartilhas I, II, III, IV do Programa Turismo Acessível; o Manual de Orientações Turismo Acessível, o Código Mundial de Ética do Turismo, as cartilhas do Programa Brasil Acessível, bem como outros artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e websites.

3.3.3 Observação participante

É uma técnica de pesquisa onde o pesquisador participa de forma real no dia a-dia da comunidade, para que consiga perceber as reais necessidades e discuti-las junto com o grupo pesquisado. Dessa forma, ele precisa estar inserido no contexto social local para poder observar, debater reais necessidades e prioridades, que muitas das vezes não são a que o pesquisador imagina.

De acordo com Demo (2013, p 52),

Considerando a limitação da pesquisa tradicional, a pesquisa participante vai, ao contrário, procurar auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas. Deste modo, a seleção dos problemas a serem estudados emerge da população envolvida, que os discute com os especialistas apropriados, não emergindo apenas da simples decisão dos pesquisadores.

É a participação direta da comunidade na forma da pesquisa, onde ela primeiro mostra o problema, debate e apresenta as soluções. O pesquisador é o mediador de todo processo.

A observação participante foi realizada durante as visitas das pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos no bairro da Praia Grande, Centro Histórico de São Luís, com o objetivo de responder aos questionamentos levantados nesta pesquisa.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Para se atingir os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se para a coleta de dados os seguintes instrumentos de pesquisa

- Planilha de verificação turismo e acessibilidade – primeira etapa do trabalho de campo, pois as informações foram necessárias para o delineamento inicial de uma rota aos atrativos turísticos do Centro Histórico. Para essa etapa, foi necessário buscar informações junto aos órgãos públicos – Secretarias de Turismo Estadual e Municipal sobre os locais mais visitados pelos turistas, horário de funcionamento e a verificação das condições de acesso. Reuniões com as entidades de pessoas com deficiência do estado e municipal foram essenciais, tendo em vista ser esse o público pesquisado. Dessa forma, foi necessário apresentar a proposta do projeto e solicitar contribuições na construção do material

- Roteiro dos atrativos turísticos visitados no Centro Histórico – Para essa etapa, foi necessário utiliza-se das informações obtidas na etapa anterior para a construção do roteiro, tempo de duração, número de pessoas por visita e número de atrativos visitados. Para a elaboração do roteiro, foi usado critérios como: os atrativos turísticos mais procurados por turistas no Centro Histórico de São Luís (informações obtidas na Sectur e Setur), o interesse do grupo pesquisado e a proximidade entre os atrativos. Novamente chama-se a atenção para as especificidades próprias do grupo pesquisado, já que em alguns atrativos a escada foi o único meio de acesso.

- Registro imagético (iconográfico) – As imagens foram parte da segunda etapa que foi a visita das pessoas usuárias de cadeira de rodas, acompanhantes e a pesquisadora aos atrativos turísticos, com o objetivo de captar as dificuldades e facilidades encontradas por esse público no acesso ao Centro Histórico de São Luís. Pretendeu-se não só registrar as atividades, mas registrar as dificuldades das pessoas com deficiência com relação ao acesso e problemas enfrentados, com o objetivo de debater, avaliar e apresentar propostas de soluções para os espaços visitados.

- Visita com as pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos do Centro Histórico. Para a realização dessa etapa, a pesquisadora contou com a participação das pessoas usuárias de cadeira de rodas que fazem parte do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias, do Conselho

Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conselheiros estaduais vindos de outros municípios e pessoas usuárias de cadeira de rodas que não fazem parte dos movimentos sociais. Importante relatar que a escolha dos atrativos foi feita seguindo alguns critérios como: os atrativos mais procurados por turistas no Centro Histórico de São Luís (informações obtidas na Sectur e Setur), o interesse do grupo pesquisado e a proximidade entre os atrativos.

Importante destacar a utilização de critérios, levando-se em consideração as especificidades próprias do grupo pesquisado.

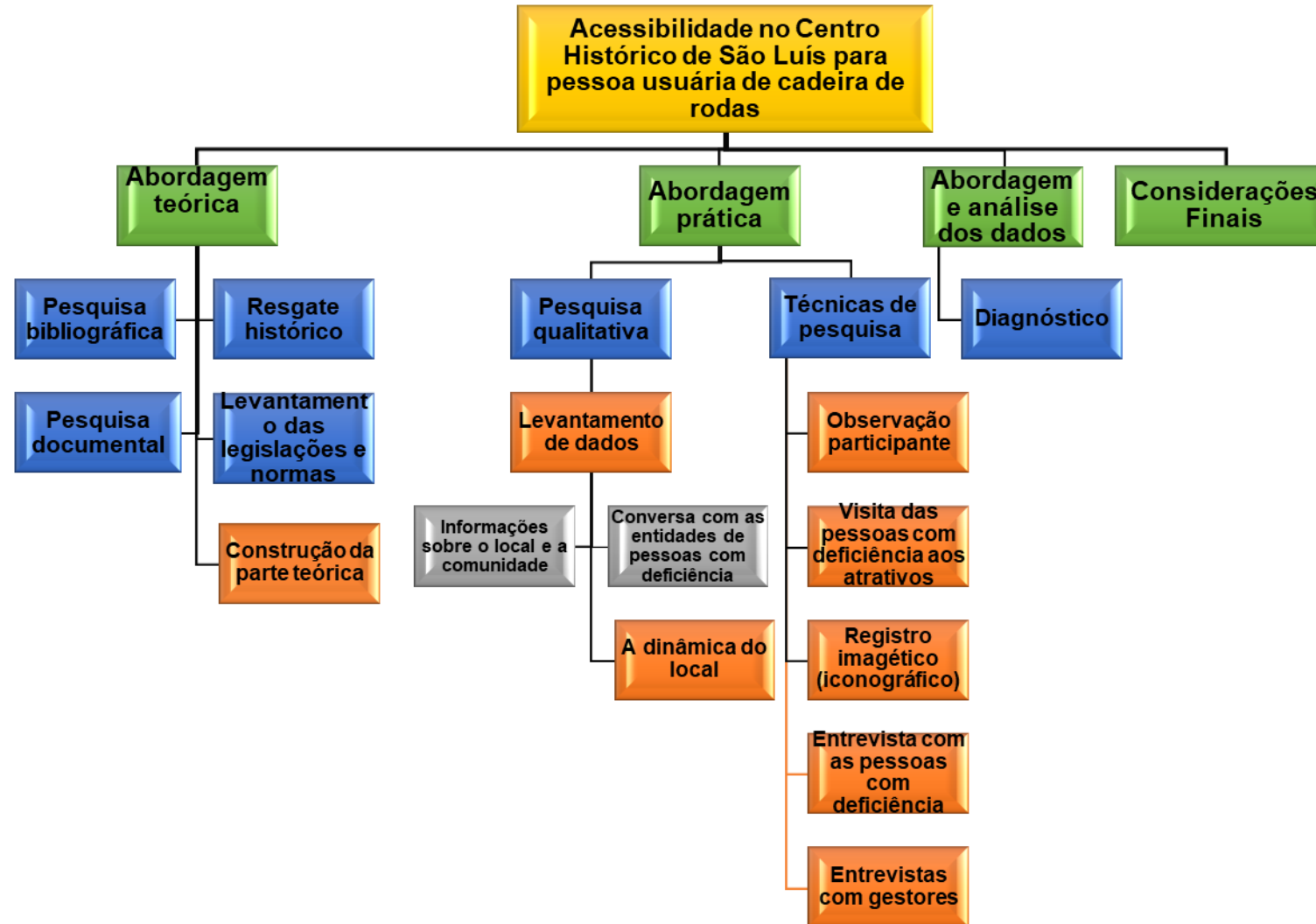
- Entrevistas com as pessoas usuárias de cadeira de rodas – As entrevistas fizeram parte da quarta etapa e foram entrevistadas pessoas usuárias de cadeira de rodas logo após os passeios e visitas. As entrevistas tiveram o objetivo de estimular a percepção sobre a realidade vivida (Apêndice D)

- Entrevistas com gestores – As entrevistas fizeram parte da quarta etapa e foram entrevistados gestores da secretaria municipal de Turismo-Setur, Secretaria Estadual de Cultura e Turismo-Setur, Secretaria Estadual das Cidades Fundação Municipal do Patrimônio Histórico de São Luís e IPHAN-MA. As entrevistas tiveram o objetivo de buscar informações sobre as políticas públicas de turismo acessível e as ações existentes no Centro Histórico que contemplem a acessibilidade para as pessoas com deficiência (Apêndice C).

A pesquisa foi feita *in loco* nos meses de setembro e outubro de 2017 e contou com a participação de pessoas usuárias de cadeira de rodas, dentre eles militantes do Fórum Maranhense das Entidades de pessoas com deficiência e Patologias, representantes de Conselhos Municipais e estadual, Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão, Associação do Lesado Medular-ALM, Associação dos Pais e Amigos dos Especiais-CDPAE e pessoas que não fazem parte de movimentos sociais

Após a descrição de toda metodologia, a Figura 23 apresenta o fluxograma da metodologia trabalhada.

Figura 23 Fluxograma da metodologia - Análise da acessibilidade no Centro Histórico de São Luís



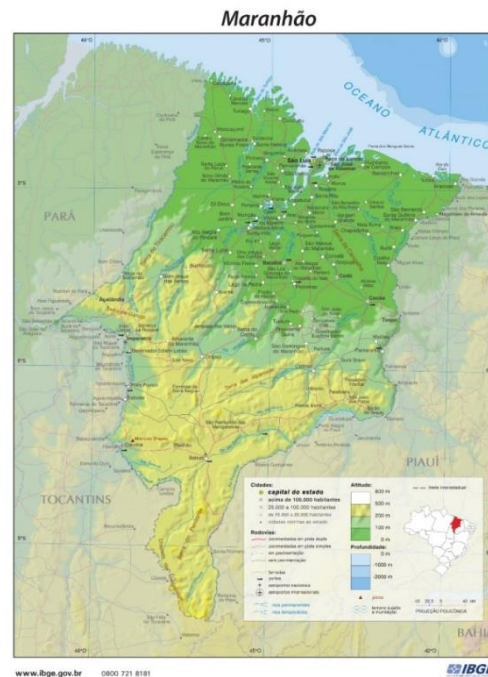
4 SÃO LUÍS DO MARANHÃO

O Maranhão é um dos estados mais miscigenados do país, com riquezas também na sua diversidade cultural e gastronômica e turística. Tem 16 grupos indígenas com 14 áreas demarcadas. Suas manifestações culturais mais conhecidas são Bumba Meu Boi com cinco sotaques (Matraca, Zabumba, Costa de Mão, Baixada e Orquestra); o Cacuriá e o Tambor de Crioula que é Patrimônio Cultural Imaterial e o São João. No turismo, se destaca por seus rios, cachoeiras, lagos, dunas, florestas e por toda variedade de fauna e flora. Tem um bioma de transição entre sertão nordestino e Amazônia. Possui o segundo maior litoral brasileiro e a maior diversidade de ecossistemas do país.

O estado do Maranhão está localizado no extremo oeste da Região Nordeste do Brasil e tem 217 municípios. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico e com os estados do Tocantins ao sul e sudoeste, ao leste o Piauí e ao oeste o Pará. A extensão territorial é de 331.935,507 km², tendo uma parte coberta pela Floresta Amazônica. Sua população é estimada em 6.574.789 milhões de habitantes e desses, aproximadamente 1.641.404 pessoas tem algum tipo de deficiência, equivalendo a 24,67% da população do estado. Sua capital é a cidade de São Luís, com uma população de 1.014.837 pessoas e dessas, 253.621 declaram ter algum tipo de deficiência, que equivale a 25% da população ludovicense (IBGE, 2010).

A Figura 24 apresenta a imagem com localização do estado do Maranhão e seus limites.

Figura 24: O estado do Maranhão



Fonte: IBGE (2012).

A Figura 24 apresenta localização e a forma como o estado do Maranhão está dividido. O clima é tropical e estação seca. Tem o relevo formado por baixada litorânea no litoral e planalto no interior do estado. Possui uma grande diversidade de ecossistemas e 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, variedades de cerrados e mangues. Conta com o delta (Delta do Parnaíba) em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas (Lençóis Maranhenses). (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL – PDITS, 2014)

O Estado foi grande exportador de algodão até a metade do sec. XIX, ficando no isolamento até 1960. A partir de 1970, foram implementados vários projetos de infraestrutura, com construção de linhas férreas e rodovias, que fizeram com que voltasse a se desenvolver.

O Maranhão ficou interligado ao restante do Brasil, o que viabilizou o escoamento da produção e o desenvolvimento econômico. A criação de gado, plantação de soja e arroz e de extração de minério de ferro, alavancaram a economia do Maranhão, mas com isso aumentam as desigualdades sociais, a concentração fundiária e muitos problemas ambientais (SECTUR, 2016).

De acordo com o Mapa do Turismo 2017-2019 do Ministério do Turismo (2016), o Maranhão está dividido em 10 (dez) polos turísticos, sendo eles: Polo São

Luís; Polo Munim; Polo Lençóis Maranhenses; Polo Delta das Américas; Polo Chapada das Mesas; Polo Cocais; Polo Serras, Guajajaras, Timbiras e Canelas; Polo Amazônia Maranhense; Polo Floresta dos Guarás; Polo Lagos e Campos Floridos.

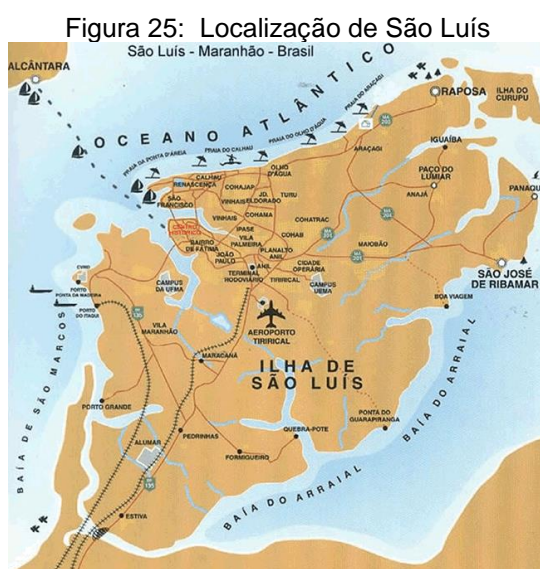
Apesar da diversidade e potencial existente e da criação dos polos como forma de estimular o crescimento do setor turístico, observa-se através das pesquisas que o estado ainda mostra dificuldade em conseguir alavancar no desenvolvimento do turismo local.

4.1 De Upaon-Açú à São Luís: uma ilha encantada

Conhecida como Ilha dos Amores, Athenas Brasileira, Ilha Encantada, Capital do Reggae, Ilha Bela, assim é São Luís, uma ilha cheia de encantos lendas e belezas. que são contados nas músicas, prosas e versos.

São Luís está ao norte do Maranhão e encontra-se na Ilha de São Luís ou Ilha do Maranhão, onde também estão os municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Fundada pelos franceses em 8 de setembro de 1941. Sua população estimada em 2017 é de 1.091.868 pessoas (IBGE, 2017).

A Figura 25 apresenta a localização da cidade de São Luís.



Fonte: Jornal O Imparcial (2017).

A Figura 25 apresenta a localização da cidade de São Luís, os municípios que fazem parte da ilha e os principais bairros.

São Luís tem um patrimônio histórico-cultural muito rico e nesse contexto, a atração turística local está amparada por ser uma cidade histórica, além de sua cultura (atualmente muito difundida em todo o país), culinária, artesanato, natureza, sítios arqueológicos e por possuir o maior conjunto colonial urbano e arquitetural de tradição portuguesa da América Latina: escadarias, ladeiras, edificações, azulejaria, pedra de cantaria⁴¹, pedra de lioz⁴² e outros elementos (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2016).

Em meados de 1500, o Maranhão era povoado por tribos indígenas Tupis (Guajajáras e Urubus) que habitavam o litoral e os Jês (Timbiras e Sacramecras) que habitavam o interior. Em 1524, os franceses começaram a frequentar o litoral maranhense, mas a ocupação francesa na ilha só se deu em 26 de julho de 1612 por Daniel de La Touche Senhor de La Ravardièr experiente Lugar-tenente General da Marinha Francesa do século XVII, acompanhado dos religiosos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (DADOS DA PESQUISA, 2016).

Chegaram primeiramente a uma ilha do litoral que deram o nome de Sant'Anna localizada na Baía de São Marcos. Lá fincaram a primeira cruz feita de madeira e foram aos poucos se aproximando dos índios que habitavam na grande ilha de Upaon Açú (na língua indígena significa Ilha Grande). Nessa época, os portugueses também tentaram invadir a ilha comandados por Aires da Cunha que acabou morrendo num naufrágio na costa maranhense. Os sobreviventes fundaram o povoado de Nazaré, que foi destruído pelos índios e com isso os portugueses foram obrigados a abandonar a ilha. Nesse período, os franceses conquistavam a confiança dos nativos.

Upaon Açú foi então batizada de Ilha do Maranhão e em 12 de agosto de 1612, foi celebrada a primeira missa, edificada a primeira capela escolhido o lugar onde seria erguido o Forte de São Luís. Os franceses, sob o comando de Daniel de La Touche, fundaram a França Equinocial e o "Fort Saint Louis". Dessa forma, tendo em vista o grande interesse no sucesso da atividade açucareira, comerciantes e nobres franceses se associaram em um empreendimento comercial que permaneceu até 1614. Sendo esse o início da cidade de São Luís (MEIRELLES, 2001).

⁴¹ Pedra lavrada ou simplesmente aparelhada, geralmente em paralelepípedos, para construções.

⁴² Calcário rosa-claro com veios azulados. A sua cor varia de acordo com a contaminação dos minerais. É uma pedra com tradição em Portugal, presente em muitos patrimônios históricos.

Assim, se faz uma breve explanação sobre sua fundação. Em 19 de novembro de 1614 os portugueses sob o comando de Jerônimo de Albuquerque e com a ajuda dos índios Tabajaras invadem o Maranhão pela baía de São Marcos. A Batalha de Guaxenduba, onde de um lado estavam os portugueses e os índios Tabajaras e do outro lado os franceses e os índios Tupinambás durou até novembro de 1615, quando os portugueses expulsam definitivamente os franceses (SETUR, 2016).

Conta a lenda que em 19 de novembro de 1615, diante do forte de Santa Maria de Guaxenduba, os portugueses já se encontravam em uma situação muito crítica, mas num certo momento, quando o ânimo dos soldados já havia chegado ao ponto mais baixo, apareceu no meio deles uma formosa mulher irradiando luz brilhante, e ela, com suas mãos, passou a transformar a areia em pólvora e o cascalho em balas.

De acordo com a lenda da Batalha de Guaxenduba, os soldados portugueses muito cansados e sem munição, ficaram extasiados após verem a mulher transformar areia em pólvora. Assim, se reanimaram e acabaram infligindo aos franceses uma severa derrota. Este feito militar foi comemorado com o entusiasmo que merecia, e mais tarde, para que sua lembrança não se apagasse e caísse então no esquecimento popular, a Virgem sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória foi aclamada como padroeira da cidade de São Luís do Maranhão (MEIRELLES, 2001).

Ainda em 1615 após a expulsão dos franceses, o engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita veio a ilha e em sua estadia na ilha, desenhou alguns planos de defesa e um plano urbanístico para a área central de São Luís. Esse modelo de plano urbanístico já era utilizado pelos portugueses no Rio de Janeiro, Recife e Olinda e baseava-se na regularidade geométrica, em contraste com o desenho das ruas estreitas e tortuosas. Dessa forma, foi usado como guia no desenvolvimento e expansão de São Luís (IPHAN, 2014).

Ao final do século XVIII, São Luís tinha uma população de aproximadamente dez mil pessoas e a economia passava por muitas transformações como a vinda de escravos negros e a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e do Maranhão. Essas medidas foram tomadas pelo Marquês de Pombal, que era o primeiro ministro do rei D. José I, tendo em vista que São Luís e Alcântara estavam os principais portos da região e dessa forma foram inseridos no sistema mundial de comércio aumentando a riqueza das duas cidades. Eram exportados arroz, algodão e produtos da região (IPHAN, 2014).

Nesse contexto, São Luís começou a se desenvolver nos séculos XVIII e XIX. Suas casas de palha foram trocadas por estruturas concretas de pedra e cal, óleo de peixe, madeira e mármore que vinham direto de Portugal. “A utilização de azulejos para revestimento do exterior se tornou uma das características mais marcantes da arquitetura de São Luís” (IPHAN, p 1, 2014).

Dessa forma, São Luís foi a primeira cidade dessa região do Brasil a ter um sistema de bondes, uma empresa para distribuição de água e energia, ter iluminação a gás nas ruas e um sistema telefônico. Nesse período, teve um aumento significativo de companhias têxtil e a partir do século XX passou por longo período de estagnação econômica (IPHAN, 2014).

Posteriormente a ocorrência de desses fatos históricos na capital, São Luís foi favorecida com a construção de seu conjunto arquitetônico. A cidade também um rico patrimônio cultural como as festas juninas, o bumba meu boi, o cacuriá e o tambor de crioula. Um traço da cultura local é o culto ao reggae, o ritmo jamaicano que a tornou conhecida como a capital brasileira do reggae.

O Centro Histórico de São Luís é formado na convergência dos rios Bacanga e Anil. Tem uma área de 220ha de extensão e é composto por 11 (onze) bairros dentre estes, o bairro da Praia Grande que corresponde ao ambiente investigado reúne aproximadamente quatro mil imóveis remanescentes dos séculos XVIII e XIX, com proteção estadual e federal. Essa área se destaca principalmente pela arquitetura de influência portuguesa, bastante homogênea. (IPHAN, 2014).

Por se tratar de uma cidade histórica viva, pela sua própria natureza, a cidade se expandiu, preservando seu conjunto arquitetônico original. No item a seguir, se faz uma abordagem mais detalhada sobre o Projeto Reviver no Centro Histórico de São Luís.

4.1.1 O surgimento do Projeto Reviver

O projeto Reviver nasce de ideias inovadoras sobre a importância da recuperação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, tendo em vista seu grande acervo arquitetônico colonial dos séculos XVIII e XIX.

É nessa ótica que Phelipe Andrès, engenheiro que fez parte de todas as etapas do Projeto Reviver relatou em entrevista ao Jornal Pequeno sobre o nome do bairro e o projeto.

O nome do bairro é Praia Grande. Reviver foi o projeto que recuperou o bairro, mas tanto a população quanto as instituições passaram a chamar o bairro com o nome do projeto porque ele foi, de fato, muito forte. A palavra é um palíndromo⁴³ perfeito (ANDRÉS, 2014, p. 1).

Em poucas palavras, o trecho citado demonstra a importância que o projeto teve para a população de São Luís. Mesmo depois de muitos anos, muitas das pessoas se ainda se referem a área do centro Histórico no bairro da Praia Grande como “Reviver”. Dessa forma, é importante fazer uma breve explanação sobre o projeto e suas várias etapas.

Em 1973, o Governo Federal, criou junto à Secretaria de Planejamento-SEPLAN o programa de Reconstrução das Cidades Históricas-PCH e é desse programa que nasce o Projeto Praia Grande que foi chamado também de Renovação Urbana do Centro Histórico pelo Decreto Estadual nº 7.435/1979, quando foi também instituído um grupo de trabalho e uma coordenação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL e o conceito de revitalização passa a ser usado em várias dimensões como: bens históricos, culturais e arquitetônico. Em 1987, passou a ser Projeto Reviver.

Inicialmente o Projeto Praia Grande recebeu esse nome por estar na área do bairro da Praia Grande, local que concentra vários prédios de valor histórico. O projeto tinha uma orientação a implantação de pousadas e programa de habitação residencial para funcionários públicos, tendo em vista a revitalização do espaço público (CORRÊA, A. F., 2001).

Na primeira etapa do programa (1980 a 1982), o Projeto Praia Grande realizou obras de recuperação e preservação no Largo do Comércio e adjacências. Em 1983, houve uma parada por falta de verbas, aumentando as pesquisas históricas (ANDRÉS⁴⁴, 1998).

⁴³ É uma palavra, frase ou qualquer outra sequência de unidades que tenha a propriedade de poder ser lida tanto da direita para a esquerda como da esquerda para a direita. Disponível em:< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%ADndromo>>. Acesso em 06 de março de 2018.

⁴⁴ Luiz Phelipe Carvalho de Castro Andrés. Em 1979, integrou o Grupo de Trabalho para a criação do Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luis e, posteriormente, a coordenação do Programa de Preservação denominado de Projeto Praia Grande, depois Projeto Reviver. Entre 1990 e 1992, foi Coordenador do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão. Do ano seguinte até dezembro de 1994 foi Secretário de Estado da Cultura. De 1995 a 2004 foi Coordenador geral da Unidade Executora do Prodetur-MA. Em 1996, estava à frente da equipe que produziu o relatório técnico São Luís - Patrimônio Mundial para apresentação do dossiê à UNESCO.

Em 1987, são retomados os trabalhos e começa a segunda etapa, já com alteração do nome para Projeto Reviver. Até 1990 foram feitas intervenções urbanas e viárias de forma prioritária no Bairro da Praia Grande, inclusive com a proibição da circulação de veículos de carga ou passageiro nas ruas recuperadas pelo projeto, através do Decreto nº 11.013, de 27 de dezembro de 1988:

[...] devido à amplitude do Centro Histórico (220 ha-3.500 edificações) e a inexistência de recursos para imediato tratamento do mesmo como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande, propriamente dita (Largo do comércio e suas adjacências) como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico (ANDRÉS, 1998, p. 223).

A citação descreve alguns problemas com relação as intervenções no Centro Histórico de São Luís, onde muitas foram as dificuldades encontradas para a sua revitalização, tendo em vista ser uma área muito grande do centro e a falta de recursos. Dessa forma, foi necessário priorizar uma área menor e de maior concentração do patrimônio que foi a Praia Grande.

No ano de 1984, ainda durante o governo de Eptácio Cafeteira e devido às mudanças na política estadual o Projeto passou ser chamado de Projeto Reviver. Com a mudança da nomenclatura, mudou também a concepção de todo projeto. “Percebe-se que a ideia de revitalização surge associada a um tipo de nostalgia, ou de recuperação de uma “identidade perdida” (CORRÊA, A. F., 2001).

Esse período representou uma retomada dos investimentos no bairro da Praia Grande, que foi inteiramente recuperado. Foram beneficiados 10,7 Km² de área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional), abrangendo 15 quadras e 200 edificações com as seguintes intervenções: Recuperação integral da infra-estrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem. Estas obras ensejaram o descobrimento das galerias subterrâneas com mais de 200 anos de existência. Construção das novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia, que permitiram a retirada definitiva dos pesados postes de concreto, transformadores e do emaranhado de cabos que agrediam a harmonia do conjunto. Instalação de nova iluminação pública utilizando postes de ferro fundido, arandelas e lâmpioes. Construção de praças, jardins e alargamento das calçadas de cantaria, voltando às dimensões originais conforme a documentação fotográfica do final do século XIX. Restauração de becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos, que permitiram a reconstituição de detalhes construtivos do pavimento original [...] (ANDRÉS, 2006, p. 135).

Nesse período de transformação de gestão, mudou também a própria concepção do projeto, onde muitos prédios e várias áreas da Praia Grande foram recuperadas e nesse período também aconteceu o descobrimento das áreas subterrâneas que liga as igrejas antigas. Essas áreas subterrâneas não puderam ser utilizadas para visitação, tendo em vista a preocupação com a segurança dos visitantes e nesse contexto, teve que ser interditada.

Na terceira etapa (1987-1991), as políticas de preservação começam a ter um significativo interesse econômico, tendo em vista o potencial turístico do patrimônio arquitetônico, e o título recebido da UNESCO e o grupo de trabalho do PPRCHSL⁴⁵ apresentou uma proposta de intervenção para 4 (quatro) anos posteriores. Nessa etapa, o projeto se tornou tão popular que as pessoas começaram a chamar o bairro da Praia Grande de Reviver, devido a sua aceitação. “Além disso, foram restauradas mais de 40 mil m² de área construída correspondendo a dezenas de edificações de elevado mérito arquitetônico e ambiental” (ANDRÉS, 2006, p. 136).

Observa-se que nessa etapa as pessoas começam a perceber a importância desse centro histórico para o desenvolvimento econômico da própria cidade e o projeto Reviver cria um vínculo maior com as pessoas, que começam a identificar o bairro da Praia Grande como Projeto Reviver.

Na quarta etapa foi de 1991 a 1995 deu-se continuidade nas obras de restauração e adaptação programa possuía como recomendação a sua revisão constante para aperfeiçoamento e adequação à realidade que se apresentasse. Nesse período foi realizado o Projeto Piloto de Habitação no Centro Histórico que foi inaugurado em 1993, este projeto transformou as ruínas de um sobrado em apartamentos de moradia para 10 (dez) famílias entre trabalhadores e antigos moradores (ANDRÉS, 2006).

A quinta etapa aconteceu de 1995 a 2002, que teve como característica a duração de 8 (oito) anos, o que viabilizou a continuidade das ações, com maior volume de recursos e obras.

A partir de 1988, a equipe do PPRCHSL começou trabalhar nas negociações com o BID e com o Banco do Nordeste, tendo em vista a implementação do PRODETUR no Maranhão, para que o projeto pudesse prosseguir, atingindo dessa forma, a maior de todas as suas etapas, sendo algumas delas o Cais da Praia

⁴⁵ Programa de Proteção e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

Grande, rede subterrânea, calçamento de ruas e passeio do centro histórico, restauração de edificações, vários projetos de habitação, projeto Morada das Artes, projeto Viva Cidadão, restauração de igrejas e praças, etc. “Essa etapa, realizou o maior conjunto de obras e investimentos” (ANDRÉS, 2006, p. 192).

A sexta etapa foi de 2002 a 2006, onde deu-se continuidade a restaurações de escolas, habitação, lojas, mas houve uma diminuição nos investimentos e recursos. Em 2004 foi criado o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, órgão vinculado à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), período da transição do gerenciamento do patrimônio do estado para o município. Desse núcleo fazem parte agentes responsáveis pelo planejamento urbano, órgãos do governo estadual, instituições privadas e representantes da sociedade civil. O Núcleo foi criado para promover uma gestão patrimonial descentralizada, servindo de referência para outras localidades (ANDRÉS, 2006).

Ao final de cada etapa era feito uma análise de todo processo, no intuito de sanar os problemas que se apresentavam, minimizar os impactos e fazer melhorias a cada nova fase. Nessa perspectiva, pretendia-se dar vida aquele espaço que estava esquecido, mas nem se pensava discutir a acessibilidade ou fazer adequações para utilização desses espaços pelas pessoas com deficiência. Por isso, em nenhuma das etapas foi contemplada a acessibilidade.

4.1.2 O Tombamento do Centro Histórico de São Luís

Diante da preservação de seu tecido urbano que tem elementos importantes que o caracterizam e lhe dão singularidade apresentado principalmente por suas técnicas usadas na adaptação às condições do ambiente e do clima, o Centro Histórico de São Luís se diferencia dos demais centros históricos. O conjunto mais homogêneo, predominantemente tradicional (português ou colonial) e neoclássico, correspondente a área federal protegida. A área estadual tombada mostra exemplos da arquitetura do século XIX, sendo menos homogeneia que a área federal.

Dessa forma, o tombamento⁴⁶ arquitetônico e paisagístico do conjunto urbano do Centro Histórico de São Luís foi realizado em 1974 pelo Instituto do Patrimônio

⁴⁶ O ato de reconhecimento do valor histórico de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social. O

Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, através do Processo nº 454-T-57, do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (IPHAN, 2010), na perspectiva de consolidar a política de tombamentos desenvolvidos pelo órgão desde a década de 1940 na cidade.

Em 1997, a cidade de São Luís recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, referente à preservação de seu magnífico e homogêneo conjunto arquitetônico colonial típico dos séculos XVIII e XIX (Espírito Santo, 2006)

Para Paiva (2009, p. 85) a área do Centro Histórico de São Luís “estende-se para áreas adjacentes do núcleo primitivo da expansão urbana ocorrida nos séculos XVIII, XIX e início do século XX e abrange os bairros da Praia Grande, Centro, Apicum, Desterro, Madre Deus, Belira, Macaúba e Coréia”. Esses bairros compõem, portanto, o entorno da área central.

A demarcação do tombamento estadual atinge a área de proteção federal definida desde 1974, além de toda a região do centro de São Luís. O quantitativo de imóveis tombados é de aproximadamente quatro mil imóveis.

São 978 imóveis inseridos na área de proteção federal, de 60 hectares, e 4.629 imóveis na área de proteção estadual, de 160 hectares. Toda área é classificada como Zona de Proteção Histórica – ZPH pela atual Legislação Urbanística Municipal e, legalmente, o tombamento estadual engloba e também protege a área federal de preservação (Espírito Santo, 2006, p. 89).

De acordo com o Governo do Estado do Maranhão, foram desenvolvidos projetos habitacionais com o objetivo de fixar as famílias na área da Praia Grande, através da ocupação de parte dos casarões já restaurados, além das obras em toda a área do Reviver. Importante relatar que muitos prédios do Centro Histórico são particulares e isso ainda é um problema que está sendo trabalhado junto aos proprietários para buscar formas de não se perder o patrimônio.

No Centro Histórico de São Luís, estão muito presentes as atividades econômicas, sociais, culturais e políticas da cidade. Lá se encontra repartições públicas, particulares, câmara municipal, comércio formal e informal, atividades portuárias, bancos, teatros, cinemas, bares, hotéis, residências, bordéis, dormitórios, igrejas, atrações culturais, agências de viagens, etc. É um rico território com muita diversidade. “Isto dificulta a formulação de uma política identificada numa suposta

revitalização de uma ilusória unidade cultural abstrata e nostálgica. A consciência da diversidade e da pluralidade deve ser condição básica” (CORRÊA, A. F, 2001, p 143).

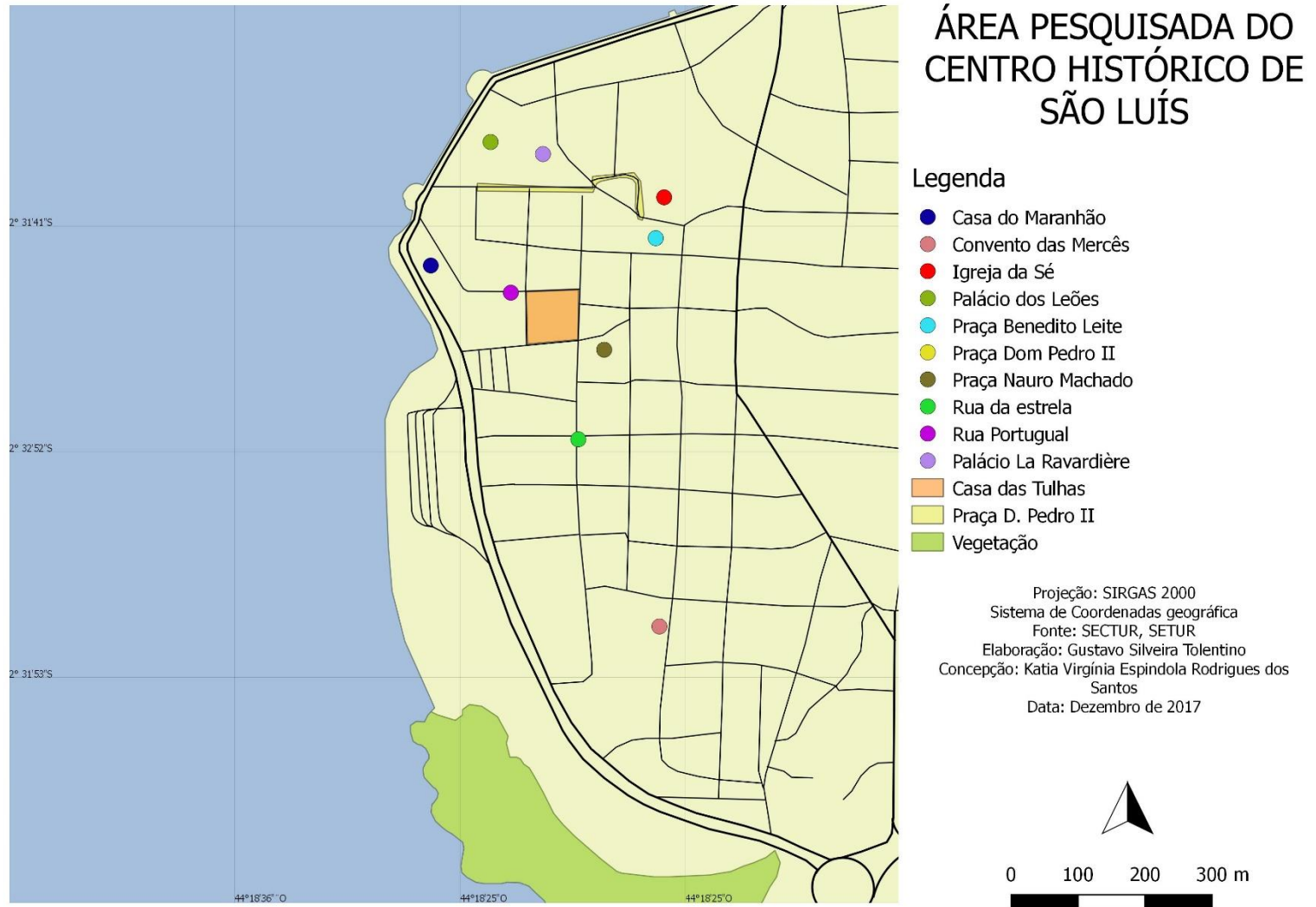
O Centro Histórico possui um acervo muito rico do patrimônio histórico-cultural da cidade e nesse contexto, o turismo local está amparado por sua diversidade histórica e cultural (atualmente muito difundida em todo país), sua culinária, o seu artesanato, a natureza, os sítios arqueológicos e por possuir o maior conjunto colonial urbano e arquitetural de tradição portuguesa da América Latina: escadarias, ladeiras, edificações, azulejaria, pedra de cantaria⁴⁷, pedra de lioz⁴⁸ e outros elementos

Dessa forma, o ambiente da realização do trabalho foi na área conhecida como Reviver, localizada no bairro da Praia Grande, Centro Histórico de São Luís, capital do Estado do Maranhão. A Figura 26 apresentam a delimitação da área de pesquisa.

⁴⁷ Pedra lavrada ou simplesmente aparelhada, geralmente em paralelepípedos, para construções.

⁴⁸ Calcário rosa-claro com veios azulados. A sua cor varia de acordo com a contaminação dos minerais. É uma pedra com tradição em Portugal, presente em muitos patrimônios históricos.

26 – Delimitação da área de estudo - Centro Histórico de São Luís



Fonte: SANTOS, Katia (2017).

A Praia Grande é um dos bairros mais antigos da cidade e foi escolhida intencionalmente por sua diversidade, pelas barreiras arquitetônicas existente nos espaços públicos e de uso coletivo, por seu Patrimônio Cultural da Humanidade e principalmente porque nessa cidade a autora vivenciou os preconceitos e as dificuldades enfrentados diariamente pelas pessoas com deficiência.

Nesse contexto, os atrativos turísticos descritos no próximo tópico, estão amparados pela história e cultura de um povo.

4.1. 3 Os atrativos turísticos no Centro Histórico e as políticas públicas locais

A escolha dos atrativos turísticos foi feita seguindo alguns critérios que foram: os mais procurados e visitados por turistas que vão ao Centro Histórico de São Luís (informações obtidas na Sectur e Setur), a proximidade entre eles e os de maior interesse pelo grupo pesquisado.

Os atrativos visitados seguem a mesma sequência do roteiro utilizado nas visitas ao Centro Histórico de São Luís para verificação sobre a acessibilidade arquitetônica. Nesse sentido, é importante destacar que as pessoas com deficiência tiveram ampla liberdade de escolha de onde ir e qual era a melhor forma de se chegar a esses locais, levando-se em consideração sempre as necessidades específicas do grupo e as barreiras. Dessa forma, o Quadro 4 apresenta os atrativos visitados no Centro Histórico de São Luís, trazendo a imagem, a descrição e a atividades ofertadas.

Quadro 4: Atrativos visitados no Centro Histórico de São Luís



Imagem	Atrativo	Atividade ofertada
 <p data-bbox="360 730 676 759">Fonte: HENRIQUE (2017).</p>	<p data-bbox="1032 309 1301 338">1 Praça Dom Pedro II</p> <p data-bbox="837 357 1496 448">Antes conhecida como o Velho Largo do Palácio, a Praça Dom Pedro II, tem uma avenida que abriga muitos dos palácios de São Luís.</p>	<p data-bbox="1525 357 2089 480">Área onde encontra-se o Palácio dos Leões, Palácio La Ravardière, Palácio da Justiça, Palácio Episcopal e a Catedral da Sé, sendo todos de importância histórica e turística.</p>
 <p data-bbox="360 1134 676 1163">Fonte: O imparcial (2016).</p>	<p data-bbox="1043 764 1301 793">2 Palácio dos Leões</p> <p data-bbox="837 812 1496 1086">Inicialmente foi chamado de Forte de Saint Louis. Datado de 8 de setembro de 1612. Em 1776, foi demolido e no lugar, foi erguido o Palácio dos Leões. O Palácio tem três mil metros quadrados de área construída, esculpido com o primor da arquitetura neoclássica. Tem na porta do palácio dois leões de bronze que guardam suas entradas. Sede oficial e sede do Governo do Maranhão (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2016).</p>	<p data-bbox="1525 812 2089 903">Só uma parte do edifício fica aberta para visitas, depende da agenda oficial do governador, o prédio pode fechar para visitas.</p>



Imagem	Atrativo	Atividade ofertada
 <p data-bbox="342 662 703 689">Fonte: SANTOS, Katia (2017).</p>	<p data-bbox="1025 277 1328 304">3 Palácio La Ravardière</p> <p data-bbox="846 325 1503 480">Foi construído em 1689. Lá funcionou inicialmente prédio da Casa de Câmara e depois a cadeia. Depois de várias reformas, adquiriu as características atuais. Hoje funciona a sede da administração pública municipal.</p>	<p data-bbox="1525 325 2092 660">O palácio é um exemplo de prédios administrativos do período colonial, o Palácio La Ravardière recebeu esse nome em 1962, por ocasião do aniversário de 350 anos da cidade. De fachada simétrica, em dois pavimentos. A escadaria de acesso ao pavimento superior merece destaque por seu desenho e corrimãos balaustrados. À frente, calçada de cantaria exibe busto de bronze de Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière (IPHAN, 2014)</p>
 <p data-bbox="378 1093 667 1120">Fonte: Setur-MA (2017).</p>	<p data-bbox="1070 692 1283 719">4 Catedral da Sé</p> <p data-bbox="846 740 1503 922">Construída a partir de 1690 pela Companhia de Jesus, instalada no Maranhão desde os inícios do século XVII, a antiga igreja jesuítica dedicada à Nossa Senhora da Luz, foi levantada com mão-de-obra indígena e inaugurada em 1699. A Figura 26 apresenta a igreja da Sé (IPHAN, 2010).</p>	<p data-bbox="1688 692 1926 719">Atividade ofertada</p> <p data-bbox="1525 740 2092 979">Denominada de Nossa Senhora da Vitória, que, apareceu, na Batalha de Guaxenduba, para proteger os portugueses, que estavam em minoria, e lutavam para expulsar os franceses das terras maranhenses. O maior destaque da catedral é o retábulo em talha dourada no altar-mor, realizado nos finais do século XVII.</p> <p data-bbox="1525 986 2092 1259">Trata-se de um dos melhores exemplares da época no Brasil colônia, apesar de ter sido um pouco alterado nos inícios do século XIX com a adição de um camarim na parte central. Foi desenhado pelo irmão João Felipe Bettendorf e executado pelo entalhador português Manuel Manços. O retábulo foi tombado pelo IPHAN em 1954 (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2017).</p>

Imagem	Atrativo	Atividade ofertada
 <p data-bbox="383 778 651 807">Fonte: R. Filho (2017).</p>	<p data-bbox="1066 309 1357 338">5 Praça Benedito Leite</p> <p data-bbox="835 357 1590 539">Logradouro chamado primeiramente de Largo Velho do Val, ou Vale, situada entre as Ruas de Nazaré, Palma e o Beco da Sé. Em 1906, Benedito Leite deu vida à praça, arborizando-a e ajardinando-a. Em sua homenagem tem uma estátua ao centro da praça, inaugurada em 1911 e esculpida pelo francês Tmille Decorchement. A Figura 27 mostra a Praça Benedito Leite.</p>	<p data-bbox="1615 357 2092 724">Em suas imediações funcionou o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios para moças donzelas, fundado pelo padre jesuíta Gabriel Malagrida. De um lado tem a Catedral da Sé e o Palácio Episcopal e do outro o Palácio do Comercio (antigo Hotel Central). Uma das mais bonitas praças de São Luis. Ampla e ventilada, com bancos históricos que fazem os arredores da praça, mesclados na própria parede.</p>
 <p data-bbox="237 1249 792 1310">Fonte: Pagina maranhaonocongressoscentrohistorico (2017).</p>	<p data-bbox="1061 810 1361 839">6 Convento das Mercês</p> <p data-bbox="835 858 1590 1193">Construído em 1657 sob a supervisão do padre Antônio Vieira. Inicialmente foi erguida ali em taipa coberta de palha. No ano seguinte, em terreno adicional, reedificaram as instalações em pedra e cal, construindo a capela-mor. em meados do século XIX o logradouro passará por intervenções, destinando-se seu espaço para sede do Seminário Menor. Em 5 de maio de 1905, o prédio foi vendido para o Governo do Estado do Maranhão, que tratou de fazer novas intervenções na arquitetura original, invertendo, inclusive, as frentes do convento e da igreja anexa (que davam para o mar) e lhes conferiu a unidade de fachada única (IPHAN, 2014).</p> <p data-bbox="835 1198 1590 1407">Até final de 1980, o local abrigou o quartel da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado. A partir de 1987 passou por novas reformas. Nesse período foram retirados os anexos que descaracterizavam a obra, descobertos os arcos originais e o poço. Nessa restauração foram encontrados os alicerces da igreja demolida (GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2017).</p>	<p data-bbox="1615 810 2092 1038">Antigo prédio localizado no Centro Histórico de São Luís, o Convento das Mercês é detentor de um rico acervo museológico e bibliográfico, e é considerado um dos Sete Tesouros de São Luís.</p>



Imagem	Atrativo	Atividade ofertada
 <p data-bbox="300 735 754 759">Fonte: Pagina aventurese.com (2017).</p>	<p data-bbox="1099 280 1305 304">7 Rua da Estrela</p> <p data-bbox="857 328 1552 480">Rua localizada na área do Centro Histórico de São Luís com muitos sobrados azulejados da cidade. Atravessa toda a extensão do centro histórico, iniciando na Avenida Pedro II, seguindo em declive acentuado até a Praça do Comércio. A Figura 29 mostra a Rua da Estrela.</p>	<p data-bbox="1579 328 2092 539">Uma das principais ruas do Centro Histórico de São Luís, com muitos casarões antigos em funcionamento como a Escola Lilah Lisboa, a Escola de Arquitetura, a Casa das Tulhas, a Defensoria Pública, Câmara Municipal, restaurantes e outros.</p>
 <p data-bbox="309 1195 745 1219">Fonte: Pagina camaleão.com (2017).</p>	<p data-bbox="1055 767 1357 791">8 Praça Nauro Machado</p> <p data-bbox="857 815 1552 1026">Área no coração do Centro Histórico de São Luís. Nesse local, antes funcionavam antigos galpões de armazenamento de açúcar. A praça recebeu o nome em homenagem ao poeta maranhense Nauro Machado. A Figura 30 mostra a Praça Nauro Machado no período da noite. Nessa praça acontece as atrações culturais e shows durante todo o ano.</p>	<p data-bbox="1579 767 2092 1150">Atividade ofertada</p> <p data-bbox="1579 815 2092 1150">É a principal praça da área do Centro Histórico de São Luís, fica no meio do acervo do Patrimônio histórico, onde tem vários casarões, bares, restaurantes, museus. Está sempre cheia de muitos turistas e residentes. O local também serve como espaço para manifestações culturais durante todo o ano. Seja nos bancos ou na escadaria, as pessoas se reúnem para ver desde apresentações folclóricas até shows musicais.</p>




Imagem	Atrativo	Atividade ofertada
 <p data-bbox="282 699 770 727">Fontes: SETUR SL e O Imparcial (2017).</p>	<p data-bbox="1072 280 1312 309">9 Casa das Tulhas</p> <p data-bbox="853 328 1532 724">Construída em 1820 com a finalidade de ser um espaço onde os lavradores pudessem guardar suas mercadorias e vendê-las pelo melhor preço. Em 1859, assumiu a responsabilidade de retirar seus escombros para, em seu lugar, construir a atual Feira da Praia Grande. Circundado por casas comerciais, na parte externa. Conhecido também como Feira da Praia Grande, ocupa uma edificação retangular no meio do centro histórico, com quatro entradas, sendo a principal na rua da Estrela. Na área externa tem as lojas comerciais com artesanato e vestuário. Na parte interna, são aproximadamente setenta e sete espaços divididos entre boxes, bancadas e barracas (IPHAN, 2014).</p>	<p data-bbox="1554 328 2063 632">É um dos principais lugares de São Luís onde se encontram produtos tipicamente maranhenses. A Casa das Tulhas parece camuflada num interior de um quarteirão repleto de casarões coloniais onde são vendidos produtos da gastronomia local. O forte são as cachaças da terra, o guaraná Jesus, os licores as castanhas, os doces, as frutas típicas e outros utensílios próprios da cidade.</p>
 <p data-bbox="349 1187 705 1216">Fonte: SANTOS, Katia (2016)</p>	<p data-bbox="1088 764 1296 793">10 Rua Portugal</p> <p data-bbox="853 798 1532 916">Rua localizada no Centro Histórico de São Luís que se caracteriza por ter o prédio com a maior fachada de azulejaria e principais sobrados antigos. A Figura 32 mostra a Rua Portugal.</p>	<p data-bbox="1554 764 2063 1067">Rua do Centro Histórico conservada com azulejos portugueses. Encontram-se os principais sobrados, ruas e becos, vistos exatamente como quando foram erguidos. Com diversos estabelecimentos comerciais, era nesta rua que se concentravam as empresas mais importantes da época em que foi construída.</p>

Imagem	Atrativo	Atividade ofertada
 <p data-bbox="324 715 750 742">Fonte: Viagens e Caminhos (2017).</p>	<p data-bbox="1075 284 1355 311">11 Casa do Maranhão</p> <p data-bbox="873 327 1556 630">O museu folclórico funciona no antigo Prédio da Alfândega, datado de 1873. No piso inferior há uma lojinha de souvenir e uma sala destinada ao Reisado Careta - dança popular profano-religiosa, na qual festeja-se a véspera e o Dia de Reis. No piso superior encontram-se mostras da cultura popular, entre boxes, bancadas e barracas (IPHAN, 2014).</p>	<p data-bbox="1579 327 2094 582">É um espaço que mostra preciosidades das festas maranhenses, com indumentárias, instrumentos e peças próprias de cada atividade cultural. Conta um pouco da história do povo maranhense e seus costumes.</p>

Fonte: SANTOS, Katia (2018)

Com relação as políticas públicas locais, infelizmente não se tem muito a dizer já que os gestores informaram que nenhuma das políticas públicas locais atualmente contempla ou tem ações de acessibilidade no Centro Histórico de São Luís.

Importante destacar que a cidade é parte do potencial turístico maranhense, entretanto ainda enfrenta a necessidade de um planejamento eficiente. A acessibilidade pode, nesta perspectiva, indicar um diferencial com amplo poder de atração turística local para as pessoas usuárias de cadeira de rodas. A seguir são apresentados os resultados e discussões da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Conforme já destacado, o objetivo deste estudo foi fazer a análise sobre a acessibilidade física nos atrativos turísticos do Centro Histórico de São Luís, sob a ótica pessoa usuária de cadeira de rodas. Dessa forma, a relação da acessibilidade-atrativo-indivíduo é o fio condutor para o alcance dos objetivos traçados, na medida em que junto com o grupo observado identifica o real problema, debatem, analisam e os próprios pesquisados encontram as respostas para sanar ou minimizar o problema, através de proposições possíveis de serem realizadas.

Nesse sentido, este capítulo expõe o delineamento da investigação empírica, utilizando como parâmetro a apresentação, discussão e os dados coletados no campo. As pesquisas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2017 e participaram desta pesquisa pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores, totalizando 32 pessoas entre homens e mulheres, com idade a partir de 18 (dezoito) anos, residentes na capital e interior do estado.

5.1 A acessibilidade no Centro Histórico de São Luís: o olhar dos entrevistados

São Luís é parte do potencial turístico do Maranhão, mas carece de um planejamento urbano eficaz e urgente, que contemple a acessibilidade e a mobilidade, traçando estratégias que facilitem a fruição do funcionamento e dinâmica da cidade. A falta de programas e projetos de reurbanização da área, pode comprometer o usufruto deste por determinados segmentos sociais. A acessibilidade pode, nesta perspectiva, ser um diferencial na melhoria da qualidade de vida dos residentes, incluindo pessoas com deficiência e idosos e ter um amplo poder de atração turística para as pessoas usuárias de cadeira de rodas.

A Carta de São Luís (1999 art. III) é bem clara quando propõe “[...] a adequação de todos os espaços às condições necessárias para acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência e idosas, inclusive de prédios tombados pelo patrimônio histórico e outros”. Refere-se às necessidades da camada menos favorecida e uma cidade mais acessível.

Deparar diariamente com as barreiras físicas impostas pelas escadarias, ladeiras e edificações existentes sem alternativas de acesso, é ferir os direitos do cidadão de ir e vir com liberdade, autonomia, dignidade e segurança, mas é

necessário que haja empenho nas políticas públicas através de planejamentos, programas e efetivação das leis, de forma participativa e contínua para que essas pessoas não se sintam excluídas⁴⁹ da sociedade (CDPD, 2008, p 133).

No que se refere aos instrumentos, destaca-se que a pesquisa envolveu a utilização de uma planilha de observação participante, elaborada para facilitar as anotações de pontos importantes relatados pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas durante as visitas. Foram utilizados dois modelos de entrevistas semiestruturadas (apêndices C e D), sendo uma para a pessoa usuária de cadeira de rodas e uma para os gestores públicos.

Também foi realizado um passeio com as pessoas usuárias de cadeira de rodas pelo Centro Histórico de São Luís, visitando alguns atrativos turísticos com o objetivo de verificação da acessibilidade. Esses atrativos foram definidos segundo os critérios: os atrativos turísticos mais procurados por turistas no Centro Histórico de São Luís (informações obtidas na Sectur e Setur); o interesse do grupo pesquisado e a proximidade entre eles.

Estruturalmente, as entrevistas constam de três partes fundamentais para cada uma das categorias dos sujeitos envolvidos. Contudo, no geral, elas destacam itens de levantamento de dados sobre o sujeito, quanto às suas características demográficas: faixa etária, sexo escolaridade, dentre outros.

Esta etapa destaca o sentido maior da pesquisa, na medida em que direciona a cada categoria de sujeito os questionamentos pertinentes. Os resultados advindos da aplicação destas entrevistas são arrolados no item abaixo e posteriormente uma discussão é apresentada.

Com relação as entrevistas, elas foram realizadas com 32 pessoas, sendo 6 gestores contendo 21 (vinte e uma) perguntas e 26 pessoas usuárias de cadeira de rodas com 20 (vinte) questionamentos. Ambas as entrevista abordava sobre acessibilidade, centro histórico de São Luís, as barreiras encontradas, as políticas públicas do centro histórico, turismo acessível, ações para a melhoria da acessibilidade e o PAC Cidades Históricas, tendo em vista captar a percepção dos entrevistados. Posteriormente os entrevistados debateram o assunto, elencando os problemas, as necessidades e as resoluções. As perguntas foram quase todas iguais para os dois grupos de entrevistados.

⁴⁹ Excluída: nesse sentido refere-se a estar fora do contexto social

5.2 Perfil dos sujeitos pesquisados - Pessoas com deficiência e Gestores

Com relação ao perfil dos entrevistados, participaram desta pesquisa, 32 (trinta e duas) pessoas em duas categorias sendo elas pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores. Tendo em vista o compromisso da pesquisadora junto aos pesquisados com relação à preservação de seus nomes, esses serão elencados por nomes fantasia sendo: Pessoa A, B, C...; Gestor A, B, C... e assim sucessivamente, com exceção das pessoas que optaram para que sua fala tenha seus nomes. Dessa forma, foram assinados os termos de uso de autorização de áudio e imagem pelos pesquisados, assim como o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os pesquisados estão distribuídos em dois grupos, apresentando a seguinte composição:

5.2.1 Pessoas com deficiência

Pessoas com deficiência, que estão na maioria das vezes em constante discriminação, pois em geral, fazem parte das estatísticas das pessoas com pouca escolaridade e sem acesso à cultura devido principalmente às condições sociais em que se encontram e/ou à falta quase total de acessibilidade em sua escola, seu lar, seu bairro, nos espaços culturais e em sua cidade, não permitindo que a pessoa com deficiência seja reconhecido como um indivíduo social e cidadão pleno de seus direitos (SASSAKI, 2003).

No estado tem-se aproximadamente 1.641.404 pessoas com deficiência. desses, 313.755 tem deficiência física ou mobilidade reduzida. Na capital são 253.621 pessoas com algum tipo de deficiência (IBGE, 2010).

Dessa forma, com relação ao controle social da política da pessoa com deficiência, o estado hoje conta com 17 conselhos municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 1 (uma) Secretaria Adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 1 (um) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Maranhão e o Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias que congrega mais de 35 entidades em vários municípios do Maranhão e está subdividido em Fóruns Regionalizados.

Dentre os pesquisados, contou-se com a participação de representantes do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias,

Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão, Centro Dialético de Pais e Amigos dos Especiais, Associação do Lesado Medular, Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência de São Luís, turistas e pessoas da comunidade que não fazem parte de movimentos sociais.

O perfil do sujeito entrevistado está assim descrito:

⇒ Pessoas usuárias de cadeira de rodas: 26 (vinte e seis) entrevistados, sendo 8 (oito) do sexo feminino e 18 (dezoito) do sexo masculino. 20 residentes em São Luís e 6 (seis) no interior do estado. Dos pesquisados, 8 (oito) tem ensino superior, 10 (dez) tem ensino médio, 6 (seis) tem ensino fundamental e 2 (dois) não tem escolaridade. Das pessoas pesquisadas o critério utilizado foi ser pessoa usuária de cadeira de rodas.

Para fazer a pesquisa de campo tendo como sujeito a pessoa usuária de cadeira de rodas, foram seguidos alguns passos como mostra o Quadro 5.

Quadro 5: Atividades realizadas com as pessoas com deficiência

Nº	Atividades realizadas com as pessoas com deficiência
01	Reunião com membros do movimento de pessoas com deficiência do estado para explanação sobre o projeto e as etapas de realização da pesquisa, com a participação de representantes do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias, Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão, Associação do Lesado Medular, Centro Dialético de Pais e Amigos dos Especiais. Após sanar as dúvidas e questionamentos, as pessoas usuárias de cadeira de rodas interessadas em participar se colocaram à disposição (Apêndice F).
02	Contactou-se via e-mail algumas pessoas do movimento residentes no interior do estado que vem mensalmente a São Luís, para participar da pesquisa.
03	Contou-se com a participação de algumas pessoas usuárias de cadeira de rodas da comunidade que não fazem parte de movimentos sociais (Apêndice F).
04	Contou-se com a participação e apoio dos acompanhantes em todo processo.

Fonte: SANTOS, Katia, 2018

Esse quadro demonstrou as estratégias utilizadas nas atividades realizadas com pessoas com deficiência. No tópico a seguir, são relatadas as pesquisas com os gestores.

5.2.2 Gestores

Do mesmo modo, os gestores públicos pesquisados são representantes do turismo e do patrimônio no estado e município. Ressalta-se que além dos

representantes da pasta do turismo e centro histórico, foram acrescentadas duas instituições que não estão ligadas diretamente ao turismo e nem ao Centro Histórico. São elas a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, onde está vinculada a política da pessoa com deficiência e a Secretaria Adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ponto essencial nesse processo de construção do direito ao turismo e um representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi o idealizador e executor do Projeto Praia Grande/Reviver e dessa forma, se justifica a inserção de ambas as secretarias nas entrevistas.

⇒ Gestores representantes do poder público estadual e municipal do turismo e instituições ligadas ao Centro Histórico de São Luís: 6 (seis) entrevistados; tais sujeitos são representantes da Secretaria de Estado do Turismo-Sectur, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular-Sedihpop, Secretaria Municipal de Turismo de São Luís-SETUR, Fundação do Patrimônio Histórico de São Luís-FUMPH, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação-Secti e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN MA. Das pessoas pesquisadas, 2 (duas) são do sexo feminino e 4 (quatro) do sexo masculino. Todos residentes em São Luís e tem nível superior com pós-graduação.

Para fazer a pesquisa de campo tendo como sujeito os gestores da área do turismo estadual e municipal, assim como do Centro Histórico de São Luís, foi necessário apenas o envio de ofício por e-mail e contato telefônico para agendamento da entrevista. O critério utilizado para a entrevista era ser o gestor responsável pela pasta.

5.3 As Entrevistas e os Registros de imagens – Resultados

Os resultados aqui apresentados são referentes as entrevistas feitas com as pessoas com deficiência (após as visitas ao centro histórico) e com os gestores. Essa etapa também traz algumas transcrições das entrevistas que chamaram a atenção da pesquisadora, além dos registros imagéticos captados durante as visitas realizadas.

As entrevistas para os dois grupos abordam questões similares referentes a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís e, ao final desta seção é apresentado

um quadro com os dois grupos e as principais abordagens de cada um, com o objetivo de conhecer os diversos olhares e percepções dos pesquisados.

5.3.1 Entrevista com as Pessoas com deficiência e registro de imagens

Foram entrevistadas 26 (vinte e seis) pessoas usuárias de cadeira de rodas, entre homens e mulheres e maiores de 18 anos. A entrevista trata sobre a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís e. Nesse sentido, a primeira pergunta refere-se ao conceito e compreensão do termo acessibilidade:

De acordo com os relatos coletados, a acessibilidade vai muito além do que está estabelecido por lei, pois trata-se de um fator essencial para que se tenha o mínimo de dignidade, qualidade de vida e autonomia.

Para a Pessoa D, *“Acessibilidade pra mim é tudo. É ter dignidade e liberdade. Realmente é poder viver, sair, brincar e ser feliz”*.

A Pessoa J relata que *“parece uma resposta fácil, mas não é. Ela é bem ampla e pra pessoa com deficiência é a total condição de participação de maneira democrática na sociedade, de maneira igual, justa e se resume mesmo é em liberdade”*.

Observa-se que existe uma similaridade entre os olhares dos pesquisados, deixando claro que a acessibilidade vai além do direito. É uma necessidade.

O segundo ponto questionado foi a existência de acessibilidade no Centro Histórico de São Luís para as pessoas usuárias de cadeira de rodas. Nesse contexto:

A maioria das pessoas usuárias de cadeira de rodas relata que o Centro Histórico não tem acessibilidade, mas mesmo com muitas barreiras elas se fazem presentes porque precisam ocupar os espaços para se tornarem visíveis e poder participar da vida da cidade.

A Pessoa D desabafa,

Eu moro no Reviver, eu nasci no Reviver e vi toda revitalização do centro histórico que aconteceu no mesmo período em que fiquei com deficiência. Eu sou tetraplégica e pra mim é muito difícil viver num local que não posso ir da forma que gostaria. Eu vou mesmo enfrentando risco. É difícil a questão da acessibilidade porque em relação a cultura e o lazer, o Reviver é lindo e eu gosto de estar lá (PESSOA D).

Ainda com relação ao questionamento, a Pessoa M relata:

Pra mim que sou cadeirante, é uma dificuldade muito grande rodar pelo centro histórico porque são poucas as calçadas que tem rampa e quando tem ainda estão quebradas ou não levam a lugar nenhum. Esse calçamento pra nós é uma armadilha (PESSOA M).

Dando continuidade às entrevistas, outro item abordado foi saber se há uma preocupação do poder público e políticas públicas que contemplem a acessibilidade para pessoas com deficiência no Centro Histórico de São Luís.

Nesse sentido, as pessoas usuárias de cadeira de rodas, relatam de forma indignada que ainda não existe nenhuma preocupação com relação a acessibilidade no Centro Histórico e nem políticas públicas. As adequações existentes são poucas e estão em péssimo estado.

De acordo com os entrevistados, existe um descaso quando se trata de políticas públicas que contemplem as pessoas com deficiência e o pouco de adequações existente é fruto de muita luta do movimento nesses anos todos. Para eles, faltam políticas públicas, planejamento e reorganização do espaço público. “Preocupação, pode até ter, mas a necessidade do fazer ainda não conquistou o gestor. É preciso ter acessibilidade atitudinal e conseqüentemente as outras barreiras serão quebradas” (PESSOA Y). De acordo com eles, falta sim vontade política.

Outra pergunta feita na entrevista aborda a acessibilidade aos atrativos turísticos escolhidos segundo alguns critérios já citados anteriormente neste trabalho. Nesse sentido, os atrativos abordados são a Praça Dom Pedro II, o Palácio dos Leões, o Palácio La Ravardière, a Igreja da Sé, a Praça Benedito Leite, o Convento das Mercês, a Rua da Estrela, a Praça Nauro Machado, a Casa das Tulhas, a Rua Portugal e a Casa do Maranhão, totalizando 11 (onze) atrativos. Eles estão listados na mesma sequência em que foram realizadas as visitas com as pessoas usuárias de cadeira de rodas.

Dessa forma, para as pessoas usuárias de cadeira de rodas a visita e a relação acessibilidade X atrativo foi um pouco complexa devido ao fato de não poderem ter sido realizadas pelo grupo inteiro, tendo em vista a falta de disponibilidade dos horários e datas das visitas entre os participantes e principalmente pela pouca acessibilidade encontrada nos espaços. Dessa forma,

foram feitas várias visitas, onde cada uma era realizada por no máximo três pessoas em cadeira de rodas.

Assim, de acordo com os entrevistados, as Praças Dom Pedro II e Benedito Leite são possíveis de transitar, mas algumas barreiras foram encontradas no trajeto até esses espaços.

Com relação ao Palácio dos Leões, sede do Governo Estadual e o Palácio La Ravardière, sede do Governo Municipal, os entrevistados relataram que não tem acessibilidade física. Para eles, o que existe são arranjos. No Palácio do Governo Estadual, apesar de ter um elevador lateral, poucos foram os que conseguiram subir devido ao elevador ser muito estreito, o que dificultou a entrada das pessoas com deficiência e também porque na parte superior tem alguns degraus. Dessa forma, houve uma certa frustração por parte dos visitantes que não puderam subir e uma satisfação pelos que conseguiram fazer a visita.

Com relação ao Palácio La Ravardière, não foi possível realizar a visita pelo fato do elevador não estar funcionando. Na Igreja da Sé, as pessoas com deficiência relataram não tem nenhuma acessibilidade. Nos foi informado que poderíamos tentar entrar pela garagem, mesmo assim lá dentro teríamos alguns obstáculos. Dessa forma, ficou-se só a contemplar a igreja e aproveitou-se para apreciar a feirinha que acontece aos domingos na Praça Benedito Leite.

Na visita ao Convento das Mercês, as pessoas usuárias de cadeira de rodas disseram que o espaço tem acessibilidade, pois puderam encontrar rampas, banheiro adaptado e plataforma elevatória, mas a dificuldade está em conseguir chegar, tendo em vista ser um longo trajeto pelas ruas de pedra e de acordo com os entrevistados necessitando de uma rota acessível entre esses atrativos turísticos.

Os relatos transcritos a seguir de algumas pessoas com deficiência apresentam um pouco de como foram as visitas

Para a Pessoa D

O convento das Mercês ele só tem acessibilidade porque iria acontecer um evento internacional e o evento para acontecer teria que ter acessibilidade. Tem uma rampa, elevador e banheiro, mas pra ir para o Convento é um desafio por causa das pedras que quebram nossas cadeiras. Cadê minimamente uma rota e a sinalização é importante, mas também não tem (PESSOA D).

A Pessoa V faz um relato sobre sua indignação

Aqui no Reviver quase não tem rampa que preste quando encontro uma, eu nunca posso usar porque tem sempre alguma coisa em cima. Falta mesmo é educação pra eles saber que rampa é pra deficiente. Tem que ter campanha pro povo saber que o direito é de todo mundo. Nas calçadas e ruas quando não tem buraco, é legal pra rodar, mas ficava bom se tivesse uma pista do lado dessas pedras portuguesas (PESSOA V).

De acordo com a Pessoa J

Casa das Tulhas tem condição de entrar e trafegar. Tem um banheiro adaptado, mas a chave fica sempre guardada com alguém pra que outras pessoas não usem. Então já tem alguns elementos que dá pra ir, mesmo porque já tem muitas pessoas com deficiência que frequentam o centro histórico ou moram próximas e acabam indo, mas ainda são poucos os atrativos que conseguimos ir (PESSOA J).

A Pessoa M relata

Na Casa Maranhão me senti presenteada de poder entrar sem ter que tá pedindo pra ninguém. Tinham várias rampas lá, elevador, banheiro. Eu não conhecia e nem sabia que tinha essa acessibilidade lá. O que a gente espera da nossa cidade é isso. Chegar nos lugares e poder ter liberdade de entrar e sair sem estar pedindo ajuda pra alguém. Isso melhora nossa autoestima (PESSOA M)

As transcrições acima citadas são um retrato das experiências vivenciadas pelas pessoas com deficiência para superar os obstáculos no seu ir e vir ao centro histórico.

Com relação às ruas da Estrela e Portugal, os entrevistados reclamam que a falta de acessibilidade dificulta o trajeto, tendo em vista que as pedras são desniveladas e mal conservadas. A inclinação da rua da Estrela também dificulta o ir e vir.

No que trata sobre a Praça Nauro Machado, foi relatado pelos pesquisados que ela é plana, tem um banheiro público acessível e uma rampa para se chegar até ele, mas reclamaram que o banheiro fica o tempo todo fechado e dessa forma nunca pode ser utilizado. Nesse espaço acontecem shows e atrações culturais como o Bumba-Meu-Boi, cacuriá e apresentação de cantores da terra aos finais de semana. Também é utilizada para as apresentações período de Carnaval e São João.

A Casa das Tulhas é parcialmente acessível segundo os pesquisados e possui um banheiro adaptado feito pelos comerciantes locais. A Casa do Maranhão

possui rampa móvel na entrada e em todos os locais que tem degraus. Conta com banheiro adaptado e um elevador que leva os visitantes para o piso superior.

De todos os atrativos/equipamentos visitados pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas, a Casa do Maranhão parece ter as melhores adaptações e condições de acessibilidade.

Com relação a alguma ação/projeto do Programa Turismo Acessível do Ministério do Turismo, os entrevistados informaram que desconhecem qualquer projeto ou ação do Programa no estado.

No quesito legislação das pessoas com deficiência, as pessoas usuárias de cadeira de rodas demonstraram conhecer as leis de forma clara. Já no que trata sobre PAC 2 Cidades Históricas, informaram que os repasses e as obras haviam sido suspensas pelo Governo Federal.

Na pergunta sobre um banco de dados com informações sobre acessibilidade existente no centro histórico, relataram que não constam em nenhum lugar e que as informações com relação aos locais com acessibilidade ou adaptados tanto no centro histórico como no resto da cidade é passado de boca em boca e são obtidas no próprio movimento de pessoas com deficiência.

No que trata sobre rotas acessíveis no Centro Histórico de São Luís, informaram que não existe nenhuma ação nesse sentido.

Quando se perguntou que ações poderiam estar contribuindo para a melhoria da acessibilidade no centro histórico, as pessoas usuárias de cadeira de rodas citaram alguns pontos importantes que foram relatados por Deline de Lima⁵⁰ e transcritos para este documento como mostra a seguir:

Volto a dizer rota acessível, rebaixamento de guias nos dois lados das vias e que levem a algum lugar. Eles poderiam aproveitar as faixas de pedestres e nivelar na altura das calçadas ou faria o rebaixamento de guia ali. Tudo da mesma altura facilitaria a todos e como teria o sinal, os carros teriam que parar. Ajudaria a todos. A acessibilidade no Centro Histórico com certeza faria aumentar o número de turistas em São Luís, porque teríamos a pessoa idosa, a gestante, a criança, a pessoa obesa, as pessoas com mobilidade reduzida e as pessoas com deficiência. Todos poderia utilizar o espaço com mais segurança. Folhetos, mapas turísticos explicativos em braile e fonte ampliada, conhecimento básico de Libras pelas pessoas que fazem atendimento ao público na central de informações turísticas, mas para que isso aconteça é necessário que os gestores ouçam as pessoas com deficiência. Afinal, “Nada Sobre Nós, Sem Nós”.

⁵⁰ Pessoa usuária de cadeira de rodas/Graduada em Pedagoga/Especialista em Educação Especial/Coordenadora do Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão/membro do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias.

Além da barreira arquitetônica no centro histórico, tem também a barreira atitudinal, onde o gestor não conversa conosco e faz da forma dele o que ele acha que é mais importante e melhor, mas esquece de perguntar para quem é cadeirante se é isso que estamos querendo. Nós podemos ajudar para que se tenha pelo menos o mínimo de acessibilidade e dignidade (DELINE DE LIMA, 2017)

Outro ponto muito interessante foi saber pelas próprias pessoas usuárias de cadeira de rodas, sobre as maiores barreiras enfrentadas por elas no Centro Histórico de São Luís e o que poderia facilitar seu ir e vir nesse espaço. Acompanhe a transcrição dos relatos:

Para a Pessoa D,

A maior barreira que enfrentamos é a falta de uma rota dentro do centro histórico. Isso facilitaria muito porque meu corpo balança demais, a pessoa que conduz a cadeira fica muito cansada. Deveria ter no mínimo uma rota que pudéssemos chegar ao teatro, cinema, praça e os lugares turísticos. Sei que não dá pra ir em todo lugar, mas muitos deles dá pra se chegar com a rota (PESSOA D, 2017).

De acordo com a Pessoa M,

Uma rota já ajudaria muito porque queremos ir ao centro histórico e rodar com liberdade, independência. Isso não danificaria o patrimônio, mas pra nós ainda é um sonho e já era pra ter modificado algumas coisas. Hoje, com as estruturas de calçadas e ruas que tem, estamos fazendo hally. Se tivesse esse acesso pra ir e vir no centro histórico, eu frequentaria mais vezes e diria aos meus amigos cadeirantes. Eu também sou consumidora e eles não sabem o que estão perdendo (Pessoa M).

Sob a ótica de Dylson Junior⁵¹,

A primeira coisa é quebrar a barreira de atitude. Temos que ter um gestor que queira mudar a situação, que faça uma gestão mais democrática e participativa. Não existe desculpa pra não fazer porque em várias partes do mundo, em cidades históricas, Sítios arqueológicos e a primeira coisa a fazer é romper as barreiras atitudinais. Daí, vem as Rotas acessíveis ou nivelar o paralelepípedo para diminuir o atrito. Onde puder sempre preservar as calçadas sem obstáculos e com rebaixamento de guias, porque as pessoas com deficiência têm que estar em todos os lugares (DYLSON JÚNIOR, 2017).

De acordo com a Pessoa L, é necessário ter *“informações, quebra as barreiras atitudinais, ações educativas inclusivas, facilitar a comunicação, intérprete*

⁵¹ Pessoa usuária de cadeira de rodas/Graduado em História/Especialista em Educação Especial/Especialista em Políticas Públicas/Coordenador do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias/Consultor.

de LIBRAS⁵² em todos os locais, material em Braille, cursos para os técnicos da área de Turismo, para fazer um atendimento de qualidade”(pessoa I, 2017).

Observa-se que as falas acima retratam o que é importante e necessário para melhorar as condições de acesso no Centro Histórico de São Luís. Por último, se questionou sobre os benefícios que o turismo acessível pode trazer para as pessoas e para a cidade e a resposta foi quase unânime entre as pessoas: Dignidade, alegria, recursos para o estado, melhoria na qualidade de vida de todos.

Os registros imagéticos capturados durante as visitas pessoas usuárias de cadeira de rodas e seus acompanhantes ao Centro Histórico de São Luís mostram as dificuldades e barreiras enfrentadas diariamente por essas pessoas na tentativa de garantir seu direito à cidade, ao turismo e ao lazer de forma acessível.

“Afinal, queremos apenas sermos reconhecidos e respeitados enquanto cidadãos com direitos iguais aos outros” (DYLSON JUNIOR, 2017).

Dessa forma, as Figuras abaixo mostram algumas imagens de momentos vivenciados durante a pesquisa. Ela retrata um pouco das barreiras do dia a dia das pessoas usuárias de cadeira de rodas no Centro Histórico de São Luís, principalmente com relação às escadarias, falta de rampas e a má distribuição do mobiliário urbano, que dificulta ou mesmo inviabiliza a sua utilização pelas pessoas com deficiência.

A Figura 27 apresenta uma pessoa usuária de cadeira de rodas em frente a uma grande escadaria no Centro Histórico de São Luís.

⁵² Língua Brasileira de Sinais. 2ª língua oficial do Brasil

Figura 27: As escadarias no Centro Histórico de São Luís



Fonte: SANTOS, Katia (2017).

A imagem apresenta uma cadeirante na área do Reviver, no Centro Histórico de São Luís, que encontra diariamente uma grande barreira física que são as escadarias. A falta de alternativas, dificulta e/ou inviabiliza o direito de ir e vir nesse espaço.

Duas flagrantes muito comuns no dia-a-dia das pessoas usuárias de cadeira de rodas estão registrados nas Figuras 28 e 29, onde mostram as dificuldades encontradas para se chegar à calçada, tendo em vista maioria das vezes não existe rebaixamento de guia ou rampas adequadas e encontrar veículos estacionados nas poucas rampas existentes nesses espaços ainda é muito comum, inviabilizando a utilização das poucas rampas existentes

Figura 28: A dificuldade para se chegar a calçada



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

Figura 29: Flagrante de veículo estacionado em frente a rampa de acesso



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

Os registros imagéticos mostram o quanto o descaso com as políticas públicas e a falta de educação das pessoas interfere diretamente a vida de outras pessoas.

Com relação ao mobiliário urbano e a organização do espaço e uso do solo, as Figuras 30 e 31 mostram bem essa realidade diária das pessoas usuárias de cadeira de rodas quando vão ao Centro Histórico.

Figura 30: Mobiliário urbano no Centro Histórico de São Luís



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

A Figura 30 mostra que no Centro Histórico de São Luís existem ruas apenas para uso dos pedestres e que por serem largas, deveriam ser facilitadas para sua utilização por todas as pessoas, mas as dificuldades para as pessoas com deficiência são encontradas pelas barreiras físicas impostas pelo homem.

Nessa mesma perspectiva, são encontradas algumas poucas rampas em péssimo estado de conservação no centro histórico que não podem ser utilizadas pelas pessoas com deficiência por causa da falta de fiscalização, má distribuição e utilização do espaço público pelas pessoas. Isso dificulta o processo porque são duas barreiras a serem rompidas. Primeiramente a atitudinal e depois a física. A Figura 31 mostra uma rampa no Centro Histórico de São Luís com muitas barreiras que impedem as pessoas usuárias de cadeira de rodas de utilizá-la. O rebaixamento da guia mal conservado, mostrando um descaso do poder público com a garantia de acesso.

Figura 31: A rampa e as barreiras impostas pelo homem



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

Observa-se que dos problemas enfrentados diariamente pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas que foram relatados anteriormente pelas entrevistadas (Pessoa A e Pessoa M) na área do Centro Histórico de São Luís, são semelhantes e aqui estão descritas como sendo difíceis, cansativos e perigosos. As Figuras 32 e 33 mostram alguns desses momentos.

Figura 32: A disputa por espaço nas ruas do Centro Histórico de São Luís



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

Figura 33: As dificuldades no acesso ao elevador.



Fonte: SANTOS, Katia (2017)

As dificuldades já mencionadas anteriormente e visto nas Figuras 32 e 33, se deve principalmente à falta de acessibilidade e adaptações nesses espaços, mas apesar das dificuldades enfrentadas, elas não deixaram de ir e estão sempre encontrando formas de superar os obstáculos que se apresentam. As Figuras 34 e 35 apresentam imagens das visitas realizadas pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos durante a pesquisa. Dessa forma, eles retratam um pouco do cotidiano e das dificuldades enfrentadas diariamente por essas pessoas.

Figura 34: As visitas no Centro Histórico de São Luís I



Fonte: SANTOS, Katia (2017).

Figura 35: As visitas no Centro Histórico de São Luís II



Fonte: SANTOS, Katia (2017).

As Figuras 34 e 35 mostram as visitas realizadas aos atrativos turísticos do Centro Histórico de São Luís em dias alternados, considerando a falta de acessibilidade nesses espaços.

Observa-se nos relatos e nas imagens que as pessoas com deficiência enfatizam a necessidade de se ter ações efetivas e políticas públicas inclusivas, respeitando os direitos já adquiridos por eles.

As principais reclamações do grupo de pessoas usuárias de cadeira de rodas que participaram das entrevistas no Centro Histórico de São Luís estão elencadas no Quadro 6 logo abaixo.

Quadro 6: Reclamações das pessoas usuárias de cadeira de rodas

Pessoas usuárias de cadeira de rodas	Reclamações
	Falta de acessibilidade física
	Faltam políticas públicas que contemplem a acessibilidade
	Barreiras físicas e atitudinais nos atrativos
	Falta de uma rota ou corredor acessível nas áreas mais visitadas do Centro Histórico
	Falta de conhecimento ou desinteresse dos gestores no que trata a acessibilidade e pessoas com deficiência
	Falta de profissionais capacitados para o atendimento às pessoas com deficiência nos locais visitados
	Falta de ações efetivas

Fonte: SANTOS, Katia (2018)

As respostas da entrevista com as pessoas com deficiência foram satisfatórias e mostraram um bom conhecimento com relação à política das pessoas com deficiência, as legislações e garantia de direitos adquiridos. Elencaram as dificuldades existentes e apresentaram as propostas de soluções, sempre embasados nas leis.

5.3.2 Entrevistas com os Gestores

A pesquisa foi realizada efetivamente com 4 (quatro) gestores da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão-Sectur, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular-Sedihpop Fundação do Patrimônio Histórico de São Luís-FUMPH e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação-Secti no Maranhão, com o objetivo de obter informações relativas a acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas no Centro Histórico de São Luís. Todas as questões foram respondidas, porém não atenderam plenamente a expectativa. As respostas foram superficiais, vagas, sem consistência, dificultando assim, a consecução do objetivo previsto.

Com relação aos gestores selecionados, não participaram das entrevistas a Gestora da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís-SETUR e o Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN no Maranhão.

Importante relatar que no período de setembro a dezembro de 2017, se buscou de várias formas o agendamento com os gestores da SETUR e IPHAN para a realização das entrevistas, mas as informações obtidas eram sempre de que estavam em viagem a serviço ou sem espaço na agenda para atender a pesquisadora. Dessa forma, as instituições solicitaram que fosse enviado um e-mail com o anexo, contendo as perguntas da entrevista que deveriam ser respondidas por eles. O documento foi enviado mais de duas vezes aos gestores das pastas que confirmaram o recebimento, mas não encaminharam o documento preenchido até a finalização deste trabalho. Dessa forma, elenca-se aqui apenas o resultado dos gestores que participaram das entrevistas.

A primeira pergunta trata sobre o entendimento do que é acessibilidade e os gestores responderam de forma bem parecida e direta acessibilidade é o direito de ir e vir, portanto, direito de todos. Já de acordo com a gestora B, “*a acessibilidade é acima de tudo poder*”.

No que trata da acessibilidade no Centro Histórico de São Luís para as pessoas usuárias de cadeira de rodas, os gestores foram unânimes em dizer que no Centro Histórico não tem acessibilidade e que apesar das complicações que implicam a parte arquitetônica referente ao centro histórico, o governo é inclusivo. Dessa forma, apontaram várias outras ações e projetos que contemplam as pessoas com deficiência, sendo citados como exemplos o Projeto Travessia⁵³ que tem veículos adaptados que agendados com antecedência fazem o traslado das pessoas com deficiência para diversos lugares; o Centro de Referência Ninar para crianças com deficiência e Microcefalia, que é um centro de atenção à saúde das crianças com deficiência e Microcefalia e o Inclusive Praia⁵⁴ que viabiliza o acesso das pessoas com deficiência a praia. Informaram que o governo trabalha na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, mas reconhecem que ainda não foi possível pautar de forma mais incisiva sobre a importância e necessidade da acessibilidade nesse espaço.

⁵³ O serviço oferecerá transporte especial gratuito para pessoas com deficiência, usuária de cadeira de rodas. Disponível em: www.ma.gov.br. Acesso: 12/09/2017

⁵⁴ O objetivo é proporcionar finais de semanas de lazer na *praia* garantindo acesso às pessoas com deficiência, de baixa mobilidade e idosos, com estruturas acessíveis e portáteis. Disponível em: www.ma.gov.br. Acesso: 12/09/2017

Para o gestor A,

De certo modo, o Centro Histórico que nós temos tem até um certo grau de acessibilidade porque não temos uma fiação aérea, o mobiliário é bastante reduzido, são amplas e isso diminui muito as barreiras arquitetônicas nas áreas que foram alteradas, mas em compensação uma calçada com articulação com outra calçada, a gente já tem um problema que é a questão da rua e as rampas vão dar nas ruas almofadadas e ainda tem a questão da ocupação do solo urbano na calçada de forma desordenada (GESTOR A).

Dessa forma, eles são claros em falar sobre a inexistência de acessibilidade e informam que realmente existe sim uma preocupação e uma perspectiva de tornar o centro histórico no mínimo adaptado. *“É possível adaptar. É possível fazer as adaptações necessárias pra diminuir as barreiras arquitetônicas”* relata o Gestor A.

Dando continuidade às entrevistas, outro item abordado foi saber se há uma preocupação por parte do poder público no que trata a acessibilidade para pessoas com deficiência no Centro Histórico de São Luís. Nesse sentido, os gestores estaduais informaram que existe a preocupação por parte do governo, mas por causa da crise em que se encontra o país, o estado está tendo que se reorganizar nesse novo momento, mas informam que em breve, deverão estar trabalhando para viabilizar a acessibilidade no centro histórico.

Já a gestão municipal, por meio do Gestor A, informou que o município de São Luís, através da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico-FUMPH, realizou um estudo sobre acessibilidade numa área de 8 (oito) quadras que ficam na parte baixa do centro histórico, no bairro da Praia Grande.

Segundo ele, o estudo visa a criação de rotas acessíveis e adequações nesse espaço como elevação de via no lugar da travessia; construção de rampas considerando as rotas acessíveis para garantir o acesso das pessoas com deficiência ao centro histórico.

O gestor relata ainda que o estudo foi encaminhado ao IPHAN para apreciação e espera-se apenas a aprovação para a execução. De acordo com o Gestor A *“isso se refere a área urbana, porque os equipamentos, eles precisam ser acessíveis. É obrigação estarem acessíveis. Os equipamentos públicos precisam estar acessíveis”*.

O outro questionamento refere-se à acessibilidade aos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís, sendo a Praça Dom Pedro II, o Palácio dos Leões, o Palácio La Ravardière, a Igreja da Sé, a Praça Benedito Leite, o Convento das

Mercês, a Rua da Estrela, a Praça Nauro Machado, a Casa das Tulhas, a Rua Portugal e a Casa do Maranhão, sendo 11 (onze) atrativos.

Os gestores informaram a maioria dos espaços tem pouca ou nenhuma acessibilidade. citaram as praças Dom Pedro II e Benedito Leite que são mais fáceis de utilização tendo em vista que são planas e que a dificuldade maior seria andar pelas ruas da Estrela e Portugal, devido ao calçamento todo em pedra.

De acordo com o olhar dos gestores, o Palácio dos Leões tem um pouco de acessibilidade, pois tem um elevador na parte interna do palácio, conta com profissionais capacitados que fazem o atendimento ao público com e sem deficiência.

O Palácio La Ravardière, sede do governo municipal tem dois elevadores, sendo que um leva ao gabinete do prefeito e o outro para a área de atendimento ao público. Esse espaço conta com a implantação de piso tátil.

Com relação a Igreja da Sé, eles acreditam que não tenha acessibilidade. O Convento das Mercês dispõe de rampas, plataforma elevatória e banheiro adaptado. A Casa das Tulhas, eles não souberam informar e a Casa do Maranhão para os gestores parece ser o mais acessível por ser um espaço grande que facilita a disposição do mobiliário de forma a não cria barreira ou impedimento, portas largas, rampas moveis, elevador e pessoal capacitado ao atendimento ao público com e sem deficiência e espaço

Dessa forma, com relação aos demais questionamentos das entrevistas, os gestores relataram que infelizmente o estado não foi contemplado com nenhum projeto do Programa Turismo Acessível do Ministério do Turismo.

No questionamento feito sobre a legislação das pessoas com deficiência, os gestores afirmam conhecem parcialmente. Já no que trata sobre PAC 2 Cidades Históricas, os gestores disseram que os repasses de recursos e as obras estavam quase todas suspensas pelo Governo Federal, mas que aos poucos algumas já começavam a ser liberadas. Informaram ainda que desconhecem se contempla a acessibilidade, tendo em vista que a responsabilidade pelo acompanhamento é do IPHAN.

Com relação ao banco de dados com informações sobre acessibilidade existente no centro histórico, os gestores disseram que estado e município ainda não dispõem de tal serviço.

No que trata sobre rotas acessíveis no Centro Histórico de São Luís, os pesquisados informaram que até o momento não existe. O gestor A informou que o que se tem até o momento é um estudo feito em 8 (oito) quadras do centro histórico, na perspectiva de se construir as rotas acessíveis e que o Plano de Mobilidade que contemple a acessibilidade já está em fase de audiência pública.

Dessa forma, faz-se um paralelo com os principais relatos das pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores sobre as questões comuns sobre a pesquisa da acessibilidade, tendo como pontos principais a acessibilidade aos atrativos, as políticas públicas e a acessibilidade física na área do centro histórico. Conforme Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 Relatos dos pesquisados sobre acessibilidade no Centro Histórico de São Luís

Tema	Pessoas com deficiência	Gestores
Atrativos turísticos	Falta de acessibilidade aos atrativos turísticos	Pouca acessibilidade aos atrativos turísticos
Políticas públicas	Falta de informações e políticas públicas que contemplem a acessibilidade	Inexistência de banco de dados e sem ações que contemplem a acessibilidade
Acessibilidade física no centro histórico	Falta de planejamento no mobiliário urbano da área do centro histórico	Necessidade de reorganização do mobiliário urbano no centro histórico
	Necessidade de uma rota acessível que ligue os principais atrativos turísticos no centro histórico	Estudo feito em 8 (oito) quadras do centro histórico, na perspectiva de se construir rotas acessíveis

Fonte: SANTOS, Katia (2018).

Nesse quadro foram apresentadas as principais percepções comuns entre os dois grupos. No próximo tópico serão elencadas as possibilidades levantadas pelos pesquisados.

5.4 Discussões e possibilidades elencadas pelos entrevistados

A acessibilidade é, além de necessária, ainda um amplo desafio em todos os aspectos e este alvo só será atingido com a eliminação das barreiras arquitetônicas urbanísticas, da atitudinal, do transporte e da comunicação.

Assim sendo, a arquitetura, a sinalização e a informação tornam-se imprescindíveis na vida de uma cidade, no planejamento urbano, no método de inclusão da sociedade como um todo. Do que foi investigado, conforme os objetivos traçados consideram-se que São Luís ainda não despertou para a importância da acessibilidade. Necessita ainda incorporar a ideia de que o cidadão residente ou

turista, com ou sem limitação, tem o direito de locomover-se com acessibilidade pela cidade, desfrutando dela, participando e contribuindo para o seu desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico (ROMEU SASSAKI, 2003).

Nesse contexto, o que efetivamente observa-se é que o Centro Histórico, deixar a desejar aspectos como a acessibilidade arquitetônica, espaço urbano que facilite a condição de ir e vir das pessoas usuárias de cadeira de rodas.

Entretanto, tem-se que a acessibilidade deve ser vista principalmente como a garantia plena da mobilidade a todos os pedestres e para as pessoas usuárias de cadeira de rodas essa garantia precisa sair do papel e tornar-se uma realidade, através de implementação de ações concretas como rotas acessíveis, atrativos turísticos adaptados, informação, educação, capacitação, conhecimento e investir em tecnologias assistivas, na construção de espaços mais acessíveis e sociedades mais inclusivas (SASAKI, 2009).

As entrevistas mostraram que as mudanças não estão ligadas principalmente à escolha das prioridades de cada gestão. Nas pesquisas com gestores e pessoas com deficiência sobre acessibilidade física no Centro Histórico de São Luís foram levantadas necessidades e apresentadas proposições de mudança

De acordo com os problemas apresentados no tópico anterior e trazendo a discussão feita pelos entrevistados dos dois grupos, foi elencado por eles algumas possibilidades necessárias para implementação de acessibilidade arquitetônica no centro histórico. Para os dois grupos de entrevistados tanto gestores quanto pessoas usuárias de cadeira de rodas, a acessibilidade arquitetônica no Centro Histórico de São Luís é importante e necessária.

Dessa forma, para os entrevistados ela pode ser feita através de ações efetivas conforme descrito no Quadro 8.

Quadro 8: Proposições de ações dos dois grupos pesquisados

Ação	Pessoa com deficiência	Gestores	Base legal para fundamentar as ações possíveis de execução
Capacitação para os gestores e técnicos. Os dois grupos abordaram a necessidade de se constantes com temas que abordem o atendimento com qualidade às pessoas com deficiência, acessibilidade, barreiras e acessibilidade no turismo. Esse é o primeiro passo.	As primeiras barreiras a serem quebradas devem ser a atitudinal e de informação e comunicação, pois mesmo existindo as barreiras arquitetônicas, a mudança de atitude, o olhar, o perceber, o conhecer e principalmente o querer já fazem uma grande diferença e não se pode esquecer da capacitação em Libras para os técnicos que fazem atendimento ao público.	É necessário capacitações contínuas, tendo em vista a constante mudança de profissionais e para se oferecer uma melhor qualidade nos serviços.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004
Campanhas educativas. As campanhas devem ser direcionadas aos gestores, técnicos e a população abordando sobre deficiência, acessibilidade, preconceito, turismo acessível e direito das pessoas com deficiência.	É necessário investir em campanhas educativas acessíveis, com material em braile, comunicação em Libras e outras formas de informações acessíveis.	Relatam que a transversalidade entre as políticas é essencial para a construção de uma agenda comum sobre as campanhas priorizando a acessibilidade.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004
Criação de um banco de dados	Informações de locais acessíveis e o tipo de acessibilidade existente nos atrativos turísticos, rede hoteleira, restaurantes, transporte e toda a rede é algo a ser construído de forma participativa.	Informações de locais acessíveis e o tipo de acessibilidade existente nos atrativos turísticos, rede hoteleira, restaurantes, transporte e toda a rede é algo a ser construído de forma participativa.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004
Organização do espaço	Necessário que o poder público	Reurbanização da	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

urbano	elabore um planejamento com ações concretas de reorganização dos espaços e critérios para utilização dos espaços comuns por comerciantes da área.	área do centro histórico é necessária e deve iniciar com campanhas de sensibilização sobre o espaço público e o direito de ir e vir. Dessa forma, o ideal é que	Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Organização do mobiliário urbano	A reorganização do mobiliário urbano aparece na perspectiva de minimizar as barreiras existente e não criar barreiras.	A reorganização do mobiliário urbano aparece na perspectiva de minimizar as barreiras existente e não criar barreiras.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Rota acessível na área do Centro Histórico	Construir novas rampas, restaurar as antigas, criar ou adequar corredores que liguem aos principais atrativos do centro histórico. Essa rota deve ter sinalização e informações acessíveis e o mínimo de barreiras. A realização delas depende principalmente de vontade política, políticas públicas efetivas de acessibilidade e ações concretas por parte da gestão	Para os gestores, é uma ação possível e já está em planejamento.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003.
Elevação de via no lugar da travessia	A elevação das vias para as travessias ou rebaixamento de guias é uma necessidade elencada pelos dois grupos	A elevação das vias para as travessias ou rebaixamento de guias é uma necessidade elencada pelos dois grupos	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003 Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Construção de rampas considerando as rotas acessíveis	Não dá mais para construir rampas que não levem a lugar nenhum.	A construção das rampas deverá estar de acordo com as rotas.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003.

			Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Restauração das rampas e banheiros públicos existentes	A restauração das rampas é ponto essencial nesse debate entre os dois grupos, tendo em vista que algumas já existem e precisam apenas de restauração. As pessoas com deficiência relatam que é um descaso e deixam as rampas se acabarem	A restauração das rampas é ponto essencial nesse debate entre os dois grupos, tendo em vista que algumas já existem e precisam apenas de restauração.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Restauração de calçadas, ruas, rampas e rebaixamento de guias da área do Reviver no Centro Histórico	Até o momento não vimos nada. Não tem quase nada e as poucas que existem ainda estão em péssimas condições de uso.	Essa é uma ação que de acordo com a gestão, faz parte do planejamento e já estão sendo realizadas.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Nivelar as calçadas e ruas preenchendo os espaços existentes entre eles	Descaso do poder público. Não existem políticas públicas no estado e município que contemple as pessoas com deficiência.	Esse é um ponto que precisa de uma discussão mais profunda junto ao IPHAN	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014
Plano de Mobilidade e Acessibilidade para o Centro Histórico de São Luís	Até hoje só se ouviu falar, mas estamos aguardando para ver se sai. Já estamos lutando por esse plano há muito tempo.	De acordo com a gestão municipal, já foi elaborado e está para consulta pública.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014 Plano Diretor de São Luís
Elevador, plataforma ou rampa móvel nos atrativos turísticos	Falta vontade política, porque legislação tem demais.	Essa é uma necessidade, mas precisa de estudos mais aprofundados e autorização do IPHAN para implementação.	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência Lei Brasileira de Inclusão Decreto Federal nº 5.296/2004 Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão Nº 8.031/2003. Normativa do IPHAN Nº 01/2003 Caderno Técnico do IPHAN Nº 9/2014 Plano Diretor de São Luís

Fonte: SANTOS, Katia (2018).

No Quadro 8 foram apresentadas as propostas comuns elencadas pelas pessoas com deficiência e gestores, com algumas observações feitas por cada grupo, na perspectiva de se buscar alternativa de tornar o Centro Histórico de São Luís um espaço para todos. Nesse quadro também foi elencado as disposições legais para a realização de cada ação, na perspectiva de melhor fundamentar os pesquisados para a elaboração das proposições passíveis de realização, de acordo com o método de transdução utilizado. Mostra ainda que todas as ações propostas têm respaldo legal que garante a acessibilidade, necessitando, portanto, de aplicação das referidas leis.

Nessa perspectiva, para a Pessoa D,

Não é difícil fazer acessibilidade. Basta respeitar todo mundo. Sei que falta muita coisa, mas isso não quer dizer que não possa ser feito. A gente tem o exemplo da Europa. Tem vários países que já tem acessibilidade e são bem mais antigos que a gente. A história deles é bem mais antiga que a daqui de São Luís e já que lá eles conseguiram, por que aqui nós não conseguiríamos (PESSOA D)

Nesse contexto, se apresenta também algumas dificuldades elencadas para a realização deste trabalho foram a falta de interesse sobre a temática por parte de alguns gestores.

Do ponto de vista das pessoas usuárias de cadeira de rodas, a maior dificuldade encontrada para se ter acessibilidade arquitetônica é romper a barreira atitudinal, falta de uma rota acessível, políticas públicas, além dos atrativos turísticos do Centro Histórico não serem projetados para recebê-los. Contudo, novamente reforça-se “olhar” da mudança: já podem ser encontradas, em alguns casos fora dos critérios de acessibilidade, rampas, guias rebaixadas, portas largas, banheiros adaptados nos mais variados ambientes; todos buscaram as diretrizes de orientação dos municípios, na elaboração de políticas que colaborem para os novos métodos e tecnologias no processo de adequação do espaço coletivo às exigências da população, no que refere-se às pessoas com deficiência.

Outro ponto que interessa registrar revelado na pesquisa é que apesar da pouca acessibilidade encontrada no Centro Histórico, já há por parte de alguns gestores uma preocupação em adaptar o Centro Histórico. Importante relatar que foi observado durante as pesquisas que a rede hoteleira de São Luís já manifesta preocupação com os turistas usuários de cadeira de rodas e começam a investir

nessa nova segmentação de mercado, pois já pode ser observado na área do Centro Histórico de São Luís, hotel cinco estrelas e pousada em prédio tombado com quartos adaptados para pessoa usuária de cadeira de rodas.

Uma observação feita pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas diz respeito à necessidade sentida pela falta de profissionais capacitados para o atendimento a esses turistas, tais como garçons, guias de turismo, camareiras e outros da área. No Quadro 9 são apresentados os relatos comuns sobre as dificuldades e possibilidade de melhoria elencado pelas pessoas com deficiência.

Quadro 9: Relatos comuns sobre as dificuldades e possibilidades de melhorias

	Dificuldades	Possibilidades de melhorias
Pessoas com deficiência	A maior dificuldade são as barreiras atitudinais, de comunicação e arquitetônicas	A quebra das barreiras deve ser feita através de campanhas educativas, capacitações, informações, bem como adequações adaptações possíveis na área do centro histórico.
	Falta de acessibilidade aos atrativos turísticos	A acessibilidade aos atrativos turísticos pode ser feita através de elaboração de estudos de caso e alternativas possíveis para viabilizar a acessibilidade a esses espaços, com ações que interliguem esses atrativos.
	Falta de informações e políticas públicas que contemplem a acessibilidade	Construção de um plano de acessibilidade para o Centro Histórico de São Luís; Criação de banco de dados com informações sobre acessibilidade na rede hoteleira, de restaurantes, atrativos turísticos e outros, disponibilizados nas mídias sociais e postos de atendimento.
	Falta de planejamento no mobiliário urbano da área do centro histórico	reorganização do mobiliário urbano no centro histórico com critérios de uso e ocupação do espaço público, priorizando os corredores ou rotas turísticas acessíveis com sinalização acessível.
	Não há rota acessível que ligue os principais atrativos turísticos no centro histórico	Implementação de uma rota acessível interligando os 8 (oito) pontos do centro histórico, tendo em vista que já foi realizado o estudo e aguardam apenas a autorização do IPHAN para a execução das obras. Nesse ponto, importante destacar que já se encontra em fase de elaboração o Plano de Acessibilidade da Região Metropolitana de São Luís.

Fonte: SANTOS, Katia (2018).

Relata-se que as principais dificuldades foram elencadas pelas pessoas com deficiência, assim como as ações possíveis de serem executadas pela gestão.

No que trata as entrevistas realizadas com gestores e pessoas com deficiência, foi observado que as respostas dos gestores foram aquém da expectativa do esperado e não apresentaram dados concretos, enquanto que as

pessoas com deficiência corresponderam satisfatoriamente as expectativas, foram claros, objetivos, identificando as suas necessidades e propondo soluções de adequações de acessibilidade no espaço pesquisado.

Nesse contexto, a pesquisadora foi um fio condutor na construção dos resultados. O método de transdução aplicado para a realização da pesquisa mostrou que existem adequações possíveis de serem feitas, sem causar dano ao patrimônio e com o amparo legal das legislações normas e orientações dos órgãos gestores. Então, realmente falta é vontade política, mudança de atitude e romper a barreira da invisibilidade e discriminação. Todos somos iguais na diferença.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitos aspectos, a vida das pessoas usuárias de cadeira de rodas não é diferente das demais. É evidente que com a globalização e inclusão social, a sensibilização da sociedade e do Poder Público sobre as necessidades desses indivíduos no que trata da acessibilidade cresceu bastante e se fortificou principalmente através da informação, das legislações, os debates e o empoderamento. Isso pode ser observado através do levantamento dos problemas e principalmente pelas várias alternativas de solução desses pontos, dadas pelos próprios pesquisados.

As pessoas usuárias de cadeira de rodas entrevistadas e que participaram do passeio pelo Centro Histórico, ao longo da visita começaram a elencar os problemas mais comuns entre eles e depois levantaram proposições de soluções que podem vir a melhorar consideravelmente a condição de utilização do espaço.

No método de transdução utilizado nesta pesquisa, as pessoas usuárias de cadeira de rodas estabeleceram as necessidades e prioridades comuns e apresentaram alternativas de soluções que estão elencadas no Quadro 6, na página 134 deste estudo. O *feed back* dado pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas foi um resultado positivo destacado pela pesquisadora.

Desta forma, este trabalho procurou mostrar que as pessoas usuárias de cadeira de rodas também são pessoas e como tal, tem direito de fazer parte da cidade, estar nos espaços e participar da vida da cidade.

Observou-se que no Centro Histórico de São Luís, apesar de ter algumas pequenas adaptações, muito pontuais para garantir o acesso, esses pontos não são interligados e isso faz com que no máximo a pessoa consiga chegar a apenas um local e tenha que permanecer lá. São em boa parte, adaptações feitas sem orientação técnica específica, sem consulta às pessoas que necessitam dessa acessibilidade e, portanto, sem conhecer as necessidades desse público. Nesse sentido, se faz necessário a implementação de medidas que tornem a acessibilidade possível e viável nesse espaço e, dessa forma, passar a reconhecer as pessoas com deficiência enquanto cidadãs e com direito à cidade.

É necessário antes de tudo que haja mudança de atitude e as políticas públicas de turismo local conheçam, pesquisem e busquem implementar boas práticas e inovações nessa nova realidade que é a era da inclusão. É importante

pensar num Plano de Acessibilidade, para viabilizar a transversalidade e Políticas Públicas realmente inclusivas

No intuito de verificar se os resultados da pesquisa atingiram os objetivos propostos, o Quadro 10 apresenta de forma específica cada objetivo e ao lado o resultado encontrado em cada um deles, tendo em vista mostrar de forma sintética a realidade investigada.

Quadro 10: Resultados alcançados em conformidade com os objetivos traçados

Objetivos	Resultados
Apresentar as políticas públicas de acessibilidade no Centro Histórico de São Luís	Não existe políticas públicas de acessibilidade no Centro Histórico de São Luís e nem ações concretas que contemplem a acessibilidade nesse espaço
Relacionar os atrativos turísticos visitados pelas pessoas usuárias de cadeira de rodas	Os atrativos turísticos visitados pelas pessoas com deficiência no Centro Histórico de São Luís estão apresentados em tabela a partir da página 108 até a 113. Foram 11 atrativos escolhidos.
Registrar dificuldades e facilidades comuns das pessoas usuárias de cadeiras de rodas para visitar o Centro Histórico de São Luís, no que tange à acessibilidade física	registro imagético das dificuldades e facilidades das pessoas usuárias de cadeira de rodas em visita ao Centro Histórico de São Luís constam da página 120 até a página 131.
Identificar barreiras físicas que inviabilizem o direito de ir e vir das pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís	Para identificação das barreiras que inviabilizam o direito de ir e vir das pessoas usuárias de cadeira de rodas, foi elaborado um quadro que mostra as inquietações das pessoas com deficiência sobre as barreiras encontradas e possibilidades. Essas informações foram obtidas das próprias pessoas usuárias de cadeira de rodas que participaram das visitas e entrevistas e constam no quadro 5 na página 119 deste estudo.
Apresentar os relatos das pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores sobre a acessibilidade existente no Centro Histórico de São Luís	O relato das pessoas usuárias de cadeira de rodas e gestores sobre a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís foram levantadas e apresentadas no Quadro 7 na página 138
Esboçar proposições e alternativas futuras possíveis de ações no Centro Histórico de São Luís que contemplem a acessibilidade física para pessoa usuária de cadeira de rodas sob a ótica da pessoa que utiliza e do gestor.	As proposições e alternativas de ações no Centro Histórico de São Luís que contemplem a acessibilidade física para pessoa usuária de cadeira de rodas foram levantadas e apresentadas no Quadro 6 que inicia na página 134 e vai até a página a 139

Fonte: SANTOS, Katia (2018)

Algumas limitações foram encontradas durante a construção deste estudo e dentre elas pode-se citar a falta de informação por parte da maioria dos gestores participantes da pesquisa (políticas públicas, ações efetivas e dados sobre a acessibilidade no Centro Histórico de São Luís) e as barreiras físicas encontradas na realizar as visitas com as pessoas usuárias de cadeira de rodas; as barreiras causadas pela disposição do mobiliário urbano; as péssimas condições das calçadas, ruas, rampas e rebaixamento de guias na área do Centro Histórico.

Dessa forma, ao analisar a acessibilidade física nos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís sob a ótica da pessoa usuária de cadeira de roda, a leitura é que para eles o Centro Histórico de São Luís ainda não tem acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas, mas mesmo sem a acessibilidade e com muita dificuldade elas participam de algumas atividades nesse espaço. Observa-se que a acessibilidade é uma necessidade de uma demanda reprimida que precisa ser trabalhada pela gestão local.

Diante do exposto, observa-se que este trabalho conseguiu responder aos seus objetivos propostos e conclui-se que o Centro Histórico de São Luís, apesar da potencialidade para tornar-se um polo turístico acessível, infelizmente ainda não dispõe de adequações necessárias para usufruto desse espaço por pessoas usuárias de cadeira de rodas. Assim, é importante que as autoridades tenham um novo olhar e criem estratégias de ação visando as adaptações necessárias no que trata a acessibilidade em centros históricos e políticas públicas inclusivas, para torná-lo de fato um centro histórico acessível.

O fomento ao turismo acessível ainda se faz necessário como forma de pressão para a mudança de paradigma e inclusão social das pessoas com deficiência. Dessa forma, é importante que haja uma percepção maior por parte dos gestores públicos e empresários da área do turismo com relação ao mercado turístico, tendo em vista ações conjuntas de fortalecimento do turismo local e no desenvolvimento da própria cidade.

É essencial a realização de adequações como rebaixamento de guias, sinalização turística acessível, rampas, plataformas móveis, elevadores, rota acessível, capacitação de gestores e profissionais sobre acessibilidade e pessoa com deficiência, bem como o atendimento a esse público, para a melhoria da acessibilidade nos vários pontos turísticos, e no comércio do Centro Histórico de

São Luís. Isso servirá não só ao turista usuário de cadeira de rodas, mais principalmente aos residentes que necessitam de acessibilidade e acabam utilizando esses espaços diariamente com muita dificuldade. Pelo exposto, acredita-se que boa parte dessas soluções apresentadas são inteiramente viáveis, mas é de fundamental importância a conscientização e sensibilização da comunidade local, no que diz respeito a apoiar as ações existentes e incentivar novas, a fim de que o Centro histórico de São Luís seja acessível, através de ações indispensáveis para torna-lo um diferencial perante os outros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Isabela Fernandes. **Diretrizes para acessibilidade em edificações históricas a partir do estudo da arquitetura eclética em Pelotas – RS.** Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2009;

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada.** 2006. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco.

A beleza dos principais pontos turísticos de São Luís. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2015/11/a-beleza-dos-principais-pontos-turisticos-de-sao-luis/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

ABNT NBR NORMA BRASILEIRA 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos.** Terceira edição. ABNT. Rio de Janeiro-RJ, 2015;

Acessibilidade na Europa. Acessibilidade em Ávila. 2010. Disponível em <http://vidamaislivre.com.br/noticias/noticia.php?id=2613&cidade_medieval_ganha_premio_da_ue_de_acessibilidade_para_pessoas_com_deficiencia>. Acesso 22 de abril de 2017;

Alemanha vira um dos países mais acessíveis do mundo para turistas com deficiências. Disponível em <<http://diversao.r7.com/viagens/alemanha-vira-um-dos-paises-mais-acessiveis-do-mundo-para-turistas-com-deficiencias-08062017>>. Acesso 12 de abril de 2017;

APAES. Federação Nacional das (FENAPAES). **AS QUATRO CIDADES COM A MELHOR ACESSIBILIDADE NO MUNDO.** Disponível em <<https://apaebrazil.org.br/noticia/as-quatro-cidades-com-a-melhor-acessibilidade-no-mundo>>. Acesso jul. 2017;

AURÉLIO. Dicionário. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/ante>>. Acesso 21 de junho de 2017;

Avena, Biagio M. **TURISMO, EDUCAÇÃO E ACOLHIMENTO Um Novo Olhar.** São Paulo. Editora ROCA Ltda., 2006;

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 2ª ed, 1984.

BRASIL, **Constituição Brasileira de 1988, Leis de Acessibilidade nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, Decreto Federal nº 5.296/2004.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis>>. Acesso 23 de setembro de 2014;

_____. **Decreto 3.956. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência -Convenção de Guatemala.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3956.htm>>. Acesso julho 2016;

_____ **LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso 01 de abril de /2017;

_____ Ministério das Cidades. **Programa Brasileiro de acessibilidade Urbana - Brasil Acessível.** Disponível em <www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/.../BrasilAcessivelCaderno06.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2008;

_____ Ministério do Turismo. **Código Mundial de Ética do Turismo** (OMT, 1999). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/home/programas/Imagens_programas_home/VersoFinalAERI.pdf>. Acesso 01 de abril de 2015;

_____ Ministério do Turismo. **Governo destaca cidades com estruturas acessíveis.** Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2016/10/governo-destaca-cidades-com-estruturas-acessiveis>>. Acesso 23 de julho de 2017

_____. Ministério do Turismo. **Maranhão tem novo mapa turístico.** Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6469-maranh%C3%A3o-tem-novo-mapa-tur%C3%ADstico.html>.>. Acesso 02 de setembro de 2016.

_____ Ministério do Turismo. **Turismo Mundial: mais um ano de crescimento.** Disponível em <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7432-turismo-mundial-mais-um-ano-de-crescimento-2.html>. Acesso agosto 2017;

_____ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações.** 2ª edição. Brasília, 2006;

_____ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Lei Brasileira de Inclusão.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso 12 de novembro de 2015;

Cai no mundo. CI intercâmbio e viagem 01/12/2014. **As quatro cidades com a melhor acessibilidade no mundo.** Disponível em <<https://caianomundo.ci.com.br/as-quatro-cidades-com-a-melhor-acessibilidade-no-mundo>>. Acesso 15 de julho de 2017;

Carvalho, M.S.; Moesch, M.M. **Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.2, mai/julho de 2013, pp.442-457;

Comissão Europeia. **Prêmio Europeu Access City.** Disponível em http://ec.europa.eu/portugal/news/european-prize-access-city-2017_pt>. Acesso 10 de junho de 2017;

_____ Comissão propõe tornar os produtos e os serviços mais acessíveis às pessoas com deficiência. Disponível em file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/IP-15-6147_PT.pdf >. Acesso 14 de julho de 2017.

Conheça 11 praias com acessibilidade para cadeirantes. Disponível em <<http://www.guiaviagensbrasil.com/blog/conheca-11-praias-com-acessibilidade-para-cadeirantes>>. Acesso 30 de julho de 2017;

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, Parques, Bairros e Terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica –PUC, São Paulo, 2001

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 3ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da Patrimonialização Global. Simultaneidade totalidade urbana – totalidade – mundo**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015

Cidade Histórica de Chester Reino Unido Grã-Brethania. Revista Imagination. Disponível em <<https://www.visitbritain.com/br/pt-br/england/northern-england/chester#zA4DdeYA4c0fTYTw.97>>. Acesso 05 de junho de 2017;

Declaração de Caracas (Caracas – Venezuela, 2002. Tradução ROMEU SASSAKI, 2002). Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf>. Acesso 10 de março de 2015;

Declaração de Madri (Espanha, 2002. Apud ROMEU SASSAKI, 2003). Disponível em: <<http://www.mediaedeficiencia.com/download/YTozOntzOjU6ImFjY2FvIjtzOjg6ImRvd25sb2FkljtzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWVpYS9maWN0ZWlyb3Mvb2JqZWNOb19vZmZsaW5lLzEyLnBkZil7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6MjA6ImRIY2xhcmFjYW8tZGUtbWFkcmklj9/declaracao-de-madrid>>. Acesso 22 de julho de 2016;

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2013.

DIAS, Renato Duro. **A noção de espaço em Milton Santos e a preservação do patrimônio cultural**. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/178611151/A-nocao-de-espaco-em-Milton-Santos-e-a-preservacao-do-patrimonio-cultural-Sociologia-Ambito-Juridico>. Acesso 28 de agosto de 2017.

Dicionário Português. Disponível em <<http://dicionariportugues.org/pt/enxaimel>>. Acesso 07 maio de 2017;

DUARTE, Donária Coelho. BORBA, Gilson Zehetmeyer. **MANUAL DE ACESSIBILIDADE: COMO CONSEGUIR MAIS CLIENTES EM UM MERCADO POUCO CONHECIDO. NÚCLEO DE ESTUDOS EM TURISMO RESPONSÁVEL, ACESSÍVEL E SÊNIOR-NETRAS FOR ALL** (Centro de Excelência em Turismo). Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, 2014;

DUARTE, Donária Coelho. BORDA, Gilson Zehetmeyer. MOURA, Danielle Gonzaga. SPEZIA, Domingos Sávio. **Turismo Acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência**. Artigo. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 9 (3), pp. 537-553, set. /dez. 2015;

DUARTE, Donária Coelho. LEMOS, Géssika da Silva. **Turismo acessível: estudo da legislação brasileira e internacional sobre os direitos de pessoas com deficiência**. Artigo. Ibict Revista Inclusão Social, v 10, nº 02, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4037/3375>>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

Espírito Santo, José Marcelo do (2006). **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana**. 2006. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direito das Pessoas com Deficiência: Garantia de Igualdade na Diversidade**. Editora WVA 1ªed, 2004;

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

FUSTER, Fernandez. **Teoria y Técnica del Turismo**. 4. ed. Madrid: Nacional, 1971. Tomo I e II.

FOUNDATION, Design For All. **¿Qué es el Diseño para Todos?** Disponível em: <http://designforall.org/design.php>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

German National Tourist Board - GNTB. **Guia Viajar com acessibilidade na Alemanha. Simplicemente viajar.** Disponível em <http://www.germany.travel/media/content/barrierefreies_reisen/DZT_Barrierefrei_Broschuere_PT_72_UA.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2017.

GIL, Marta. **O QUE É INCLUSÃO SOCIAL?** Entrevista. Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br/~gilmar/acercadainclusao.html>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 06 de março de 2018.

_____. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010CGP.asp?o=13&i=P>>. Acesso 30 de dezembro de 2015;

_____. **Maranhão.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>>. acesso em 20 de novembro de 2017.

_____. **Mapa físico-político do Maranhão, 2012.** Disponível em <<https://geoftp.ibge.gov.br/pro>>. Acesso em 20 de novembro de 2017.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **NORMATIVA Nº. 1. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.** (2005). Disponível em portal: <http://www.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso 04 de agosto de 2015;

_____. (IPHAN). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Caderno Técnico 9. Organização de Sandra Bernardes Ribeiro. Brasília: Iphan, 2014;

_____. **Portaria do Nº 420/2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.** Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso 24 de junho de 2016;

_____ **PAC Cidades Históricas.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>>. Acesso do em 20 de julho de 2017.

_____ **Patrimônio Mundial Cultural e Natural.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>>. Acesso 15 de julho de 2017.

_____ **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso julho 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

_____ **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

LOURAU, René. **IMPLICATION TRANSDUCTION.** Paris: Editora Econômica Anthropos, 1999

LONDRES, Cecília. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea.**

Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2018.

Limites de municípios da Ilha serão definidos este mês. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/04/limites-de-municipios-da-ilha-serao-definidos-este-mes/>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

MACHADO, Jurema. BRAGA, Sylvia. **Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil.** UNESCO, IPHAN, 2010.

MARANHÃO, Assembleia Legislativa do. **Lei Estadual de Acessibilidade do Maranhão nº 8.031, de 28 de novembro de 2003.** Disponível em: <<http://legislacao.al.ma.leg.br:8080/ged/busca.html>>. Acesso 27 de dezembro de 2015;

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

MEIRA, Silvio A. B. **A Lei das XII Tábuas.** Fonte do Direito Público e Privado. 3ª edição. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/3%20%20A%20Lei%20das%20XII%20T%C3%A1buas%20\[obrigat%C3%B3rio\].pdf](file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/3%20%20A%20Lei%20das%20XII%20T%C3%A1buas%20[obrigat%C3%B3rio].pdf)>. Acesso 12 de fevereiro de 2017;

MENDES, Bruna Castro e RAINS, Scott. **Aprendendo pelos exemplos: casos práticos de Turismo Inclusivo.** Disponível em <http://.academia.edu/3275001/Aprendendo_pelos_exemplos_casos_pr%C3%A1ticos_de_Turismo_Inclusivo>. Acesso em março de 2016

MEIRELLES, Mario M. **História do Maranhão.** Siciliano, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.;

_____. **Epistemologia social do turismo.** Tese (doutorado). Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

_____. BENI, Mario Carlos. **Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo.** Artigo. Disponível em <<file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Moesch%20%20Discurso%20sobre%20a%20ciência%20do%20turismo.pdf>>. Acesso 12 de setembro de 2016;

Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU n.º 48/96 - 20 de dezembro de 1993. Disponível em <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6>>. Acesso 08 de agosto 2008/2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência. 1982.** Disponível em <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/PROGRAMA%20DE%20ACaO%20MUNDIAL%20PARA%20AS%20PESSOAS%20COM%20DEFICIECIA.doc/view>>, acesso em 05 de outubro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código Mundial de Ética do Turismo.** Disponível em <http://www.ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0>. Acesso 20 de outubro de 2015.

PAIVA, Ellayne Kelly Gama de. **Acessibilidade e preservação em sítios históricos: o caso de São Luís do Maranhão.** 2009. 177f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável –PDITS da Área Turística de São Luís. Governo do Estado do Maranhão, Chias Marketing Consultoria para Destinos. – São Luís: Governo do Maranhão, 2014

PINSKY, Jaime. BASSANEZI, Carla. (organ). **História da Cidadania.** Vários autores; 6ª. ed.; São Paulo; Contexto, 2013. Disponível em <<https://play.google.com/books/reader?id=8dZnAwAAQBAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=en&pg=GBS.PT127>>. Acesso janeiro a julho 2017.

BUILDING A REGIONAL NETWORK FOR THE DEVELOPMENT OF ACCESSIBLE AND INCLUSIVE TOURISM. Projeto BRENDAIT, 2016. Disponível em <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Declaracao_de_Montreal_sobre_Turismo_Ace.pdf>. Acesso julho 2017.

RAINS, Scott. **Brasil publica estudo sobre o perfil dos turistas com deficiência.** Entrevista publicada na Revista Nacional de Reabilitação Nº 97. março/abril 2014. Disponível <file:///C:/Users/User/AppData/Local/Temp/Sobre_Turismo_Inclusivo_Perspectivas_Int.pdf>. 12 de Acesso abril de 2014.

Rede Mobilizadores. **Brasil ainda não tem nenhuma cidade plenamente acessível.** Entrevista. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/brasil-ainda-nao-tem-nenhuma-cidade-plenamente-acessivel>>. Acesso 15 de junho de 2017.

REIS. Rosana Santana dos. **ACESSIBILIDADE A EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DE INTERESSE TURÍSTICO POR PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: um estudo de exemplos representativos situados na Rota Acessível do Centro Histórico de Salvador.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade

Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015. Disponível em <<file:///C:/Users/User/Desktop/EVERALDO%20PATRIMÔNIO/Dissertação%20Rosana%20Reis.pdf>>. Acesso junho/julho de 2017.

Relatório mundial sobre a deficiência / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso 06 de março de 2016.

SALGUEIRO, Teresa Barata. “**Paisagens Urbanas**” in Medeiros, Carlos Alberto (coord./vol.2), Geografia de Portugal -Sociedade, Paisagens e Cidades, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

SANTOS, Kátia Virginia Espíndola Rodrigues dos. **Turismo com Acessibilidade**. Artigo disponível em <<http://www.etur.com.br>> Acesso 12 de jan de 2005.

_____ **Acessibilidade em Cidades Históricas**. Resumo alargado. 2ª Conferência Internacional para Inclusão-INCLUDIT. Livro de Resumos/ Book of Abstracts, p23, Instituto Politécnico de Leiria-Portugal, 2014.

_____ **A acessibilidade em cidades históricas: Um estudo no Centro Histórico de São Luís – MA. Artigo completo**. Conferência Internacional de Turismo - INVTUR 2017. Universidade de Aveiro, Portugal-PT. Revista Turismo & Desenvolvimento. V 1, nº 27/28/2017. RT&D. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/issue/view/408/showToc>>. Acesso: 25 de novembro de 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Editora EDUSP, 4ª ed, 2014.

_____ **O espaço do cidadão**. São Paulo: 7 ed, 2 reimpr.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

_____ **Inclusão no Lazer e no Turismo: Em busca da qualidade de vida**. Editora Áurea, 1ª ed, 2003.

_____ **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

_____ **NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: Da integração à inclusão**. – Parte 2. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, set./out. 2007

_____ **NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: Da integração à inclusão** - Parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 57, jul./ago. 2007

Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4.ed., rev. e atual. – Brasília, 2011.

Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão-Sectur. Disponível em: <http://www.sectur.ma.gov.br/maranhao-de-todos-nos/#.WhjpFzf_rIU>. Acessado em: 04/06/2016;

Secretaria Municipal de Turismo de São Luís-SETUR. disponível em: <<http://www.saoluis.ma.gov.br/SETUR>>. Acessado em 29/05/2016;

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007

SIEBERT, Célia. SIEBERT, Renata. **Maranhão – História**. Editora FTD, 2013;

SILVA, Tiago Ferreira da. **História do Maranhão**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/historia-do-maranhao/>>. Acessado em: 06 de junho de 2016.

SILVA, Otto Marques. **A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.

SHIMOSAKAI, Ricardo. **45 Cidades Acessíveis Premiadas pela Comissão Européia**. Turismo Adaptado. Disponível em <<http://www.turismoadaptado.com.br/blog/2017/07/26/cidades-acessiveis-premiadas-na-europa>>. Acesso julho de 2017.

_____ **OMT irá desenvolver ISO para turismo acessível**. Disponível em <<http://turismoadaptado.com.br/blog/2017/04/07/omt-ira-desenvolver-iso-para-turismo-acessivel/>>. Acesso 5 de julho de 2017.

TOSI, Giuseppe (org.). **DIREITOS HUMANOS: História, teoria e prática**. João Pessoa Editora UFPB, 2004.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e Qualidade tendências contemporâneas**. 5ª edição. Papiros Editora, 1999.

_____ (org.). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. 4 ed.V. 1. São Paulo: Editora Senac, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A**INSTRUMENTO DE PESQUISA – FORMULÁRIO DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

Tema: DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PARA PESSOAS USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODAS

Nome do pesquisador _____

Local _____ Data ___/___/___ Nº _____

Atrativo/Equipamento

Contexto

Localização

Descrever as condições possíveis de acessibilidade para pessoa usuária de cadeira de rodas chegar aos atrativos

Descrever as barreiras existentes no entorno		
Descrever acessibilidade e barreiras na parte interna		
Para a realização das visitas ao Centro Histórico, as pessoas usuárias de cadeira de rodas necessitam de apoio ou acompanhante?		

O que pensam as pessoas usuárias de cadeira de rodas:
As observações dos acompanhantes:
As proposições possíveis elencadas pelos participantes:

Fonte: Adaptado de AVENA, Biagio (2016).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO -CET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM TURISMO

DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PARA PESSOAS USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODAS

TERMO – APENDICE B

Autora: Kátia Espindola Rodrigues (Mestranda do Curso Profissional em Turismo)

Orientação: Prof.^a Dr^a Donária Coelho Duarte

Co orientação: Biagio M. Avena

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Senhor (a),

Este é um *convite* para que este estabelecimento, mediante a indicação de um representante, participe *voluntariamente* de uma pesquisa sobre a acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas aos atrativos turísticos do Centro Histórico de São Luís, considerando fundamentalmente a oferta local em termos de acesso aos equipamentos.

Por favor, *leia com atenção* as informações abaixo antes do consentimento ser efetivado para a participação ou não do estudo. Qualquer dúvida e/ou perguntas sobre este documento pergunte ao pesquisador com quem você estará conversando neste momento.

1. Objetivo:

Analisar a acessibilidade física nos atrativos turísticos Centro Histórico de São Luís para as pessoas usuárias de cadeira de rodas.

2. Procedimentos

As perguntas serão feitas pelo/a entrevistador/a, mediante a utilização de um questionário.

3. Benefício (s)

O benefício mais direto desta pesquisa é *coletivo*. Uma vez que a proposta é permitir um estudo mais detalhado de um tema ainda de insipiente pesquisa no Brasil e principalmente relacionado à realidade maranhense. No futuro espera-se que esta investigação possa ser utilizada como fonte de informação para outros trabalhos, sobretudo a área de Turismo.

4. Riscos

Sua participação nesta pesquisa não implica em qualquer ameaça moral ou física. Trata-se apenas de uma coleta de informações simples sobre as atividades desta instituição, sua experiência no mercado turístico de São Luís. A entrevista poderá durar até 30 (trinta) minutos.

5. Participação Voluntária

A participação neste estudo é *voluntária*. Mesmo com a decisão de participar haverá plena e total liberdade para a desistência do estudo a qualquer momento, sem que isto acarrete prejuízos para a empresa e seu representante.

6. Esclarecimento de Dúvidas

As perguntas julgadas necessárias *podem e devem ser feitas*, antes de concordar em participar do estudo e ao longo da entrevista.

7. Identificação

A sua identidade será mantida confidencial. Os resultados do estudo serão publicados sem que seja revelada a sua identidade.

8. Equipe de Pesquisadores

A pesquisadora envolvida nesta investigação é aluna do Curso de Mestrado Profissional de Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB).

Data: São Luís, MA ____/____/2017

Assinatura: _____

ENTREVISTA – APENDICE C (Gestores)⁵⁵

DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PARA PESSOAS USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODAS

Autora: Kátia Espindola Rodrigues (Mestranda do Curso Profissional em Turismo)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Donária Coelho Duarte

Co orientação: Biágio M. Avena

POR FAVOR, RESPONDA ÀS QUESTÕES AQUI APRESENTADAS. O NOME DO ESTABELECIMENTO, O SEU NOME (ENQUANTO REPRESENTANTE) E SUAS RESPOSTAS NÃO SERÃO REVELADOS A NINGUÉM. SUA PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA. AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO.

PARTE 1: CONTROLE	
1.1. Entrevista Nº:	Data: _____ / _____ /2017
1.2 Nome do/a Entrevistador/a:	
1.3 Nome do Entrevistado:	
1.4 Órgão/Instituição:	
1.5 Área de atuação no Turismo:	
1.6 Endereço: Nº	
Bairro: _____ CEP: _____	
Telefone: _____	
PARTE 2: INFORMAÇÕES DO RESPONDENTE	
2.1 Sexo (entrevistador: indicar o sexo da pessoa entrevistada)	
() Masculino	
() Feminino	
2.2 Qual o seu grau de escolaridade?	
() Nenhum	
() Alfabetizado	
() fundamental completo	
() fundamental incompleto	
() ensino médio completo	
() ensino médio incompleto	
() universitário	
() graduado	
() Pós-graduado	
2.3 Que tipo de trabalho (ocupação) o/a Sr/a tem nesse órgão/instituição?	

III. PERGUNTAS:

1. o que entende por acessibilidade?

2. O Centro Histórico de São Luís é acessível ou adaptado à pessoa usuária de cadeira de rodas?

3. Existe uma preocupação com relação a acessibilidade para pessoas com deficiência no Centro Histórico?

3.1 Qual?

⁵⁵ Os dados com referência aos gestores e as instituições entrevistadas deverão constar no corpo do texto, nos procedimentos metodológicos.

4. Com relação aos atrativos do centro histórico listados a seguir, como o sr(a) os considera/analisa em termos da acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas?

4.1 Praça Dom Pedro II

4.2 Palácio do Leões

4.3 Palácio La Ravardière

4.4 Catedral da Sé:

4.5 Praça Benedito Leite

4.6 Convento das Mercês

4.7 Rua da Estrela

4.8 Praça Nauro Machado

4.9 Casa das Tulhas

4.10 Rua Portugal

4.11 Casa do Maranhão

5. O órgão tem ações ligadas ao programa Turismo Acessível do Ministério do Turismo?

6. Que ações já são desenvolvidas para o fomento ao turismo acessível?

7. Você conhece a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência?

8. E a legislação sobre a acessibilidade em cidades históricas?

9. Com relação às reformas dos prédios que estão sendo feitas pelo PAC 2 Cidades Históricas, a acessibilidade está sendo contemplada?

10. Existe no órgão um banco de dados com informações sobre a acessibilidade no Centro Histórico e locais turísticos com adaptações?

10.1 Comente.

11. O Centro Histórico possui rotas de acessibilidade para as visitas aos atrativos turísticos?

11.1 Quais?

12. Possui acessibilidade física em algum prédio histórico e/ou área tombada? Quais?

13. Existem projetos de melhoria das condições de acessibilidade?

13.1 Quais?

14. Existe um programa de mobilidade e acessibilidade no Centro Histórico?

15. Quais suas perspectivas com relação ao fomento do turismo acessível em São Luís?

16. Existe uma rota acessível aos atrativos no Centro Histórico de São Luís?

17. Que ações de turismo acessível já são desenvolvidas?

18. A exemplo de Ávila na Espanha, Centro Histórico de Salvador na Bahia e a rotas acessível no Recife antigo em Pernambuco, qual sua percepção sobre o turismo acessível em Cidades Históricas para São Luís?

19. Na sua percepção, o que é possível e que ações podem ser feitas para melhoria da acessibilidade/adaptações nesses espaços?

20. Para você, é possível o Centro Histórico de São Luís acessível?

21. Qual a importância da acessibilidade e mobilidade urbana no Centro Histórico de São Luís?

APENDICE D (Pessoa usuária de cadeira de rodas) e acompanhantes⁵⁶

DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PARA PESSOAS USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODAS

Autora: Kátia Espindola Rodrigues (Mestranda do Curso Profissional em Turismo)

Orientadora: Prof.^a Dr^a Donária Coelho Duarte

Co orientação: Biágio M. Avena

POR FAVOR, RESPONDA ÀS QUESTÕES AQUI APRESENTADAS. SUAS RESPOSTAS NÃO SERÃO REVELADOS A NINGUÉM. SUA PARTICIPAÇÃO É VOLUNTÁRIA. AGRADECEMOS SUA COLABORAÇÃO.

PARTE 1: CONTROLE	
1.1. Entrevista Nº:	Data: _____ / _____ /2017
1.2 Nome do/a Entrevistador/a:	
1.3 Nome do Entrevistado:	
1.4 Órgão/Entidade:	
1.5 Área de atuação no Turismo:	
1.6 Endereço: Nº	
Bairro: _____	CEP: _____
Telefone: _____	
PARTE 2: INFORMAÇÕES DO RESPONDENTE	
2.1 Sexo (entrevistador: indicar o sexo da pessoa entrevistada)	
<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
2.2 Qual o seu grau de escolaridade?	
<input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> fundamental completo <input type="checkbox"/> fundamental incompleto <input type="checkbox"/> ensino médio completo <input type="checkbox"/> ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> universitário <input type="checkbox"/> graduado <input type="checkbox"/> Pós-graduado	
2.3 Você trabalha?	
2.4 Entrevistada pessoa usuária de cadeira de rodas Sim () Não ()	
2.5 Entrevistado cuidador/acompanhante Sim () Não ()	

III. PERGUNTAS:

1. O que é acessibilidade?
2. O Centro Histórico de São Luís é acessível a pessoa usuária de cadeira de rodas?
3. Na sua opinião, existe uma preocupação por parte do poder público com relação a acessibilidade para pessoas com deficiência no usufruto do Centro Histórico?

⁵⁶ Os dados com referência às pessoas usuárias de cadeira de rodas entrevistadas e suas entidades, deverão constar no corpo do texto, nos procedimentos metodológicos.

4. Com relação aos atrativos do centro histórico listados a seguir, como o sr(a) os considera/analisa em termos da acessibilidade para pessoas usuárias de cadeira de rodas?

4.1 Praça Dom Pedro II

4.2 Palácio do Leões

4.3 Palácio La Ravardière

4.4 Catedral da Sé:

4.5 Praça Benedito Leite

4.6 Convento das Mercês

4.7 Rua da Estrela

4.8 Praça Nauro Machado

4.9 Casa das Tulhas

4.10 Rua Portugal

4.11 Casa do Maranhão

5. Como está em São Luís o programa Turismo Acessível do Ministério do Turismo?

6. Você conhece ou já ouviu falar de ações desenvolvidas para o fomento ao turismo acessível no Centro Histórico?

7. Na sua concepção, o que precisa ser feito para melhorar a acessibilidade no Centro Histórico?

8. As barreiras arquitetônicas limitam seu acesso ao Centro Histórico. Nessa perspectiva, o que é possível ser melhorado para garantir o direito de ir e vir nesse espaço?

9. Com relação às reformas dos prédios que estão sendo feitas pelo PAC 2 Cidades Históricas, você conhece algum em que a acessibilidade está sendo contemplada?

10. Como você obtém as informações sobre a acessibilidade no Centro Histórico e aos locais turísticos?

11. Você conhece pelo menos uma rota acessível para as visitas aos atrativos turísticos no Centro Histórico de São Luís? Onde?

12. Você conhece algum programa de mobilidade e acessibilidade em sua cidade?

13. Que tipo de ações poderiam contribuir para melhorar a acessibilidade no Centro Histórico?

14. Quais são as maiores barreiras enfrentadas por você para visitar o Centro Histórico?
15. Para você, qual a importância da acessibilidade nos espaços turísticos de São Luís, especificamente no Centro Histórico.
16. Diante da realidade atual, com a participação cada vez maior de pessoas com deficiência fazendo turismo, de que forma o Centro Histórico de São Luís pode estar se adequando para atender a todos?
17. Que ações de turismo acessível que você conhece já são desenvolvidas no Centro Histórico?
18. A exemplo de Ávila na Espanha, Centro Histórico de Salvador na Bahia e a rotas acessível no Recife antigo em Pernambuco, qual sua percepção sobre o turismo acessível em Cidades Históricas para São Luís?
19. As políticas públicas locais fomentam e garantem condições adequadas de participação das pessoas com deficiência ao turismo no Centro Histórico?
20. Que benefícios você acredita que o turismo acessível pode trazer para você e para sua cidade?

APENDICE E**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS**

Eu, _____, CPF _____, RG _____, após conhecer a pesquisa intitulada “DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PARA PESSOAS USUÁRIAS DE CADEIRA DE RODAS”, bem como seus objetivos, concordo com o uso da minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim, autorizo através deste termo, a pesquisadora Katia Virginia Espindola R. dos Santos a realizar as fotografias e/ou imagens que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem qualquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dessas imagens e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisa acima especificada.

São Luís, ____ de _____ de 2017.

Participante

Katia Virginia Espindola R. dos Santos
Pesquisadora (katiaespindolla@hotmail.com)

Apêndice F

Pessoas com deficiência do Maranhão

Movimento de Pessoas com Deficiência do Maranhão



Fonte: LIMA, Deline de (2017)

Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologias do Maranhão



Fonte: SANTOS, Katia, 2017

Coletivo de Mulheres com Deficiência do Maranhão



Fonte: SANTOS, Katia, 2017

APENDICE G

MARCOS LEGAIS	
Documento	TEOR
A Lei das XII Tábuas	Legislação que está na origem do direito romano. (Antigas leis não escritas e regras de conduta)
Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e Econômicos, Sociais e Culturais, 1966	Considerando os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial
Código de Ética Mundial para o Turismo, 1999	Os princípios do Código Ético Mundial para o Turismo.
Constituição Federal da República Federativa do Brasil - promulgada em 05 de outubro de 1988.	Assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça
Lei Nº 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências
Lei Federal de Acessibilidade Nº 10.098, 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência
Lei Federal Nº 13.146, 2015 LBI	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
Lei Estadual de Acessibilidade Nº 8.031 DE 28 de novembro de 2003	Estabelece normas e critérios para acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
Lei municipal de São Luís Nº 4386 de 25 de agosto de 2004, dispõe sobre as normas de adaptação de prédios de uso público no âmbito do município de São Luís, assegurando acesso adequado aos portadores de necessidades especiais	Dispõe sobre as normas de adaptação de prédios de uso público no âmbito do município de São Luís, assegurando acesso adequado aos portadores de necessidades especiais
Decreto-Lei Nº 25, 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Decreto Federal 3.298, 1999 que regulamentado na Lei nº. 7.853 (1989)	Trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
Decreto Legislativo Nº 186, de 09 de julho de 2008 -	Aprova o Texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, em Nova Iorque, em 30 de março de 2007
Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 -	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007
Decreto Federal de Acessibilidade Nº 5.296, 2004	Regulamenta as Leis 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida

Portaria Nº 420 do Iphan, de 22 de dezembro de 2010.	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.
Portaria nº 438, 2013	Cria a diretoria do PAC Cidades Históricas no âmbito do Iphan.
Instrução Normativa Nº 1 do Iphan, 2003	Trata da acessibilidade a bens culturais e imóveis acautelados em nível federal
Instrução Normativa Nº 1 do Iphan, 2014	Altera a Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003, que trata da acessibilidade a bens culturais imóveis
Norma Brasileira. ABNT NBR 9050, 2015	Normas de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
Caderno Técnico Nº 9 Iphan - 2014.	Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos
Turismo Acessível para Todos, 2013.	Recomendações da OMT
PAC 2 Cidades Históricas:	Programa de Aceleração do Crescimento, com perspectiva para a valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro.
Lei Municipal de São Luís Nº 4.669 de 1 de outubro de 2006,	Institui o Plano Diretor do Município de São Luís

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

APENDICE H

Documentos Internacionais Direitos da Pessoa com Deficiência

Documento	Ano	Objetivo
Declaração Universal dos Direitos do Homem	1948	Documentos básicos das Nações Unidas. No texto são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem
Convenção nº III da Organização Internacional do Trabalho Sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão – OIT 111	1958	Sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão. Proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
Declaração de Direitos do Deficiente Mental	1971	O deficiente mental deve gozar, no máximo grau possível, os mesmos direitos dos demais seres humanos.
Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes	1975	Apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência
Declaração de Sundeberg (Torremolinos, Espanha)	1981	Trata do acesso à educação, ao treinamento, à cultura e à informação, pela pessoa portadora de deficiência
Programa de Ação Mundial Para as Pessoas com Deficiência	1982	Promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de “igualdade” e “participação plena” das pessoas
Declaração de Cave Hill (Barbados)	1983	Um dos principais documentos a condenar a imagem de pessoas com deficiência como cidadãos de segunda categoria.
Convenção OIT 159	1983	Trata sobre Reabilitação Profissional e Emprego de pessoas deficientes. Estabelece princípios e ações para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência.
Convenção OIT 168, de 01 de junho de	1988	Relativa à promoção do emprego e proteção contra o desemprego.

Convenção sobre os Direitos da Criança	1989	Trata de garantir proteção e cuidados especiais à criança.
Declaração de Jomtien (Tailândia)	1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Trata do plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.
Declaração de Cartagena de Índias	1992	Políticas para Pessoas Portadoras de Deficiências na região Iberoamericana
Declaração de Manágua	1993	Documento prega sociedade baseada na equidade, na justiça, na igualdade e na interdependência. Seu teor confirma os princípios defendidos em Cave Hill e abriu outros caminhos no movimento internacional pela equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência
Declaração de Maastricht	1993	Exigem o reconhecimento da deficiência como uma questão de Direitos Humanos e que as oportunidades iguais serão implementadas somente através de mudança social e econômica
Declaração de Nova Delhi Sobre Educação Para Todos	1993	Metas para atender às necessidades básicas de aprendizagem de todos os nossos povos tornando universal a educação básica e ampliando as oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos.
Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência da ONU	1993	Regras gerais sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiência. Estabelece as medidas de implementação da igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda, seguro social
Declaração de Salamanca	1994	princípios, política e prática em educação especial.

Convenção da Guatemala	1999	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência
Carta para o Terceiro Milênio	1999	Assembléia Governativa da Rehabilitation International, em Londres, Grã-Bretanha. Estabelece medidas para proteger os direitos das pessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida.
Declaração de Washington	1999	Perspectivas Globais sobre Vida Independente para o Próximo Milênio
Declaração de Pequim	2000	Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Novo Século
Declaração de Dakar	2000	Objetivos e as metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade
Declaração Internacional De Montreal Sobre Inclusão	2001	Aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva", realizado em Montreal, Quebec, Canadá
Declaração de Madri	2002	Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.
Declaração de Verona	2002	Documento aprovado em congresso europeu sobre o envelhecimento de pessoas com deficiência
Declaração de Sapporo (Japão)	2002	Trata da acessibilidade, da inclusão, da genética e bioética, da educação inclusiva e da vida independente.
Declaração de Caracas	2002	Declaram 2004 como o Ano das Pessoas com Deficiência e Suas Famílias.

Declaração de Quito	2003	Normas e padrões existentes em relação aos direitos das pessoas com deficiência
Declaração de Tenerife	2003	Primeiro Congresso Europeu sobre Vida Independente, Eliminação da Discriminação contra Pessoas com Deficiência.
Declaração de Montreal Sobre Deficiência Intelectual	2004	Conferência Internacional sobre Deficiência
Declaração/ Dec.50 Ag	2006	Decênio das Américas: pelos Direitos e a Dignidade das Pessoas Portadoras de Deficiência (2006-2016)
Convenção da ONU Sobre Os Direitos das Pessoas com Deficiência	2008	Promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Fonte: dados da pesquisa (2017).